

Vozes do Mocotó

Dicotomias e laços no

Maciço

do

Morro

da

Cruz



sabrina periotto berticelli

Vozes do Mocotó:
Dicotomias e laços no
Maciço do Morro da Cruz

Sabrina Periotto Berticelli
graduanda

Samuel Steiner dos Santos
orientador

Trabalho de Conclusão de Curso
UFSC / Florianópolis // 2022

*“Essa é uma mensagem para o meu povo
Que dia-a-dia luta para sobreviver em uma sociedade desigual
Marcada pelo preconceito de cor, raça e religião
Que sobe e desce as ladeiras do Mocotó
Para se tornar protagonista de sua história, ser reconhecido e respeitado
Sou um poeta do Morro
Negro, compositor e sonhador
Se ligue nesse Manual
Espero ser inspirador!”*

Enredo da Escola de Samba Protegidos da Princesa 2022.
Autor: Poeta do morro

Agradecimentos

Este trabalho começa pelo fim. Agora, só me cabe fazer uma retrospectiva de todo o processo, e agradecer aos tantos que, direta ou indiretamente, fizeram este projeto possível.

Primeiramente, agradeço aos meus pais Luana e Ivan. Com certeza, se tive alguma grande sorte na vida, esta foi ter nascido em tão espetacular família. Não há palavras para expressar a minha gratidão por todo suporte e aprendizado que vocês me deram durante essa jornada chamada graduação.

Aos grandes amigos que fiz na caminhada, jovens, mas detentores de admirável sabedoria. Aqui trago um tanto do que aprendi com cada um nas nossas conversas pelos bares da UFSC. Este trabalho também é de vocês.

Ao meu companheiro Rodrigo, que chegou como um furacão para transformar a vida na mais leve aventura. Seu apoio, dedicação e afeto me acompanhou em todo o processo de elaboração deste TCC, e por isso, sou imensamente grata.

Ao prof. Samuel Steiner, que não somente me orientou, como durante toda a graduação sempre foi um grande exemplo de professor, profissional e indivíduo. Digo sem hesitar que trabalhar contigo me foi uma grande honra.

Ao Moisés Nascimento, que me acompanhou tantos dias em nossas caminhadas e conversas pelo Mocotó. Que sua luta por uma sociedade igualitária e justa ecoe pelo mundo.

Por fim, a todo o povo do Mocotó, que compartilhou comigo um pedaço de suas vidas, trajetórias e saberes. Sem vocês este trabalho não existiria, portanto, a vocês o dedico.

Resumo

A história da humanidade é rica nas mais diferentes e complexas culturas, saberes, costumes e ritos. Contudo, observamos que a história “oficial”, quase sempre contada a partir de uma perspectiva eurocêntrica, funciona muitas vezes como um instrumento de silenciamento e dominação sobre as culturas subjugadas ao longo do tempo. Nesse sentido, a oralidade se posta como uma ferramenta capaz de emergir certos elementos da vida humana que foram esquecidos das narrativas oficiais, mas que seguem vivos nas memórias daqueles que os vivenciaram. Este trabalho busca discursar sobre os efeitos da colonização para o apagamento das epistemologias sul-americanas, assim como as consequências desta durante os processos de formação das favelas brasileiras. Como estudo de caso, em um primeiro momento analiso a relação das comunidades do Maciço do Morro da Cruz com a própria evolução do centro de Florianópolis, com foco na comunidade do Morro do Mocotó. Em um segundo momento, apresento o resultado das conversas e entrevistas que tive com os moradores do Mocotó, de forma a registrar, valorizar e divulgar suas histórias e saberes.

Sumário

Considerações iniciais.....	7
1 Memória e história.....	13
1.1 Memória: Passado e presente.....	14
1.2 Saber história para fazer arquitetura.....	21
2 A imagem das cidades brasileiras sobre uma ótica decolonial	23
2.1 As múltiplas narrativas da história	25
2.2 Favelas brasileiras.....	30
3 Morro do Mocotó: história oficial.....	38
3.1 Contextualização geral	39
3.2 Compreendendo o Morro do Mocotó a partir dos dados do IBGE – 2010.....	41
3.3 Mocotó na história de Desterro	48
3.4 O olhar comum sobre o Mocotó	80
4 Morro do Mocotó: história oral.....	84
4.1 O crescimento da comunidade.....	89
4.2 Os fazeres	96
4.3 Organização comunitária.....	102
4.4 Festa no morro.....	111
5 Conclusão	115
6 Referências.....	117
Anexo 1.....	122

Considerações iniciais

No ano de 2014 tomei, quase arbitrariamente, a decisão que guiaria os rumos da minha vida de maneira irreversível. O atroz peso da escolha, sob a negação de todas as outras possibilidades, pode ser suportado pela ideia juvenil de que, gostando de matemática, história e artes, eu haveria de me encontrar dentro do curso de arquitetura e urbanismo.

Não muito tempo após o meu egresso à comunidade acadêmica, pude perceber que o universo exposto pela UFSC, em especial dentro da faculdade de arquitetura, era muito mais plural e complexo do que aquela somatória de três disciplinas no meu ensino médio. Enquanto algumas aulas tiveram papel crucial para a construção do meu saber científico, foi o campus que, agora em retrospectiva, sinto ter sido o meu grande educador. Até então, meus olhos viam um mundo homogêneo, desacostumados a perceber a diferença, e quando a viam, não a reconheciam. O contato com as mais diversas pessoas, culturas e classes foi, sem dúvidas, fundamental para expandir a minha consciência quanto ao mundo e, principalmente, da necessidade de

construir cidades que respeitem e impulsionem esse caldeirão cultural que chamamos de Brasil.

Se por um lado pude perceber um universo plural, a análise da história demonstra que os processos de dominação de certos povos sobre outros acarretou o silenciamento das mais diversas epistemologias presentes no mundo, aqui, focando na colonização do continente americano e as consequências para o território nacional. O controle das Américas possibilitou não apenas a exploração de suas riquezas naturais e minerais, mas também a repressão da cultura e da subjetividade de todas as epistemologias que não a europeia. Em um extensivo processo de censura, populações dominadas passam a absorver a cultura dos dominadores, muitas vezes encontrando nela a única maneira de imprimir sentido às suas práticas culturais sobreviventes.

Longe de acabar após a independências dos países americanos, o processo de apagamento das diversidades culturais perpetua as formas colonizadoras da compreensão de mundo, e aqui não excluo a graduação de

arquitetura e urbanismo. Aprendemos a projetar belas residências e grandes edifícios, mas o que sabemos sobre projetos de intervenção dentro das favelas e periferias? Por que somos perfeitamente capazes de traçar minuciosamente o desenvolvimento urbano europeu no nosso território, mas sabemos tão pouco sobre as heranças deixadas pelos povos indígenas, africanos e asiáticos?

Este projeto nasceu da compreensão de que os grupos sociais historicamente subjugados não estão derrotados, mas seguem batalhando pela permanência no espaço urbano. Nesse sentido, procurei entender qual seria a minha função como acadêmica dentro desse processo. Aqui, se fez necessário primeiramente a compreensão de que o meu papel jamais seria de uma heroína salvadora, mas que era possível e necessário sim contribuir para a perpetuação dos saberes para além dos eurocêntricos.

Para isso, dentro deste trabalho busco me aprofundar na problematização de determinados conceitos que regem a construção do espaço contemporâneo, entendendo que se hoje há uma disparidade social, esta não foi construída ao acaso desinteressado. Também foi necessário compreender que os estudos quanto as formações

socioespaciais marginalizadas são escassos, principalmente quando olhamos para ela no município de Florianópolis. Em determinado ponto, apenas com uma aproximação direta à essas comunidades seria possível resgatar certos conhecimentos subalternizados.

Neste sentido, no ano de 2019 ingressei na disciplina de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), onde tive o primeiro contato com a comunidade do Morro do Mocotó. Na contramão do que muitas vezes ocorre nos projetos de extensão, onde a universidade se posta como uma fonte de conhecimento a ser jorrada para as populações fora dela, neste momento foi a própria comunidade externa que fez a aproximação com a universidade. O morador do Mocotó, Moisés Nascimento, trouxe para a disciplina demandas concretas a serem trabalhadas em conjunto com a comunidade no período de um ano.

Dentre os trabalhos a serem elaborados, me coube uma tarefa particular, a de recolher relatos e lembranças da comunidade. A ideia era organizar um material que servisse de consulta para trabalhos a serem elaborados durante o projeto, mas que também pudesse ser apropriado pelos

próprios moradores do Mocotó. Nesse momento percebi que o trabalho necessário para a pesquisa demandaria uma compreensão mais ampla de assuntos que, ainda que estritamente ligados ao universo da arquitetura e do urbanismo, necessitavam o aprofundamento em outras áreas do conhecimento.

Mais uma vez a multidisciplinaridade da arquitetura vira um fator crucial para a minha vida acadêmica. A tarefa de registrar e interpretar os relatos provenientes da oralidade abraçaria as áreas da história, da antropologia, do jornalismo, das artes e de tantas outras disciplinas que vejo sendo, consciente ou inconscientemente, inerentes ao processo de compreensão do espaço urbano.

Defini então que meu trabalho de conclusão de curso abordaria as particularidades de narrar a história de maneira oral, utilizando como estudo de caso as entrevistas realizadas por mim no Morro do Mocotó durante o ano de 2019, assim como a continuação dessas após o meu aprofundamento nesta nova área, e o fim da pandemia do COVID-19, que me possibilitou voltar a campo e dar continuidade ao trabalho.

Durante todo esse processo, o contato com o morador e líder comunitário Moisés foi crucial para que eu pudesse me aproximar da comunidade. O primeiro momento dentro do Mocotó foi em uma caminhada junto aos demais integrantes da disciplina de ATHIS, onde pude reconhecer o território e conversar com alguns moradores que transitavam pelo local. Neste dia, foi realizada a primeira entrevista que utilizei de base para o trabalho, onde a Dona Diva, antiga moradora e descendente de uma das primeiras famílias a ocupar o morro, recordou de maneira espontânea algumas das suas principais lembranças do Mocotó.

Ainda neste ano foram realizados outros dois encontros, desta vez em locais de uso comunitário dentro do Morro do Mocotó. Nestes espaços pude conhecer um número maior de moradores e, desta forma, começar a entender as multi-versões da realidade, para tentar encontrar, dentro das leituras individuais, o que poderia ser considerado como coletivo.

Este primeiro momento em campo teve de ser interrompido após a expansão da pandemia do COVID-19. O tempo em isolamento possibilitou, por outro lado, que eu adquirisse um arcabouço teórico necessário para dar

continuidade ao projeto, que, mais uma vez com o apoio do Moisés, retomou em meados do ano de 2022.

Durante o processo ficou visível o controle social exercido pelos moradores quanto aos visitantes de fora. Em todas as vezes que subi o morro sozinha, fui parada por moradores questionando, ainda que educadamente, quais eram as minhas intenções no local. O fato era compreensível, uma vez que carregava sempre comigo uma câmera no pescoço e um tripé na mão. Deixar claro que eu estava acompanhada do Moisés mudava o tom da abordagem, e a partir de então era possível passar de um estado de desconfiança para o interesse. Assim, além das seis entrevistas que realizei neste segundo momento, também tive a oportunidade de conversar com a população local. As entrevistas, que foram subsídio para este trabalho, também servirão de material para a elaboração de um documentário, pensado e organizado junto ao Moisés.

Dito isso, este trabalho tem como objetivo principal reconstruir narrativas historicamente silenciadas, utilizando como meio a oralidade, de forma a subsidiar a compreensão sensível do arquiteto e urbanista para com a cidade e os agentes que nela vivem.

Para tanto, na primeira parte deste trabalho eu discorro sobre a importância da memória para a reafirmação da identidade de um grupo, buscando dentre as manifestações do fazer individual, aquilo que é compartilhado pelo fazer coletivo. A construção do saber histórico por meio da memória busca evitar que a história funcione como mais um instrumento de exercício de poder dos grupos dominantes, onde apenas a “história dos vencedores” é registrada. Longe de buscar por uma *verdade universal*, mas sim compreendendo que há diferentes formas de interpretação do mundo, a memória teria poder, então, de emergir os saberes, vivências, culturas e costumes dos grupos oprimidos. Esta etapa do trabalho também buscou o aprofundamento e problematização quanto às consequências da colonialidade na América Latina, e o desdobramento desta para a formação das favelas brasileiras.

A segunda etapa foi pensada em dois momentos distintos. No primeiro, intitulado “Morro do Mocotó – história oficial”, procurei compreender a comunidade por meio de dados secundários. Nesta seção, apresento estudos sobre a conformação das comunidades do Maciço do Morro da Cruz, relacionando esta com a própria ocupação no centro

de Desterro. Sigo pesquisando sobre as particularidades do Morro do Mocotó, em seus aspectos históricos, legais e de luta comunitária, assim como a visão estigmatizada dessa comunidade sobre os olhos do senso comum. Dadas as limitações inerentes a minha própria interpretação de agente externo, este momento me proporcionou uma compreensão do local e das relações políticas, históricas e sociais que este está inserido. Dessa forma, com o abrandamento da pandemia, pude refinar os objetivos dessa pesquisa, assim como elaborar as perguntas que gostaria de trazer aos membros da comunidade.

Assim, no segundo momento desta etapa, intitulado “Morro do Mocotó – história oral”, analisei e organizei o material obtido tanto nas primeiras entrevistas, quanto nas que pude realizar no ano de 2022. Busco aqui construir um material escrito, complementado pelos ensaios fotográficos que realizei durante minhas idas ao Mocotó. O objetivo desta etapa é registrar as histórias e saberes da comunidade que até então só podem ser acessadas por meio da oralidade, contribuindo, dentro das suas limitações, para a visibilidade de um território historicamente silenciado. Por meio das minhas caminhadas, observações e conversas com os moradores, procurei levantar dados

objetivos e subjetivos que auxiliassem na compreensão das mais diversas particularidades do território, da história e da vida urbana do Mocotó.

Por fim, ainda que tenha buscado não impor minhas próprias perspectivas e bagagens durante a análise dos saberes adquiridos neste processo, é importante ressaltar anulação destas é uma tarefa impossível. Mesmo posto o desafio, busco aqui valorizar e divulgar estes saberes e epistemologias, que, tantas vezes, são desconsiderados dentro do fazer arquitetura. Para nós, futuros arquitetos e urbanistas, este conhecimento adquirido pela pesquisa da memória é fundamental para a construção de uma arquitetura, urbanidade e teorias que condiga e respeite os mais plurais grupos humanos, trabalhando com as demandas de populações que nem sempre seguem as normas europeias de fazer e ver a cidade.



PARTE 1

1. Memória e história



1.1 Memória: Passado e presente

Albert Einstein uma vez afirmou: “Para nós, físicos presunçosos, passado, presente e futuro são apenas ilusões”. Ao contrapor Newton nos Princípios Matemáticos da Filosofia Natural com a Teoria da Relatividade do tempo¹, Einstein comprova que o tempo, ao contrário do que acreditou a humanidade até então, não é absoluto, mas sim relativo ao observador. Para ele, a distinção entre passado, presente e futuro é apenas uma ilusão. E se o tempo é relativo no mundo descrito pela física, o que podemos pensar sobre este no âmbito do pensamento filosófico da história?

Em seu ensaio “*Sobre o conceito da História*”, Walter Benjamin buscou combater a ideia da linearidade homogênea e vazia do tempo propagada pelo historicismo. Para ele, era necessário o rompimento da história linear, onde o último período sempre era visto como a superação dos anteriores. Benjamin faz uma crítica à leitura contemplativa do passado, à ideia de progresso histórico, e

¹ Newton via o tempo como “absoluto, verdadeiro e matemático, que transcorre uniformemente”. De acordo com o físico, futuro e passado poderiam ser precisamente previstos e conhecidos,

defende uma teoria da história iluminada pelo presente e não pelo passado. “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas preenchido pelo “tempo de agora” (*Jetztzeit*)” (BENJAMIN, 1987b). Assim, a crítica à concepção de progresso de Walter Benjamin diz respeito àquele pressuposto progresso da humanidade em si, ou seja, um progresso moral, social e ético.

As análises sobre o passado são sempre influenciadas pela temporalidade, uma vez que, aqueles que buscam interpretar a história são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vive, sempre reinterpretando os fatos a partir do seu olhar marcado pela sua temporalidade. Portanto, em oposição a uma concepção monótona da cronologia, a temporalidade interpela momentos esquecidos do passado com momentos imprevisíveis do presente (DELGADO, 2010).

respectivamente, uma vez que o presente fosse compreendido em seu âmag.

O tempo, ainda que sem poder modificar o passado, atualiza a visão do presente sobre este (DELGADO, 2010). Neste jogo entre passado, presente e futuro, vemos que, assim como o presente modifica nosso olhar para o passado, as novas compreensões do que já ocorreu também possuem poder sobre as perspectivas para o futuro. Desta forma, a história é uma ciência que carrega as marcas do tempo, e sua definição é polissêmica, sempre correlacionada às peculiaridades do tempo em que o conhecimento histórico é produzido. A memória, por sua vez, possui o poder de reter o tempo, salvando-o do esquecimento (DELGADO, 2010).

Longe de possuir uma única definição, a memória abrange uma multiplicidade de significados, partindo desde a releitura e ordenação de vestígios, estabelecendo nexos entre experiências passadas e o presente, à evocação de utopias, utilizando do passado como suporte para a reconstrução do presente e construção do futuro (DELGADO, 2010).

Segundo Delgado (2010) memória é manifestação das identidades, e a afirmação destas através do reconhecimento das suas pluralidades. Ela possui o poder,

através do ato de lembrar, de evocar reminiscências vagas, muitas vezes autocensuradas, de um passado esquecido, possibilitando ao indivíduo ou à coletividade reconhecer e superar traumas marcados pela ausência de raízes. E através dessa conjugação de memórias individuais com as coletivas é possível ultrapassar o tempo de vida individual, para assim constituir possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico. Para Marilena Chauí, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUÍ, 1995, .125).

A fim de estudar o passado, as manifestações do fazer coletivo incorporam vivências individuais, trabalhando assim em duas dimensões: a temporal coletiva e a temporal individual (DELGADO, 2007). Isto pois, ainda que o objeto da história possa ser singular (como um acontecimento ou uma sequência de acontecimentos), o objetivo desta é reconstruir representações do universal, plasmando em um enredo único a trama de vivências coletivas. De acordo com Maia e Arruda, a memória “faz um cruzamento importante entre o particular e o global, entre o indivíduo e o coletivo, entre a intimidade e a história” (MAIA; ARRUDA; 2003, p.21).

Na interligação entre história, tempo e memória, o tempo da memória não se restringe ao tempo corrido individual, ultrapassando este e atingindo o tempo da história. Isto pois as lembranças são também construídas através das tradições e culturas. Lembramos de tempos que nunca chegamos a viver, mas que por meio dos registros da memória social, construímos as visões e representações da história.

Assim, a compreensão de um determinado tempo histórico demanda o reconhecimento dos mais plurais elementos que constituem as comunidades humanas (valores, culturas, modos de vida, representações etc.). Ainda assim, por mais bem documentado que um determinado recorte histórico possa ser, reconstruí-lo em absoluto é uma tarefa impossível. Contudo é necessário buscar compreendê-lo através de todos os fragmentos passíveis de serem encontrados.

A importância da documentação da memória decorre do fato que, ainda que as pessoas possam ser perecíveis enquanto indivíduos, elas são possivelmente perenes enquanto comunidade histórica. A experiência existencial através da narrativa permite que o cotidiano se preencha

de significado, evitando assim que o indivíduo, e posteriormente, a humanidade em si, perca suas raízes e identidades (DELGADO, 2010).

Este estudo abordará as particularidades do narrar a história de maneira oral. Esta metodologia, de acordo com Lucilia Delgado (2010), busca registrar os testemunhos, versões e interpretações da história em suas diversas facetas, estas sendo factuais, temporais, espaciais, conflituosas ou consensuais. Através da tradução de fontes e documentos, a história oral é um registro de depoimentos sobre a história vivida.

A metodologia da história oral privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com aqueles que testemunharam ou participaram diretamente dos processos históricos, seja estes no âmbito da vida privada ou coletiva. Este procedimento premeditado de produção de conhecimento envolve, de acordo com Meihy (2005), uma relação direta entre entrevistado, entrevistador, e o aparelho de gravação. O processo de documentação oral promove o que Delgado (2010) chama de memória estimulada ou induzida. Através dessa, é possível reverter

o caráter espontâneo da memória, transformando-a em fonte para a produção de conhecimento intelectual.

A história oral, de acordo com Neide de Sordi no Manual de procedimentos do Programa de História Oral da Justiça Federal (2007), caracteriza-se pela intervenção direta de um profissional na produção da documentação oral. Ela apresenta-se como uma estratégia possível para dar voz àquelas pessoas que, por algum motivo, foram silenciadas no processo de documentação da memória coletiva oficial. São as pessoas simples, do povo, que ao exporem suas realidades e pontos de vista, relatam também sobre costumes, afetos e sensações que não possuem importância apenas para si, mas que potencialmente representam todo um grupo social.

A relação direta da história oral com a temporalidade, enquanto meio de conhecimento histórico, traz em si ensinamentos tanto sobre o tempo narrado pelo depoente, quanto os tempos percorridos por este durante sua trajetória de vida (o passado), e o tempo em que ocorreu o depoimento (presente). Neste sentido, de acordo com Walter Benjamin, a consciência biográfica e a história do presente são elementos decisivos no processo mnemônico.

Enquanto ferramenta de construção da história, a memória individual é um caminho possível para que o sujeito percorra a própria temporalidade. Ao se confrontar com suas experiências de vida através da memória, o indivíduo tem a oportunidade de debruçar-se sobre si e então reconstruir o que possui como identidade. Assim, “a memória como substrato da identidade, refere-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o lembrar individual encontra-se relacionado à inserção histórica de cada indivíduo” (NEVES, 1998, p.1527). Dessa forma, ao resgatar a história compartilhada a partir de um processo dialético, a memória fundamenta as identidades e promove o autorreconhecimento.

Paralelamente, ainda que as comunidades compartilhem similitudes, não deve ser ignorado ao olhar da história as diferenças entre seus indivíduos. Memória e história são registros das pluralidades humanas, mas que através de conceitos e símbolos, contribuem para a compreensão do sujeito como um ser social. Individual, porém socialmente integrado. Segundo Portelli, cada pessoa é componente de um mosaico que é a coletividade. A história oral, para ele,

[...] tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo depois de reunidos. (PORTELLI, 1997, p.16)

Portanto, ao invés de um olhar para as comunidades humanas como genéricas e abstratas, a metodologia oral trabalha com uma memória que, de acordo com Boaventura Santos (1994), é fonte de expressão de etnicidades, mas também de particularismos, racismos, sexismos etc. Ao incorporar e reconhecer as diferenças, recolhendo relatos de atores sociais distintos, a oralidade busca combater os discursos hegemônicos sobre o passado. Ela possibilita, por fim, a construção de um saber histórico comprometido com o reconhecimento de vivências alternativas às da história oficial, representando a realidade de maneira diversificada.

Enquanto metodologia, a história oral volta-se para a produção de narrativas como fonte de conhecimento e saber. Ao compartilhar o ato de registrar lembranças, ela inclui as dimensões do estímulo ao narrar, do ato de contar e lembrar, além da disponibilidade de escutar. As narrativas produzidas pela história oral são, por fim,

narrativas históricas, que, através do encontro retomam um tempo com referências cronológicas passíveis de serem desvendadas.

Longe de descobrir a *verdade*, uma vez que estas não passam de interpretações do mundo vivido, o estudar a história pode reconstruir narrativas, fornecendo símbolos para que os grupos sociais se reconheçam como agentes históricos, entendendo o passado para projetar seu futuro.

1.1.1 Uma metodologia para a história oral

A história oral, enquanto metodologia, é por natureza não-quantitativa, uma vez que em uma de seus principais pressupostos é a contrageneralização e relativização de conceitos. Portanto, Delgado (2010) defende uma abordagem qualitativa da oralidade, onde os depoimentos particulares combatem a generalização e universalização da vida humana.

Neste processo, a memória serve de fonte informativa para a construção do saber histórico, coletando relatos dos mais plurais narradores a fim de construir uma imagem concisa do passado. O pesquisador que atua com processos orais para a preservação documental e do patrimônio cultural, busca induzir ou estimular a memória. Assim, esta

perde o seu caráter espontâneo, para transformar-se em fonte de produção de conhecimento intelectual (DELGADO, 2010). A fim de proteger a memória do esquecimento, Pierre Nora diz que “é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). Os depoimentos coletados poderão servir para futuras utilizações, sendo base para artigos científicos, exposições, coletâneas etc. assim, perpetuando o saber histórico.

Para a produção os documentos orais há uma série de cuidados que devem ser tomados, obedecendo critérios e prerrogativas técnicas que garantirão a qualidade e credibilidade dos documentos. O pesquisador não deve esperar encontrar a verdade definitiva ou precisão dos fatos, mas sim capturar a compreensão e afetividade que o orador possui com o momento narrado. Busca, assim, entender esta perspectiva do contexto e a relação dos indivíduos com o entorno social (DE SORDI, 2007).

1.1.1.1 Potencialidades e desafios

Para Paul Thompson (1992), metodologia da história oral apresenta inúmeras potencialidades enquanto

construção do saber histórico, podendo ser destacadas, entre tantas outras, as seguintes:

- Formular documentos alternativos aos já registrados pela história oficial, dando voz àqueles que, apesar de terem presenciado e participado dos períodos históricos de estudo, foram silenciados e oprimidos;
- Gerar compreensões alternativas dos fatos, através de relatos de membros dos grupos vinculados às instituições de poder;
- Redefinir as cronologias históricas, através do acúmulo de novos elementos esquecidos ou silenciados;
- Obter novas evidências que, por dado motivo, não podem ser encontradas em registros já existentes. Assim, apresentar novas hipóteses sobre acontecimentos já, em teoria, compreendidos;
- Apresentar à comunidade acadêmica novos campos de pesquisa;

- Reconhecer similaridades e diferenças dentro dos próprios grupos sociais;
- Recuperar memórias comunitárias, locais, étnicas, de gênero, regionais etc.
- Contribuir para a construção da consciência histórica individual e coletiva através do afloramento das múltiplas versões da história.

Da mesma maneira, assim como qualquer ciência, a história oral possui desafios e limitações que devem ser consideradas. Entre tantas, podemos citar:

- A predominância da subjetividade, tanto no ato de lembrar e narrar quanto no momento de registro e interpretação;
- Comportar majoritariamente relatos de um tempo próximo, salvo manifestações de

memórias sociais ou históricas e registros de tradições mantidas através das gerações.

- Possível distorções geradas no ato de transcrição do documento oral para o documento escrito;
- Influências de emoções ainda recentes impressas nas falas, omissões e silêncios do entrevistado;
- A influência dos preceitos da atualidade sobre os fatos. Por conta disso, as visões sobre os acontecimentos narrados carregam os valores da época em que a entrevista ocorre.

1.2 Saber história para fazer arquitetura

Estudar a construção da cidade é inerente ao estudar história. É necessário romper com a concepção unidisciplinar do fazer arquitetura e urbanismo, pois esse é, intrinsecamente, multidisciplinar. “Estudar o passado significa fazer referência às múltiplas experiências dos seres humanos no tempo, que são, antes de tudo, permeadas por um conjunto de conhecimentos e aspectos que não podem ser reduzidos a um recorte disciplinar” (CATELLI JÚNIOR, 2009, p.05).

As funções do arquiteto fundem-se com a do historiador, com a missão de contemplar, não apenas o estudo do *tempo*, mas do *tempo espaço*. A história está permeada nas cidades e lugares. As construções que demarcam o território, perenes ou efêmeras, carregam em si a memória do passado. Sobre a relação entre arquitetura e história, Walter Benjamin expressa:

Os edifícios acompanham a humanidade desde sua pré-história. Muitas obras de arte nasceram e passaram. A tragédia se origina com os gregos, extingue-se com eles, e renasce séculos depois. A epopeia, cuja origem se situa na juventude dos povos,

desaparece na Europa com o fim da Renascença. O quadro é uma invenção da Idade Média, e nada garante sua duração eterna. Mas a necessidade humana de morar é permanente. A arquitetura jamais deixou de existir. Sua história é mais longa que a de qualquer outra arte, e é importante ter presente a sua influência em qualquer tentativa de compreender a relação histórica entre as massas e a obra de arte (BENJAMIN, 1987a, p.193).

A história funciona ao arquiteto, então, como uma ferramenta para correlacionar o espaço com as populações que o construíram e reconstruíram através do tempo, de maneira dialética e material. Nesta via de mão dupla, as construções possibilitam a incorporação de sentido e significados aos modos de vida das populações passadas, deixando vestígios sobre as práticas sociais, valores culturais e decisões políticas da época. Da mesma forma, a história, com enfoque na oralidade, permite a reconstrução imagética das cidades a partir da memória.

Assim, compreender as transformações da cidade, em um processo histórico, evita o descolamento da realidade atual com as decisões do passado que

culminaram no que hoje vivemos. Como diz Júlio De Lamônica Freire (1997):

Os bens culturais construídos no passado da cidade não são, pois, uma permanência estática do espaço tempo. Um velho casarão ou uma velha rua se renovam a cada modificação do seu entorno, ganhando novas funções, novos significados, novos sentidos. Ao mesmo tempo que se modificam sob a dinâmica do entorno, não perdem as características que os distinguem como signos ativos. Sua existência como signos não é estática: não são um casarão e uma rua imóveis no tempo, símbolos estáticos do passado urbano. São espaços vivos por onde flui a continuidade entre o passado, o presente e o futuro. Não devem ser vistos, tratados e compreendidos como sobrevivências, transformados em simulacros de um momento urbano superado, em monumentos fúnebres de um espaço e de um tempo desaparecido. São bens culturais vivos e pulsantes no processo de desenvolvimento urbano em movimento. São signos ativos como todos os demais que compõem o repertório urbano (FREIRE, 1997, p.133).

A cidade é uma construção social e a arquitetura deve versar sobre as demandas do contexto local. É necessário, portanto, construir o conhecimento histórico a fim de relacionar os espaços com a memória que estes guardam,

com todo o seu aspecto social, cultural, político e econômico. Por meio do conhecimento de costumes, técnicas, ritos e práticas sociais, é possível ressignificar o olhar para a arquitetura, acumulando informações que serão fundamentais para a construção de novos espaços. Construindo assim, uma arquitetura que não sobrepuja o passado, mas que, ao contrário, traga em si os elementos necessários para a impulsão da identidade dos que ali vivem.

2. A imagem das cidades brasileiras sobre uma ótica decolonial



Não há maior potência capaz de moldar o futuro do que um passado bem compreendido. Por isso mesmo, este conhecimento, tão múltiplo e diversificado, está e sempre esteve em disputa. Atualmente, observamos um aparente conflito estético guiado de um lado por uma memória positivista, mãe da história oficial ou dominante e, do outro, uma memória popular, pautada nas tradições e principalmente na oralidade.

A relação entre memória e história está sujeita a contínuas reinterpretações ao passar do tempo. A pretensão científica vinculada a história insinuou a falta de confiabilidade e objetividade da memória, advertindo que esta estaria contaminada pela subjetividade (SCHLENKER, 2012), enquanto a “história oficial” contribuiria para o entendimento e reprodução do estado-nação, além de servir para a elaboração da história através de “relatos

históricos nacionais” capazes de narrar a “verdade” (WALLERSTEIN, 1996). Nesse meio, a memória assume a função secundarizada de relatar aspectos subjetivos e menores, enquanto a história oficial narra os acontecimentos políticos, econômicos e sociais (SCHLENKER, 2012).

Dentro da ideia da *colonialidade do poder*, a história “oficial” se impregna nas culturas historicamente dominadas, que, de acordo com Aníbal Quijano (2005), se vêm impedidas de objetivar autonomamente em suas experiências, símbolos e imagens de acordo com seus próprios padrões de expressão. Essa condição conduz os grupos “perdedores” das disputas do passado a utilizarem a estética da história dos vencedores, que muitas vezes legitima e reproduz a matriz colonial do poder, para assim tentar reconstruir a própria memória.

2.1 As múltiplas narrativas da história

A colonialidade aqui debatida refere-se à relação de poder instituída entre os países colonizadores e colonizados. Nas Américas, essa estrutura foi incorporada a partir da expansão colonial no Século XVI resultante das grandes navegações. A abordagem utilizada por Assis (2013) expõe a colonização americana, e, posteriormente, o neocolonialismo na África e Ásia, como fatores determinantes para a criação e manutenção da economia capitalista mundial. Pois é a partir da acumulação primitiva colonial que foi possível não somente a o desenvolvimento do capitalismo, mas também esta seria a base da construção do que hoje é a Europa.

O processo da exploração do trabalho e do controle da produção, apropriação e distribuição dos produtos americanos na construção histórica das Américas teve sua base na relação capital-salário e do mercado mundial (QUIJANO, 2005). Estas relações se deram através da escravidão, da servidão, da pequena produção mercantil, da reciprocidade e do salário, todas essas configurando-se como histórica e sociologicamente novas, articuladas simultaneamente no mesmo espaço-tempo entre si

através do capital. É a partir do desenvolvimento dessas formas de controle que se estabelece, pela primeira vez na história, um padrão global de controle do trabalho, dos seus recursos e produtos, estabelecendo, por fim, o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005).

O poderio europeu não se deteve no controle do mercado mundial. Na construção do novo “sistema-mundo”, o padrão de poder exercido pela Europa implicou em um processo de *re-identificação histórica* do mundo. Às populações conquistadas foram atribuídas novas identidades geoculturais, estas geradas em grande parte pela colonialidade (QUIJANO, 2005).

A vantagem adquirida pela Europa através da exploração dos continentes colonizados possibilitou que esta formulasse a construção da identidade de si mesma como *naturalmente superior*. A partir de pretextos como o nível de desenvolvimento político e cultural (e aqui sublinhamos o intelectual), e construção da ideia de *raça*, todas experiências, histórias e produtos culturais foram articulados em torno da hegemonia da Europa, que passa a controlar as representações de subjetividades, culturas e

produção do conhecimento. Dentro de uma lógica hierárquica de superioridade cultural, apenas os países agora denominados “Oriente” poderiam ser considerados dignos de comparar-se ao Ocidente, ainda que em nível inferior. Aos americanos e africanos, então taxados como índios e negros, nenhuma comparação de equivalência é criada, assim fomentando uma desumanização dessas populações com fins de justificar a sua exploração.

A racialização dos mais diversos povos colonizados acarreta numa irreversível perda de identidade dos grupos que compunham a África e as Américas. A pluralidade de línguas, culturas e memórias presentes nas américas é transformada em uma só identidade cultural, com base racial: os índios. Da mesma maneira ocorre na África e os posteriormente denominados negos.

A junção das múltiplas histórias culturais em um mundo dominado pela Europa articulou para que todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais fossem incorporadas dentro da mesma lógica da ordem cultural global, ou seja, da lógica hegemônica europeia (ocidental). Assim, muito além do controle da produção de

bens, estabelece-se no mundo o controle da produção de conhecimento, da cultura e da subjetividade.

De acordo com Quijano (2005) foram três as principais atuações dos países colonizadores para o controle e subjugação sociocultural dos demais continentes. Primeiramente, os mais aptos para o desenvolvimento capitalista entre as populações colonizadas foram expropriados enquanto contribuíssem para o benefício europeu. Em segundo lugar, o universo simbólico dos colonizados, representado dentro dos padrões de produção de sentidos, expressões e objetivações da subjetividade foi violentamente reprimido, de forma especialmente brutal e profunda nas populações americanas e africanas. A Ásia, por sua vez, ainda conseguiu manter uma parcela considerável de sua história e herança cultural, fato que viabilizou sua categorização em “Oriente”. Por fim, os grupos dominados foram forçosamente obrigados a absorver a cultura dos colonizadores em tudo que fosse útil para a dominação, tanto no campo material quanto subjetivo, especialmente em relação à religiosidade. Práticas culturais de origem americana e africana, dentre estas suas religiões, línguas e epistemologias são perseguidas, escondidas através do sincretismo religioso

ou simplesmente deixada de serem praticadas. Desta forma foi possível controlar, então, não apenas a produção e distribuição de bens, como também as perspectivas cognitivas e construção de sentido material e imaginário destas populações, ou seja, de suas culturas.

A nova relação entre modernidade e progresso vinculada às experiências e produtos exclusivamente europeus resultou em uma perspectiva temporal onde as populações colonizadas se encontrariam no passado histórico. Em uma linearidade construída através do então eurocentrismo, esta trajetória homogênea da “evolução” humana culminaria por fim no que então seria a Europa. Os demais continentes passaram a ser enquadrados como não somente inferiores, mas como primitivos e *anteriores* aos europeus. Assim, a imagem construída da história da civilização humana apresenta uma trajetória que parte de um estado de natureza (portanto animal) e culmina na Europa (QUIJANO, 2005).

O dualismo criado entre europeus e não-europeus acarretou um processo de simplificação e homogeneização de populações das mais heterogêneas culturas. Cada um dos povos conquistados possuía sua própria história,

linguagem, memória e identidade, reduzidos, por fim, em *índios* e *negros*. Para ambos os termos foi agregada uma conotação racial, colonial e negativa, que implicou no despojo dessas comunidades do seu papel particular na produção cultural da humanidade.

A partir desta linha, Quijano sintetiza os três principais elementos da construção do eurocentrismo. Primeiramente, a articulação entre o dualismo (pré capital/capital, não europeu/europeu, primitivo/civilizado) e um evolucionismo linear criado a partir de um estado de natureza que se culminaria na modernidade europeia. Em segundo lugar, a codificação dos diferentes grupos humanos através da ideia de raça. Por fim, a distorção temporal onde todos os povos, objetos e culturas não europeias são percebidos como passado. A partir desta base cria-se o mito fundador de que as diferenças entre a Europa e a não-Europa são diferenças da própria natureza de cada povo, portanto diferenças raciais, e não geradas através da história de dominação e poder.

Neste contexto, enquanto as formas de pensar e agir sofrem um extenso processo de controle e dominação, simultaneamente a memória é destituída da sua condição

de fonte transmissora de conhecimento. Se lembrar o passado possibilita que os povos moldem seu futuro, a dominação eurocêntrica serve como uma venda para outras possibilidades epistemológicas que não a europeia e capitalista.

As formas de narrar a história dos povos dominados, a memória tradicional, majoritariamente oral, é excluída dos livros de história por sua pressuposta isenção de metodologia científica. A censura às formas estéticas de lembrar não-europeias conduz as populações americanas, africanas e asiáticas a empregarem a estética construída pela *história oficial* a fim de imprimir sentido às suas práticas culturais sobreviventes, principalmente as que possuem em sua base o ato de recordar (SCHLENKER, 2012).

A perda de controle sobre a memória, e o fortalecimento de uma pressuposta ciência imparcial, fomenta a consolidação do que Walter Benjamin chama de “bens culturais”, que no contexto nada mais seriam do que produtos da barbárie e sofrimento, reproduzindo a história almejada pelos vencedores:

“Ora, os que num momento dado dominam são herdeiros de todos que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia, sempre, portanto, esses dominadores. (...). Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais.” (BENJAMIN, 1987b).

A compreensão dos fatos, então, demandaria um afastamento do que se refere aos bens culturais. Benjamin defende que a história almejada pressupõe que todos os acontecimentos façam parte da história: “Nada do que algum dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1987b). Para isso, Walter Benjamin defende que aqueles que buscam investigar a história devem atuar como colecionadores que reúnem os pequenos registros dos indivíduos oprimidos e, portanto, a margem da história oficial. Renegando uma conduta meramente contemplativa e “imparcial”, mas sim, à luz do presente e de forma atenta para a luta de classes, cabe a esse pesquisador o papel de reorganizar os fragmentos históricos com intenção de superar as contradições entre passado e presente (ASSIS; CORDEIRO, 2013).

Submergindo essas imagens esquecidas e afogadas do passado de maneira crítica e articulada com o presente, seria possível, então, abrir o caminho para a redenção (BENJAMIN, 1987b). O passado poderia ser salvo no presente graças a uma percepção que transforme o próprio passado, na medida em que este último assume uma nova forma (ASSIS; CORDEIRO, 2013). Seriam, de acordo com Benjamin, a ação dos que no passado foram oprimidos que teria poder de irromper com a continuidade histórica: “a consciência de fazer explodir o continuum da história é própria das classes revolucionárias no momento da ação” (BENJAMIN, 1987b).

A leitura da história de forma decolonial, ou seja, uma história que se oponha a colonidade e retome as epistemologias subalternizadas, busca inverter as perspectivas sobre os acontecimentos históricos. Assim, é

possível elaborar uma crítica quanto as relações sociais até então impostas, a fim de reconhecer a diversidade epistemológica do mundo, e equilibrar as forças das comunidades cuja epistemologia fora subjugada (QUIJANO, 2005).

A história, ao invés de assumir uma dimensão do exercício de poder, silenciando acontecimentos e a manifestação da memória dos grupos minoritários ou “vencidos”, deve evitar que o presente ocorra como um processo contínuo, sem raízes e lastros, indiferente ao passado e sem compromisso com o futuro. Deve contribuir para que a sociedade encontre os subsídios para reconhecer sua própria identidade, reconhecendo o ser humano como como sujeito elaborador do próprio processo histórico e construtor do saber crítico sobre a história.

2.2 Favelas brasileiras

O primeiro passo ao buscar soluções concretas para os problemas gerados a partir da exploração do território brasileiro é reconhecer sua forma e origem. Enquanto a ordem legal foca-se em uma cidade virtual, teórica, a cidade real sustenta as contradições acumuladas durante o processo de formação e crescimento urbano. Contradições essas que são berço de segregação, pobreza, violência e apartheid social.

A negação às condições de vida digna para significativa parcela da população brasileira deu-se de forma dialética entre as primeiras explorações coloniais e o desenvolvimento do capitalismo periférico. O desenvolvimento urbano, em oposto ao idealismo de que este possuiria poder de eliminar as contradições decorrentes do processo de colonização, serviu para a manutenção destas dentro do novo e moderno mundo. Utilizando da interpretação de Martins (1979, p.19), a expansão do capitalismo não redefiniu as antigas divisões sociais, uma vez que este necessitava justamente de relações não capitalistas para sua reprodução em um aspecto global.

Desta forma, Ermínia Maricato apresenta em seu *livro MetrÓpole na periferia do capitalismo* (1995) a teoria de que a sociedade colonial americana é marcada pela ambiguidade, uma vez que a produção nas colônias não poderia se enquadrar nem como feudal, nem como pré-capitalista, mas sim uma combinação de ambos os sistemas, mesclando produção para subsistência com produção para escoamento no mercado internacional.

Enquanto o sistema capitalista pressupõe o trabalho assalariado, o desenvolvimento deste no Brasil em nada impediu a manutenção da escravidão. As ideias iluministas de igualdade, liberdade e direitos individuais perante a lei conviveram aqui com as mesmas relações feudais baseadas no mando e dominação. (MARICATO, 1995). A própria negociação para o reconhecimento da independência brasileira prometia ao mercado externo a abolição da escravatura, enquanto internamente prometia o seu oposto (ALENCASTRO, 2000). Neste contexto, ainda que o acordo com a Inglaterra de 1826 proibisse o tráfico de todos os navios negreiros vindos da África, a pirataria ilegal continuou ocorrendo sob a proteção e vista grossa das

autoridades brasileiras (BOSI, 1992, p. 196). Fecundado em uma raiz contraditória, o liberalismo brasileiro se consolidou sob um ideal de liberdade, individualidade e autonomia apenas para aqueles que justamente propagavam a escravidão e serventia. “Tratava-se do liberalismo dos possuidores, ou do respeito à individualidade e autonomia do cidadão proprietário.” (MARICATO, 1995, p.15).

O fim do tráfico de escravos ocorre simultaneamente com o processo de controle sobre a ocupação da terra. Segundo palavras de Miguel Baldez, “Há uma perfeita articulação entre o processo de extinção do cativo do homem e o processo subsequente de escravização da terra.” (BALDEZ,1986).

Até o ano de 1850 a ocupação e posse da terra eram atividades legítimas perante o estado, uma vez que esta era considerada destituída de valor (MARTINS, 1979). Até então, atuava no Brasil o sistema português de sesmarias, cujo princípio dava-se pela distribuição de terras concedidas aos administradores das capitanias hereditárias. Na prática, o sistema garantia que apenas os proprietários de escravos pudessem ser proprietários de terras, dado que a exigência por parte da Coroa era que estas fossem produtivas e

pagassem impostos. Os senhores de terras, definidos como “homens bons”, compunham as Câmaras Municipais e deveriam por norma serem brancos, católicos, atuarem em ofício não manual e residentes na cidade (MARICATO, 1995). Foi por meio deste sistema de concessão de terras que se consolidaram os grandes latifúndios brasileiros, característica que permanece realidade até os dias atuais.

A ascensão do trabalho do homem livre colocaria em xeque o controle e domínio sobre as terras públicas. O que impediria que estes ocupassem e produzissem nas terras devolutas? O que Miguel Baldez chamou de *escravização da terra* se deu no Brasil graças a promulgação da Lei de Terras nº601, de 18 de setembro de 1850, que determinava que os processos de aquisição de terras não ocupadas passariam a ocorrer exclusivamente mediante a compra e venda. Isto significaria que aqueles sem recursos para adquirir sua gleba seriam obrigados a trabalhar nas mesmas fazendas anteriormente mantidas por escravos (MARTINS 1979; BALDEZ 1986).

É a partir Lei de Terras que surge no Brasil uma recém necessidade do ordenamento do território nacional com intuito de assegurar o caráter de mercadoria sobre a

propriedade de terras. (BALDEZ, 1986). Uma malha de leis e regulamentos possibilitam, a partir do século XIX, a busca por uma delimitação precisa dos loteamentos, alinhamentos das fachadas, nivelamento das vias e a diferenciação entre o espaço público e o privado. A partir deste momento, o lote quadrangular e ortogonal passa a orientar a produção do espaço urbano (MARX, 1991).

A burocratização do uso do solo impulsionou a formação do mercado imobiliário brasileiro, este cuja base sustentou-se e se sustenta até hoje nas relações capitalistas e na exclusão social. Forma clara desta exclusão pode ser compreendida ao estudar os primeiros Códigos de Posturas Municipais de cidades como Rio de Janeiro (1889) e São Paulo (1886). Estes proibiam a construção de cortiços e “edificações acanhadas” nas áreas centrais, exigindo a legalização das construções através de uma série de fatores inacessíveis para as classes mais pobres (MARICATO, 1995).



Figura 1: Barracão de madeira componente da estalagem existente nos fundos dos prédios da Rua do Senado, 1906 (Foto: Augusto Malta)



Figura 2: Alargamento da Rua da Carioca, 1905 (Foto: Augusto Malta)

A modernização das grandes cidades, ao espelho das reformas europeias conduzidas por Georges-Eugène Haussmann, buscava ocultar o passado escravagista através de uma fachada de progresso e modernidade. Isto posto, ocorrem reformas urbanas em importantes centros como Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Porto Alegre, Belém, Curitiba e também Florianópolis. No mais, sob o pretexto das epidemias provocadas pela densificação urbana e ausência de saneamento básico, os governos

possibilitaram a realização de uma “limpeza” social, étnica e cultural, apresentando novos paradigmas estéticos para a paisagem urbana. No mesmo processo que consolida o mercado imobiliário, a “massa sobrando” (negros, pessoas em situação de rua, desempregados etc.) é expulsa das áreas centrais (MARICATO, 1995). Intensifica-se, assim, a ocupação de morros, várzeas e subúrbios, dando gênese às primeiras favelas do Brasil.

O processo de precarização das periferias se intensifica, passo o sempre crescente inchaço urbano advindo de políticas públicas que favorecem o trabalhador urbano em detrimento do rural. Ermínia Maricato (1995) cita os dois principais fatores para o processo de imigração que veio a resultar na inversão de densidades entre campo e cidade que vemos hoje em dia. Em primeiro lugar, a concentração fundiária: No final do século XX, 14,16% da área rural do Brasil era distribuída em apenas 0,04% do número total de propriedades. Em segundo, a modernização do campo agregada ao combate às organizações trabalhistas rurais.



Figura 3: Morro do Pinto, 1912 (Foto: Augusto Malta)

A partir de então, entre os anos de 1940 e 1980, a população urbana passa de 26,35% do total para 68,86% (MARICATO, 1995), se concentrando em alguns pontos específicos do país, de forma a gerar os grandes centros urbanos (LIPIETZ, 1985). Neste processo, ainda que tenha de fato ocorrido uma ampliação da integração do território nacional, além de acréscimos consideráveis no PIB e redução dos índices de mortalidade, a desigualdade social se intensifica. Em 1981, os 1% mais ricos do Brasil concentravam 13% da renda nacional, enquanto os 10% mais pobres concentravam apenas 0,9% (MARICATO, 1995).

Ao contrário do que pensa o senso comum, moram nas favelas brasileiras não apenas trabalhadores informais do setor terciário, mas também muitos dos assalariados pelas indústrias. Em São Paulo no ano de 1980, por exemplo, mais da metade dos chefes de família ativos que moravam nas favelas atuavam no setor secundário (TASCHNER 1993). A cidade “oficial” se conforma de maneira que nem os empregos formais são capazes de adquirir moradias regulares. Aos muitos excluídos pelo mercado imobiliário capitalista, restam, por um lado, as favelas, cortiços e loteamentos ilegais, e por outro, no máximo, loteamentos formais nas periferias pouco urbanizadas.

O avanço das leis regularizadoras do solo urbano, as novas infraestruturas viárias, e, por fim, o controle sobre a terra, esgota em poucas décadas os vazios passíveis de serem ocupados. Os estoques ainda existentes passam para as mãos da produção capitalista formal, única capaz de arcar com os custos de produção na cidade moderna.

E esgotam-se os vazios - terras devolutas, terras públicas, terrenos com donos ausentes, terrenos de posse pouco esclarecida- passados a outras mãos. Solda-se assim, toda a estrutura

de controle privado do solo, sem deixar brechas, exceto escassas áreas ainda sob controle público com destinação prevista. (BRANDÃO 1981)

As classes baixas são, sumariamente, excluídas dos meios essenciais para uma vida digna nas cidades. A precariedade do transporte público, muitas vezes somado à necessidade de percorrer longas distâncias, distancia o trabalhador da oferta de empregos. A inexistência de infraestruturas de saneamento básico, drenagem etc., expõe essa população a doenças, enquanto a falta de oferta de serviços de saúde dificulta que essas sejam tratadas. Além disso, o pouco investimento na educação em comunidades informais soma-se à falta de oportunidade de empregos formais, fato que dificulta que o morador da favela consiga melhorar suas condições de vida e sair deste ciclo. “Ser pobre não é apenas não ter, mas sobretudo ser impedido de ter, o que aponta muito mais para uma questão de ser do que de ter” (DEMO, 1993).

Impossibilitados de habitar as porções regularizadas do solo urbano, as camadas mais pobres ocupam as encostas em áreas de proteção ambiental, espaços com pouca ou nenhuma utilidade para o mercado imobiliário.

Além dos riscos constantes de desmoronamentos, os residentes destes locais, ignorados pela administração pública, são excluídos do acesso aos requisitos básicos de saneamento urbano.

Contudo, é necessário apontar para o fato de que, apesar do baixo interesse do Estado perante a qualidade de vida dos moradores das favelas, houve sim investimentos em obras de infraestrutura urbana voltados para esta população. Ermínia Maricato em *Metrópole na periferia do capitalismo* analisa os projetos populares realizados nas últimas décadas, e critica que, ao invés destes basearem-se em um Plano Habitacional que levasse em consideração as complexidades inerentes à diversidade urbana e social brasileira, investiu-se na construção de conjuntos habitacionais genéricos ou obras pontuais com finalidade de serem publicizadas. Assim, os programas muitas vezes mascaram os conflitos urbanos sob uma ótica mais aprazível sem, contudo, solucionar as demandas reais das populações marginalizadas.

Maricato ainda expõe que, apesar dos problemas sociais ocasionados a partir de normativas excludentes, a solução para os problemas urbanos não se dará por meio de

uma completa ausência do Estado, como defende o ideário neoliberal. Ainda que a solução seja complexa e sem formas prontas, a conquista do direito à cidade, ou a Reforma Urbana, exige novas normatizações que se estendam a toda população através de parâmetros gerais e democráticos para toda a cidade. A Reforma Urbana deverá buscar a elevação do nível de consciência sobre a cidade real. Por meio da consciência coletiva do direito a cidade para todos, a setorização da administração das cidades deve ser rompida, de maneira a desmontar a idealização da cidade hegemônica em prol de uma cidade real e igualitária.

PARTE 2





3. Morro do Mocofo: historia oficial

3.1 Contextualização geral

O Morro do Mocotó pertence ao Maciço do Morro da Cruz (MMC), inserido no centro de Florianópolis. Na sua parcela mais elevada, onde atinge 283m de altitude, se estabelecem diversas emissoras de televisão e um mirante que proporciona a vista do centro de Florianópolis, as baías sul e norte, parcela do sul da ilha e toda a região continental. A localização faz parte da unidade geomorfológica Serras do Leste Catarinense. O MMC é caracterizado pelos Modelados de Dissecação em Montanha, que compreende as elevações mais altas e com encostas mais íngremes, com amplitude altimétrica superior a 200 metros. (HERRMANN e ROSA, 1991).

No seu entorno ficam as comunidades como o Morro da Queimada e do Bode. Atualmente, podemos avistar o morro, que fica à esquerda do túnel Antonieta de Barros, ao chegar pela ponte Pedro Ivo Campos. Por outro lado, se observarmos a vista a partir do Mocotó, avistaremos as baías Sul e Norte de Florianópolis, assim como o bairro Estreito na parte Continental, a Prainha, o Centro e, por fim, a ponte Hercílio Luz, configurando uma das mais espetaculares vistas do município.

A principal via de acesso para o Morro do Mocotó é pela Rua Treze de Maio, onde se encontra, na esquina com a Rua Silva Jardim, a paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus. Esta rua é asfaltada e sobe aproximadamente 200 metros em direção ao morro. Outro acesso importante é pela Rua Morro do Mocotó, subindo o beco onde ficam depositados os contêineres da Comcap. Além disso, é possível chegar pelos fundos do Hospital de Caridade ou pelo Morro da Queimada.

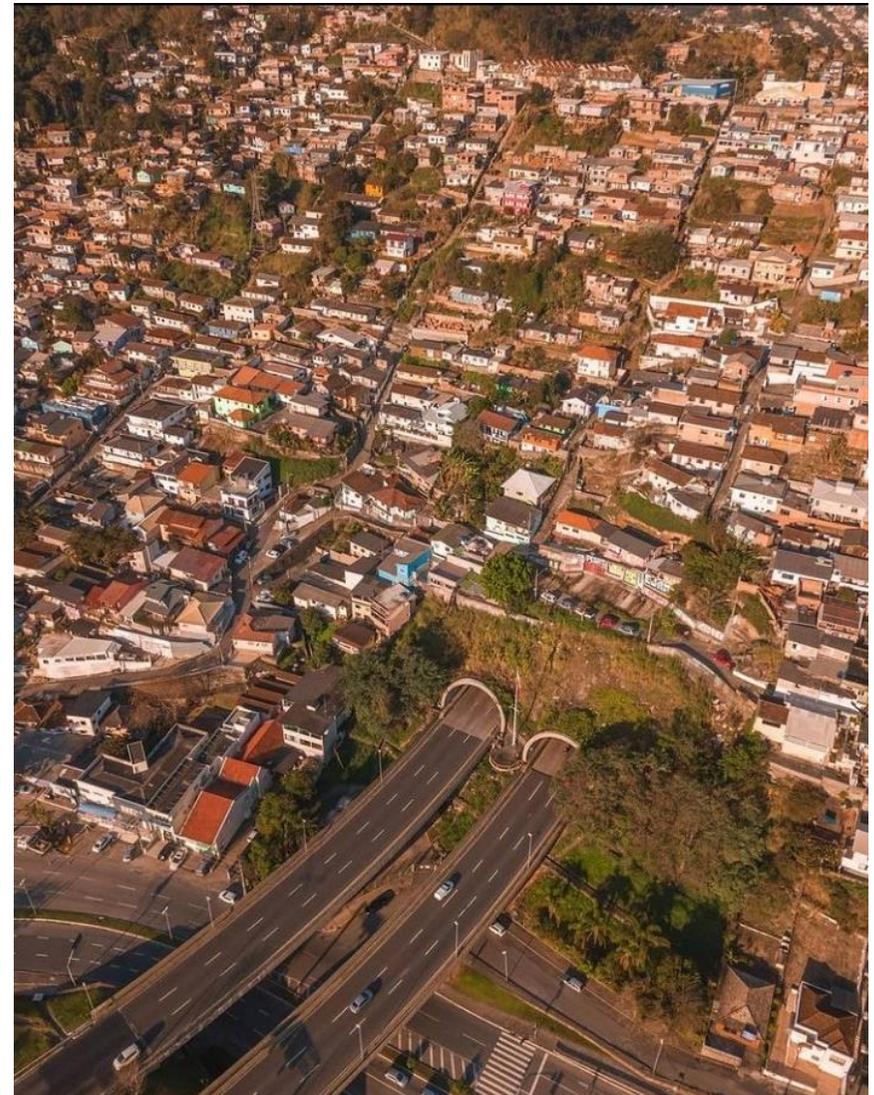
Por conta da sua localização no Centro da cidade, o Mocotó tem acesso privilegiado a uma série de infraestruturas públicas, como o Hospital de Caridade e o Posto de Saúde da Prainha, assim como a creche Celso Ramos e o Instituto Estadual de Educação.

O Mocotó é formado por espaços delineados por becos, entradas e caminhos que não apenas são utilizados como passagem por seus moradores, mas se transformam em locais de encontro e conversa, onde passam os idosos e as crianças, as donas de casa e os desempregados, os jovens, os namorados, os vendedores e usuários de drogas.

Com toda essa gente, além da proximidade entre as

casas, o som se propaga entre os corredores, sempre com muita música e risada das crianças, sons que vão se misturando e conformando o que por fins se transforma a área do bairro. Nessa proximidade induzida pela morfologia urbana, as pessoas se conhecem e se relacionam, de maneira que a própria cidade formal muitas vezes falha em conseguir.

Ainda que localizado em área central, o Morro do Mocotó está às margens das dinâmicas do Centro. Por conta das suas características geomorfológicas, há uma série de restrições de caráter legal para o avanço da ocupação, tanto ambientais quanto urbanísticas. Isso não impediu, contudo, que as encostas íngremes, áreas de nascentes e terrenos cobertos por vegetação fossem cada vez mais ocupados, principalmente por aqueles excluídos dos processos de urbanização da “cidade legal”. A erosão proveniente da exposição dos solos agrava o risco de deslizamentos nas áreas ocupadas (SCHEIBE, 2002). Isso, somado à falta de saneamento básico, evidencia a fragilidade social e ambiental das populações ali residentes, subproduto direto da urbanização capitalista periférica.



3.2 Compreendendo o Morro do Mocotó a partir dos dados do IBGE – 2010.

O Morro do Mocotó, ainda que se encontre inserido em uma das regiões mais valorizadas de Florianópolis, é considerado uma comunidade com diversos níveis de carência. A fim de elencar fatores objetivos que demonstrem o contraste econômico e social entre o Mocotó e as demais localidades de Florianópolis, optou-se por trazer uma compreensão a partir da base de dados do IBGE 2010.

Cabe salientar que este estudo compreende a defasagem dos dados, já tendo passado mais de uma década desde o levantamento. Contudo, considerou-se que os dados do Censo seguem sendo a melhor base de informações disponível, mas que deve ser atualizada assim que novos dados forem fornecidos.

Nesta análise, os dados estatísticos disponibilizados pelo IBGE foram georreferenciados em mapas socioeconômicos, categorizados por cor, renda e existência de infraestruturas urbanas. Desta forma, os pontos de pobreza dentro da área urbana de Florianópolis podem ser mais facilmente visualizados. A divisão realizada pelo IBGE separou o Mocotó em três setores censitários, que estão

destacados no mapa da Figura 4 e serão utilizados como base para a análise.

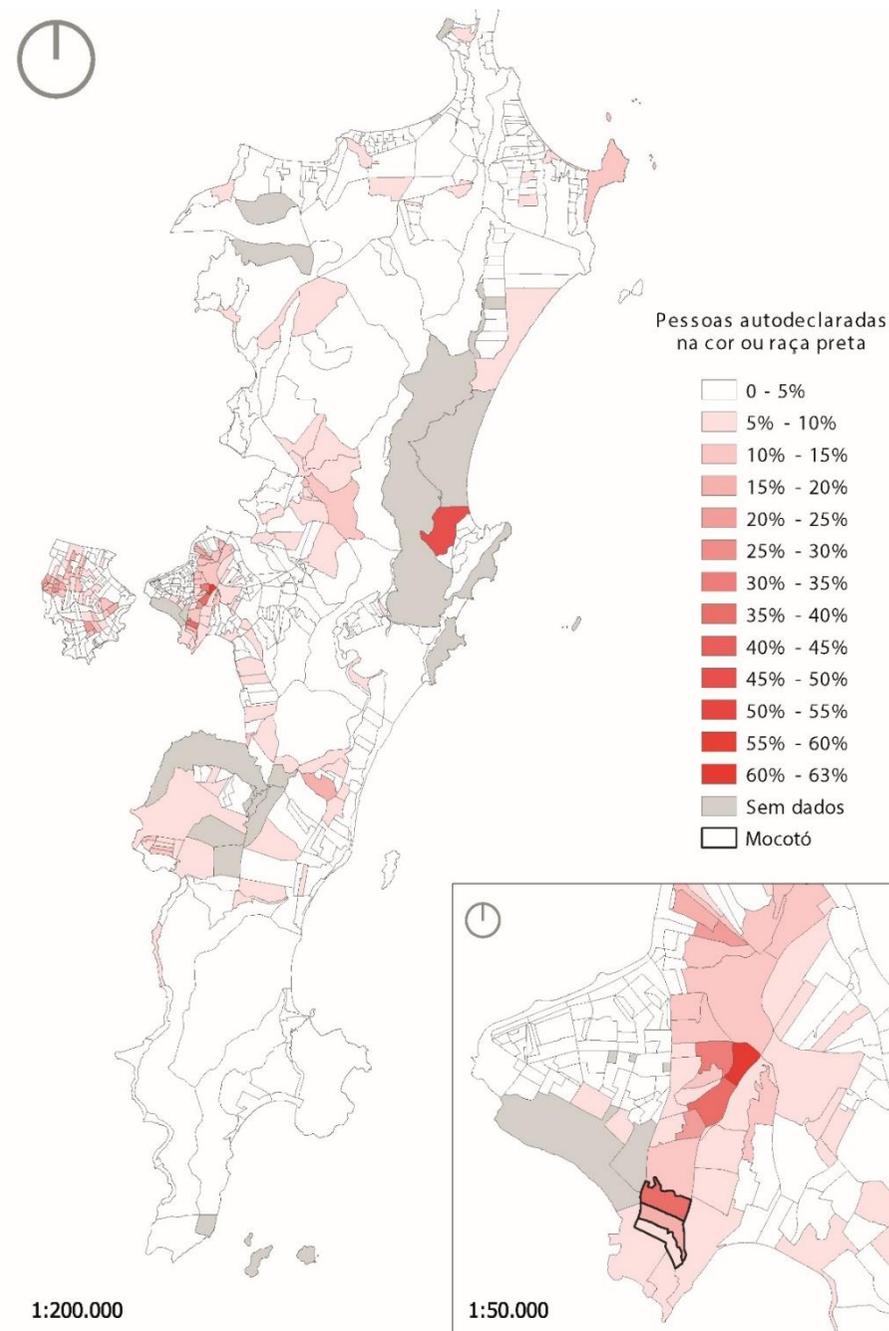


Figura 4: Setores censitário do Morro do Mocotó. Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

3.2.1 Cor e raça

A primeira análise comparativa sobre os moradores do Mocotó é em relação à cor e raça. A imagem construída sobre o sul do Brasil, e, em específico, de Florianópolis, conta a história de que esta é uma região branca. Esse discurso, antes de atentar-se a uma base científica, fomenta a invisibilidade de uma significativa parcela da população, descendente principalmente de imigrantes e ex-escravizados. O mapa da Figura 5 apresenta a porcentagem de pessoas por setor censitário que se autodeclararam pretos. Podemos perceber através da estratificação que uma parcela considerável da população autodeclarada negra se encontra no centro, predominantemente no Maciço do Morro da Cruz. A segregação racial mostra-se visível: na parcela formal da cidade são raros os casos de setores com mais de 5% de autodeclarados negros. É na cidade informal, nas favelas, que aparecem porções mais significativas de pretos. No setor 1 do Mocotó, 9% dos habitantes se autodeclararam pretos. No setor 2, foram 19,5%, e no setor 3, 35,8%.

Figura 5: Pessoas autodeclaradas na cor ou raça preta. Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

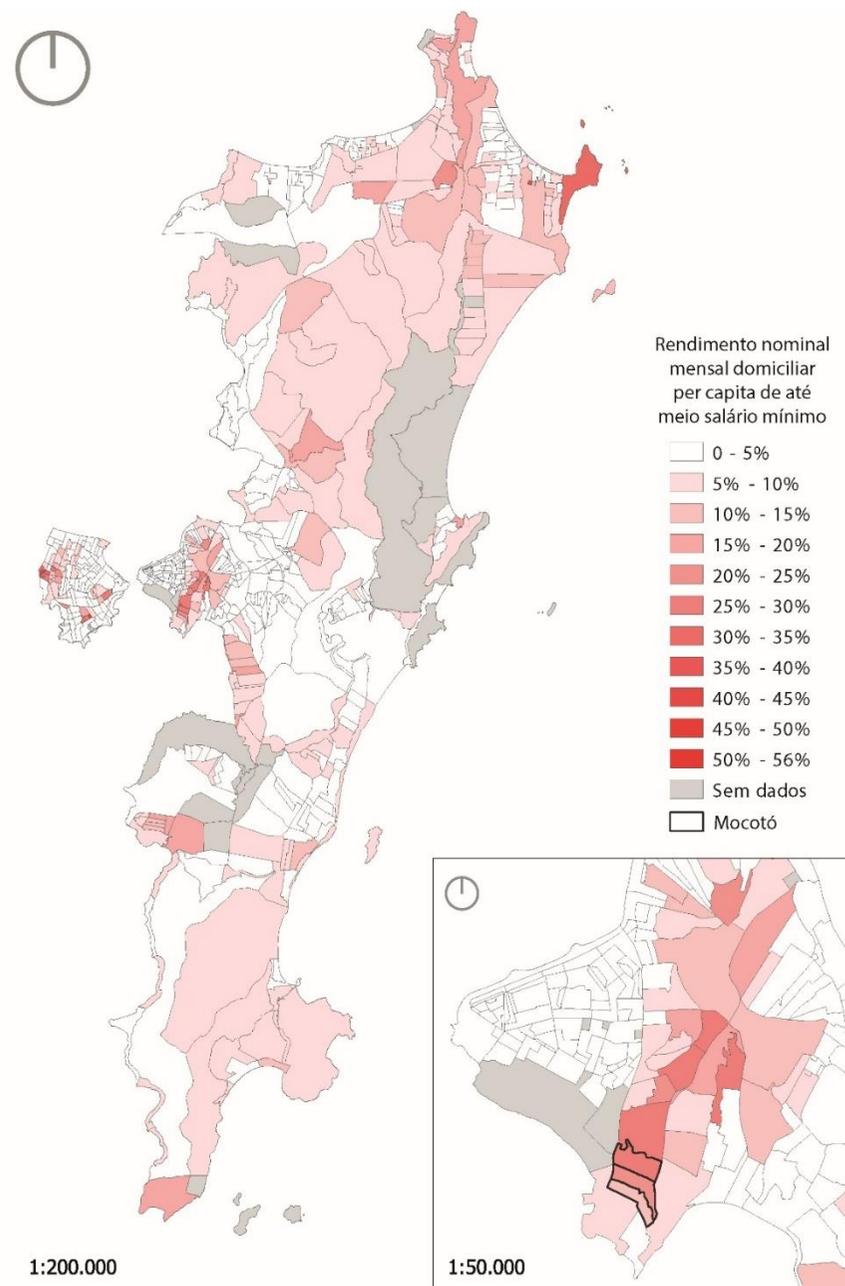


Ainda que este estudo não busque se aprofundar na análise a respeito de cor e raça, é possível observar que em todo território urbano são raros os locais onde a população preta ultrapassa a branca. E são justamente os locais informais, e, portanto, com menor acesso à infraestrutura estatal, que abrigam grande parte desta população. Assim, podemos observar a segregação racial presente em Florianópolis, que, ao longo de seu processo de formação, assim como veremos nos capítulos posteriores, restringiu o acesso à cidade formal aos mais pobres. Esses, muitas vezes descendentes de escravos e, portanto, negros, se abrigaram no Maciço do Morro da Cruz.

3.2.2 Renda

O mapa da Figura 6 apresenta a porcentagem de domicílios com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário-mínimo. No mapa ampliado da região central é possível observar o contraste social entre o Maciço do Morro da Cruz e o restante do bairro. É o morro que detém praticamente todos os setores censitários com mais de 5% de domicílios com até meio salário-mínimo. No caso específico do mocotó, este valor chegava a 14% dos domicílios no setor 1, 23% no setor 2 e 28% no setor 3. Na época, quando o salário-mínimo era de R\$ 510,00 (2010), isso significava que a renda destas residências seriam de até R\$ 255,00 per capita, demonstrando a vulnerabilidade social do local.

Figura 6: Rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até meio salário-mínimo. Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).



O mapa da Figura 7 complementa a noção de disparidade social presente no Morro do Mocotó. Enquanto em um raio de 2 km estão presentes os setores mais abastados da cidade, com médias acima de 20 salários-mínimos, dois dos 3 setores do Morro possuem média entre 0 e 2 salários-mínimos, considerando os valores do ano de 2010.

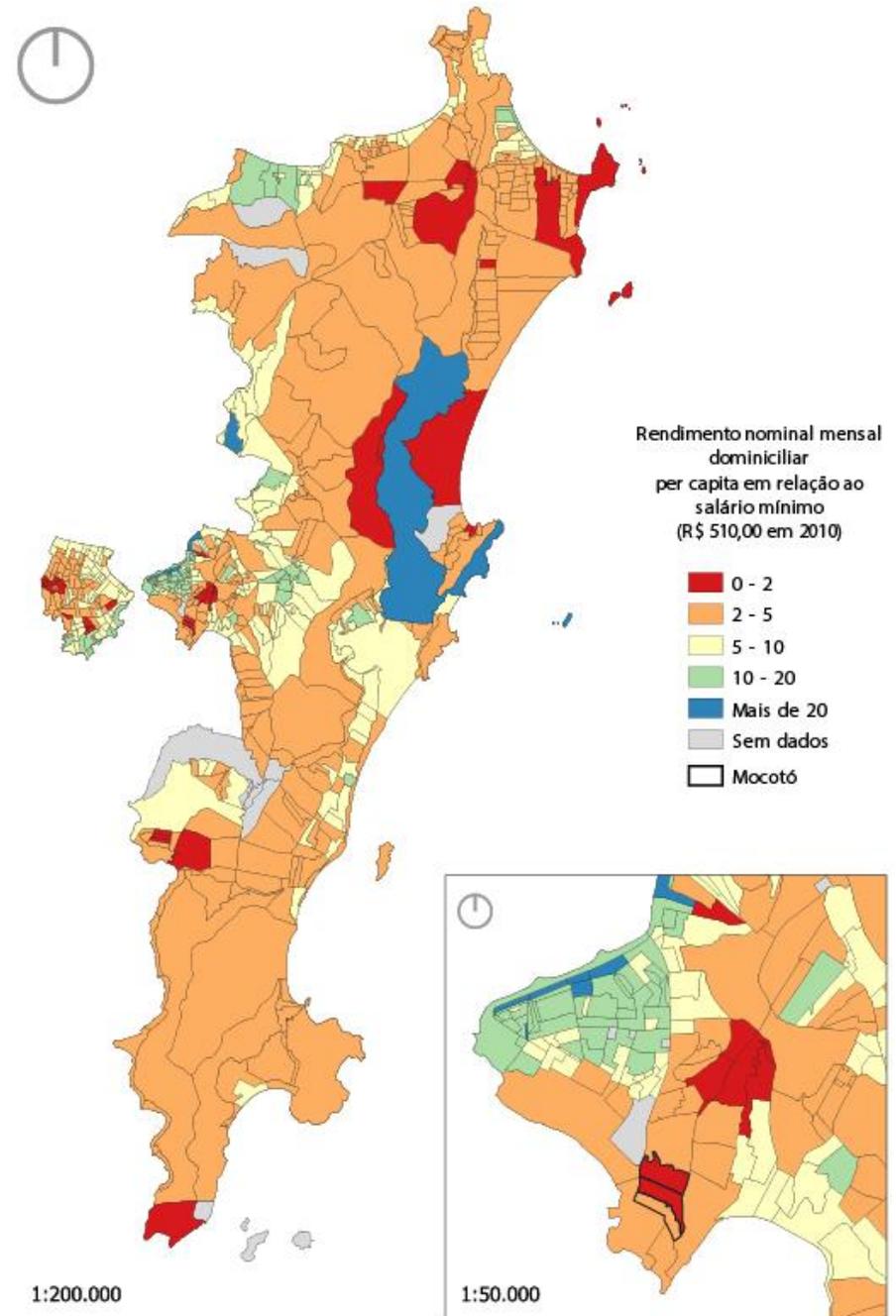


Figura 7: Rendimento nominal mensal domiciliar per capita em relação ao salário-mínimo. Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

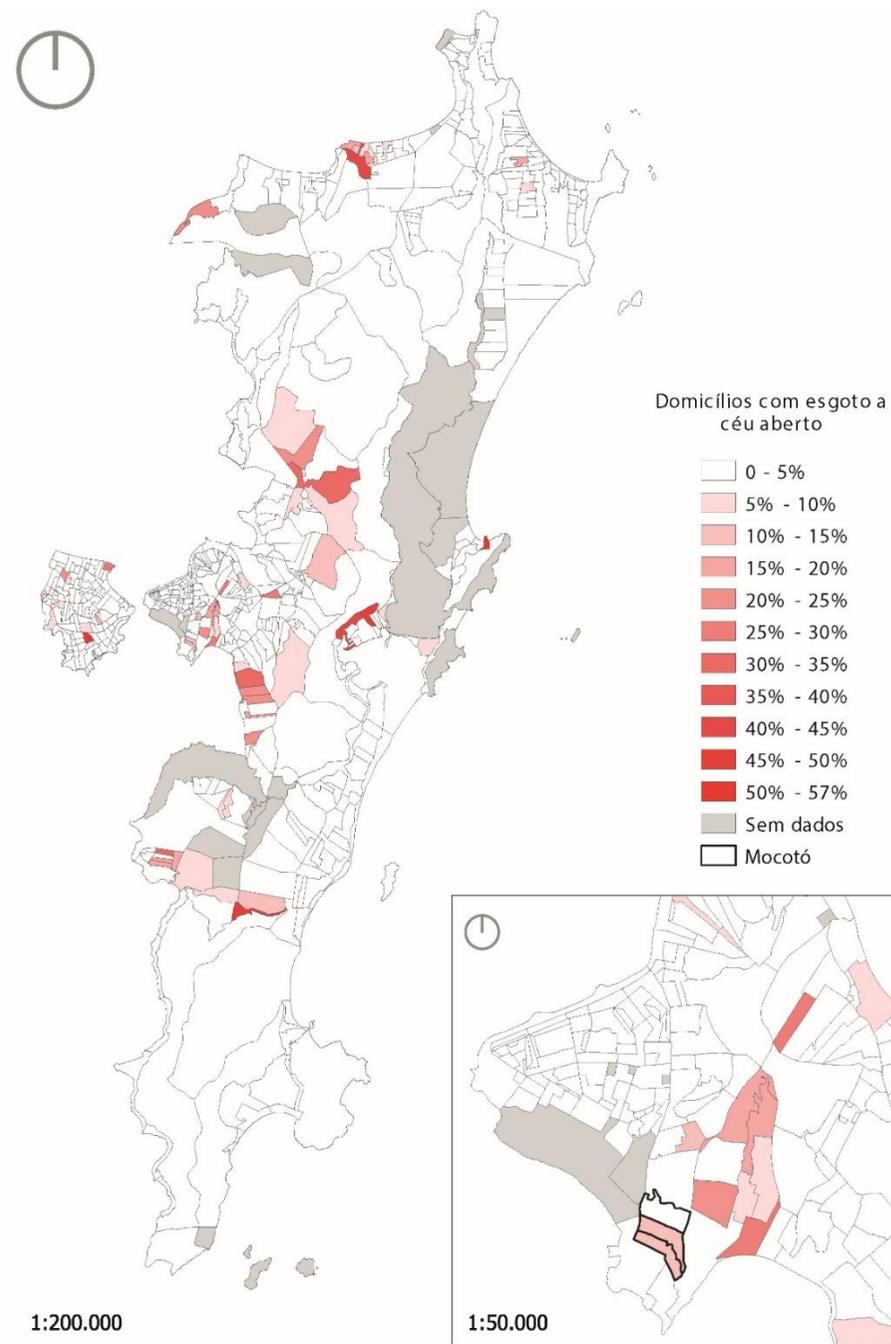
3.2.3 Infraestrutura

Dois fatores que foram considerados importantes para esta análise são a quantidade de domicílios com esgoto a céu aberto e a quantidade de domicílios com lixo acumulado nos logradouros. Isso pois estes dois fatores são cruciais para a compreensão da salubridade do local.

Quando analisado proporção de esgoto a céu aberto, dois setores do Mocotó se destacam negativamente, sendo o setor 1 com 13,4% das residências com a presença de esgoto nos logradouros e o setor 2 com 10,1%. O setor 3, por sua vez, apresentava apenas 1,2%.

Ainda que, após o projeto do PAC – Maciço do Morro da Cruz de 2008 tenham sido realizadas diversas obras de saneamento na região, durante minhas caminhadas foi possível perceber que, na prática, essa problemática se mantém atual.

Figura 8: Domicílios com esgoto a céu aberto. Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).

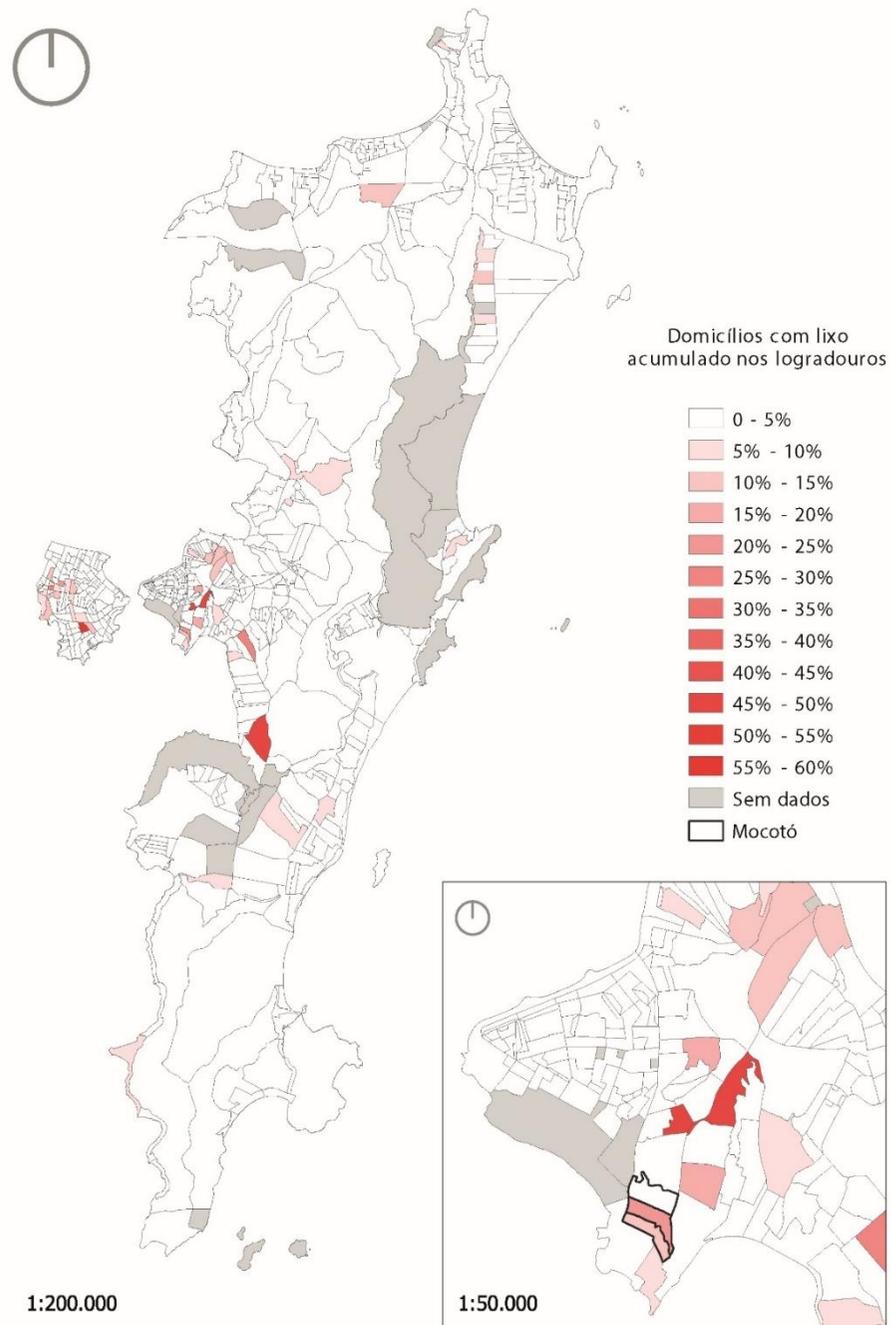


Por fim, o setor 1 apresentava 13% dos domicílios com lixo acumulado nos logradouros e o setor 2 apresentava 21,7%. No setor 3 esse valor é de apenas 3%.



Figura 9 - Mocotó, 2019. Fotografia da autora.

Figura 10: Domicílios com lixo acumulado nos logradouros. Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2010).



3.3 Mocotó na história de Desterro

3.3.1 Ocupação diversa e desigual de Desterro

Elaine Dorighello Tomás defende, em sua tese de doutorado intitulada “Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz: De não território a território do PACFlorianópolis”, que a ocupação do Maciço do Morro da Cruz se deu em três etapas, sendo a primeira a partir da metade do séc. XVIII. Este primeiro período, que se estendeu durando o séc. XIX, foi um momento de ocupação lenta, onde pessoas negras ex-escravizadas ou fugidas, marinheiros, soldados pobres e açorianos refugiados das invasões espanholas passam a se refugiar nas encostas dos morros (TOMÁS, 2012).

O século XVIII está marcado como um momento de expansão portuguesa no litoral brasileiro e das suas disputas com os espanhóis, que chegaram a invadir e ocupar a Ilha de Santa Catarina no ano de 1777. Os conflitos com países europeus e revoltas internas fazem de Desterro uma cidade com grande importância militar, habitada por soldados de tropas estacionadas e em trânsito (TOMÁS, 2012).

Cardoso (2004) aponta que, logo após a independência do Brasil, quando a corte portuguesa estava instalada na cidade do Rio de Janeiro, diversas regiões produtivas, como era o caso de Santa Catarina, especializaram sua economia para o abastecimento desta corte. Deste modo Florianópolis, até então chamada de Desterro, começa a dever sua importância regional ao seu caráter fortemente portuário.

Assim, Desterro crescia com a mestiçagem característica de uma cidade portuária, enquanto a elite florianopolitana enriquecia por meio do controle da farinha e dos negócios vinculados ao mercado de abastecimento interno da Corte (CARDOSO, 2004, p. 32). No porto, atracavam tanto embarcações brasileiras quanto provindas de diversas partes do mundo, cruzando rotas que passavam na Foz do Rio da Prata, na América do Norte e Europa, chegando ao oceano Pacífico através do Estreito de Magalhães. A forte influência das navegações em Florianópolis leva a crer, segundo Santos (2009), que o processo de crescimento do município incluía, além de

contrabandos, roubos e sonegações, a utilização de mão de obra de escravos marinheiros.

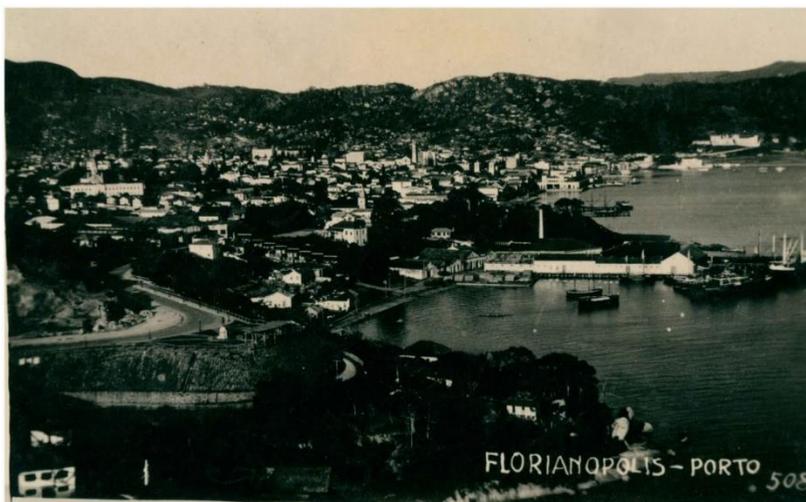


Figura 11: Cais Rita Maria

Enquanto as atividades econômicas de Desterro se desenvolvem, também cresce a sua população de escravos africanos, principalmente na agricultura. Piazza (1975) aponta que em 1810, entre os 5.250 habitantes da Vila do Desterro, 1.869 eram pessoas escravizadas. Estes, somados aos 177 africanos libertos ou livres, perfaziam um total de 35,5% da população, desmistificando a crença popular de Florianópolis como uma cidade de raiz predominantemente branca.

O crescimento econômico na cidade, principalmente por conta das atividades portuárias, fomenta, em meados do século XIX, a ascensão dos mercadores, armadores e negociantes no geral, que formam uma classe que combatia politicamente a antiga elite burocrática e militar (TOMÁS, 2012). A importância adquirida pelo comércio se espalha para as regiões além dos portos, com o crescimento de novos comércios e residências. Com o aumento do poder político desta classe, muda-se também a cidade. Desterro vai se tornando cada vez mais socioespacialmente segregada, durante o processo em que se conformam as áreas dos pobres e áreas dos ricos.

Vemos assim, uma série de mudanças em todas as camadas sociais. Moldam-se os costumes para esta nova economia, e, com isso, o cotidiano no trabalho e a relação com a casa. Politicamente falando, as classes de comerciantes passam a direcionar políticas públicas ao seu favor. Em consequência, também se atualizam a arquitetura da cidade, sempre dinâmica ao fluxo social.

Sem trabalho, sem terras, e com as áreas próximas ao mar e ao porto tomadas pelo comércio, a classe de mestiços e libertos começa a ocupar partes específicas da cidade.

Essa espacialização social passa a visibilizar as desigualdades, que até então se misturavam pela cidade (SANTOS, 2009, p. 232).

Assim, sobem aos morros aqueles impossibilitados de adquirir lotes nas áreas formais do centro – grupos de pessoas escravizadas fugidas, libertos, além daqueles

escravizados doentes abandonados por seus “proprietários”, mestiços, soldados pobres – enfim, toda a base popular marginalizada, que passa a fazer dos morros (e, neste caso, o Maciço do Morro da Cruz), a sua morada e refúgio.

3.3.2 Obras sanitárias em Desterro

No século XIX, o crescimento de uma população visivelmente pobre no coração de Desterro faz crescer, concomitantemente, um desconforto das novas elites, principalmente quanto aos hábitos, práticas e comportamentos dessas classes baixas (TOMÁS, 2012).

Com isso, os princípios higienistas começam a ser importados para a capital, que sofre intensas reformulações urbanas – tais como a demolição de habitações, a canalização do rio da Bulha, sobre o qual hoje passa a Av. Hercílio Luz, a construção de edifícios públicos onde antes existiam cortiços etc. – processo que, em reflexo a outras cidades brasileiras e europeias, buscava embelezar as regiões valorizadas, sem qualquer interesse de resolver as carências das populações que ali habitavam (TOMÁS, 2012).



Figura 12: Rio da Bulha antes da canalização (Acervo Casa da Memória).

Com essa extensiva desapropriação das residências pobres no centro “formal” de Desterro, inicia-se, segundo Tomás (2012), a segunda fase de ocupação do Morro da Cruz. O setor do comércio, que então sentia-se prejudicado pelos cortiços que “maculavam” a região e afastavam os potenciais compradores, fortalecido e se consolida de forma determinante. Então, as relações hierárquicas são reconfiguradas e todos aqueles que se comportassem de maneira diferente dos novos costumes da elite, passam a

ser inimigos da saúde pública a serem combatidos (TOMÁS, 2012).

Com o constante aparecimento de doenças e epidemias em uma cidade ainda com pouco controle sobre as questões de saneamento – tanto no abastecimento de água tratada e coleta do esgoto e de lixo, como com um intenso crescimento populacional em áreas alagáveis e suscetíveis à proliferação de doenças, novas normas passam a ser implantadas (SANTOS, 2009). “Neste momento a falta de saúde passa a ser identificada com a pobreza e a pobreza, sinônimo de falta de higiene” (TOMÁS, 2012, p. 376). Mas, ainda que o discurso higienista esteja pautado em salubridade e qualidade de vida, ele se ausenta em propor soluções de saneamento para as populações mais carentes, aquelas que de fato vinham sendo dizimadas por epidemias. Pelo contrário, passa a expulsá-las da parcela da cidade sob responsabilidade pública, para que passem a viver em locais com ausência de qualquer resguardo municipal.

² De acordo com Santos (2009), as casinhas de porta e janela, ou xoins, eram construções tradicionais portuguesas, muito comuns no Brasil colonial. Possuíam geralmente apenas um pavimento,

Então, uma série de normas passam a ser implementadas em Desterro, que modificam desde a aparência das casas de porta e janela² da cidade até os hábitos e comportamentos da população, que deviam ser substituídos de acordo com os gostos da classe emergente (TOMÁS, 2012). Importante exemplo é o conjunto de normas apresentado no Código de Posturas da Câmara Municipal da cidade do Desterro, a lei 222 de 10 de maio de 1845. Com 13 capítulos e 131 artigos, o código expunha uma série de proibições, tais como:

“Lavar a roupa nas fontes, a venda de quitandas e circulação de escravos após o roque de recolher, fazer batuques, ajuntamentos, toques, danças ou vozeiras, bem como, outras tantas relacionadas à urbanidade” (GARCIA, 2006, p.23).

Assim vemos uma repressão institucionalizada não apenas de hábitos danosos à saúde pública, mas, mais profundamente, a utilização do discurso “em prol da cidade” como um pretexto para culpabilizar todos aqueles que não se encaixavam na “civilização branca e adiantada”

composto por pé direito baixo, telhado de duas águas, com uma porta e uma janela em menos de 5 metros de frente. Eram consideradas casinhas da população mais pobre.

dos burgueses, comerciantes e políticos. A cidade passa a espacializar, então, o preconceito contra os pobres, negros, doentes, vadios, prostitutas e mendigos, todos os que não tinham lugar na nova sociedade capitalista. Quem se colocasse como revolucionário, socialistas, comunistas e anarquistas, foram postos em local de inimigos a serem combatidos. Aos pobres, cuja participação na cidade fora negada, sobrava apenas as esmolas dos “bons cristãos, cidadãos de bem” (SANTOS, 2009). Buscava-se apagar todos os traços da cidade colonial, substituída por uma modernidade, que, assim como o próprio colonialismo, foi importada do continente europeu.

André Luiz Santos (2009) retira de jornais da época, cartas de leitores que exprimiam bem esta movimentação social. O leitor chamado London escreve, no ano de 1911 no jornal O Clarão:

“Encaminhando meu pensamento na direção do Mercado publico, deparo com a rua nos fundos do mesmo, onde estão collocadas as bancas de peixe e sou forçado a dizer sómente para mim (meu Deos! Que vergonha para nós quando o passageiro por acaso alli passe), para, ao verse a lamaceira que aquelle local conserva, estar condenado

peelo progresso, á lama eterna!” (SANTOS, 2009, apud CLARÃO, 1911).



Figura 13: O povo e o peixe, Mercado Público, início do século XX. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: SANTOS, 2009, p. 298.

Percebe-se pelo comentário o desconforto quanto aos espaços de caráter popular no coração da cidade. A presença dos pescados e pescadores, assim como aqueles que ali frequentam, vão de encontro à ideia da cidade moderna, dos cafés franceses e das vias largas frequentadas pela alta burguesia parisiense. O mesmo leitor

segue expondo sua opinião a respeito das pessoas em situação de rua que habitavam a cidade:

“Mendigos. É de indeclinável necessidade estabelecer-se um asylo para elles, afim de evitar-se que continuem a esmolar pelas ruas e praças publicas, incomodando aos transeuntes. Alguns há que não teem morada, e para resguardal-os das intempéries, tenho mandado recolhel-os ao quartel policial, aonde pernoitão, sahindo no dia seguinte para as ruas; porém sou o primeiro á reconhecer que esse logar não é apropriado para tal fim. Tenho cogitado nos meios de acabar com esses industriosos, e o único que julgo capaz de produzir o effeito desejado é o que acabo de expor”. (SANTOS, 2009, apud CLARÃO, 1911).

Em meados do século XIX, fortalece-se a relação entre Estado, sociedade e medicina. Dentro das políticas urbanas, a medicina passa a controlar os recorrentes surtos de doenças e epidemias através de uma série de intervenções, tais como a limpeza, inspeção de alimentos e exame das águas. Da mesma forma, casas poderiam ser desinfetadas ou destruídas, afetando diretamente a população mais pobre (SANTOS, 2009).



Figura 14: Casinhas de porta e janela com e sem platibanda na Rua General Bittencourt. Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In SANTOS, 2009, p. 435.

As antigas “casinhas de porta e janela” no centro da cidade vão sendo substituídas por comércios e sobrados, com exceção de algumas regiões mais populares, onde essas se transformam em cortiços, tais como a Figueira da Toca, Tronqueira, Pedreira, Cidade Nova, Fonte Grande próximo ao Campo de Manejo e na Praia do Menino Deus (TOMÁS, 2012). Também restam, em pouca quantidade, algumas casas que são reformadas e embelezadas com platibandas e com portas substituindo as janelas,

principalmente para se adaptarem ao comércio, em locais como o antigo bairro da Figueira e na Tronqueira.



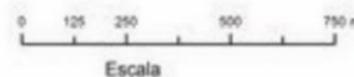
Figura 15: Casinhas de porta e janela embelezadas na Rua do Vigário década de 1920. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes). In: SANTOS, 2009, p. 438.

Essas localidades, hoje já transformadas e renomeadas, podem ser observadas na Figura 16.

Figura 16: Localidades de Florianópolis no início do século XX. In: SANTOS (2009, p. 517).



LOCALIDADES DE FLORIANÓPOLIS - INÍCIO DO SÉC. XX



Fonte: Base Cartográfica IBGE 1990
Levantamento Aerofotogramétrico esc. 1:25.000
Aerofoto Cruzeiro do Sul 1938
Elaboração: Marcelo Machado
Organização: André L. Santos

A construção de novas residências implicava no pagamento de uma série de tributos que dificultavam ainda mais a permanência das populações pobres na cidade regularizada ao final do século XIX. As novas leis e normas voltadas ao controle do crescimento urbano acabaram servindo como mais um método de expulsão dos escravos alforriados, migrantes, imigrantes e, de acordo com Tomás (2012) apud Pedro (1992), principalmente as mulheres.

Dentre os decretos importantes para a segregação urbana por pretextos sanitaristas em Desterro, podemos citar o Decreto 105, de 22 de novembro de 1899, que permitia o superintendente municipal mandar demolir os cortiços e velhas casinhas, caso esses “ameaçassem ruir”. O decreto determina ainda que se fizessem “tornar higiênicas e habitáveis” as residências que fossem consideradas precárias.

Essa demolição massiva dos traços coloniais de Desterro, junto ao alargamento de ruas e construção de praças, não fora acompanhada por qualquer projeto de realocação dos moradores que ali residiam. De acordo com

Santos (2009), a única localidade que não sofreu ações de despejo foi a praia do Menino Deus, por, justamente, ser o local de despejo de esgoto e excrementos, indesejado para a elite florianopolitana. Estes puderam permanecer na região até o ano de 1920, onde também foram expulsos por conta das obras do aterro.

Dessa forma, Desterro recebe uma série de novas infraestruturas, principalmente durante o mandato do governador Hercílio Luz (TOMÁS, 2012), período que variou entre 1894 e 1898, e entre 1918 e 1924. Dentre essas reformas, muitas realizadas por meio de capital privado e estrangeiro, podemos citar a construção do mercado público em 1898 e a ponte Hercílio Luz em 1926.

Os córregos que cortavam a cidade eram vistos aos olhos do poder público como os principais reprodutores de pandemias, e, em Desterro, passaram a ser canalizados e reorganizados. Aqui destaca-se a canalização do Rio Fonte Grande – posteriormente apelidado pejorativamente como “Rio da Bulha³”. Neste espaço, escravos buscavam água, as lavadeiras lavavam as roupas, e na sua foz os pobres no

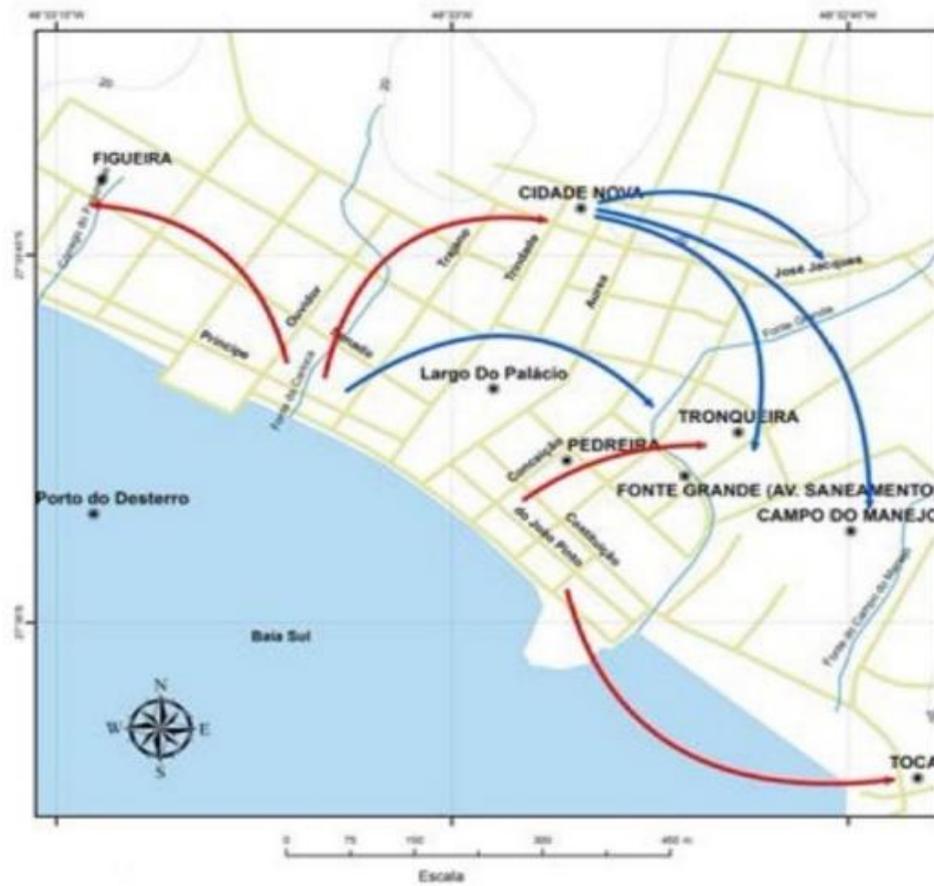
³ A palavra bulha significa “ruído confuso, barulho, desordem, rebuliço” (PRIBERAM, 2022).

geral conseguiam pescar. Além disso, ao final do século XIX, cresciam o número de cortiços em suas margens (TOMÁS, 2012).

A construção da Avenida do Saneamento sobre o Rio da Bulha em 1922, que mais tarde viria a se chamar “Avenida Hercílio Luz”, representou, de acordo com Tomás, a “fronteira entre a região que recebia as novas infraestruturas e o lugar dos segregados pelas ações higienistas, que principiava junto ao sopé do Morro da Cruz” (TOMÁS, 2012). A demolição das habitações precárias ali instaladas em nada trouxe de solução para as os habitantes. Não havia políticas habitacionais para inserir essa população em localidades regulares, e a administração municipal fez vista grossa quanto a ocupação irregular dos morros. Assim sendo, enquanto as novas obras de infraestrutura passam a moldar o centro que hoje conhecemos, sobra à população mais pobre apenas as localidades sem qualquer aparato público, a cidade informal (TOMÁS, 2012).

No mapa da Figura 17 é possível observarmos os deslocamentos das populações pobres do centro de Florianópolis por período. A seta vermelha apresenta os

deslocamentos ocorridos principalmente na segunda metade do século XIX, a seta azul, os ocorridos na década de 1900 e o verde, por sua vez, os deslocamentos ocorridos entre as décadas de 1910 e 1920, indicando a efetiva ocupação do Maciço do Morro da Cruz, principalmente o Morro da Caixa e o Morro do Mocotó.



FLORIANÓPOLIS: DESLOCAMENTO DA POPULAÇÃO POBRE

Fonte: Planta Topográfica da Cidade do Desterro, 1876
 Levantamento Aerofotogramétrico esc. 1:25.000
 Aerofoto Cruzeiro do Sul 1938
 Elaboração: Marcelo Machado
 Organização: André L. Santos

Legenda

- Bairros Antigos
- Curva de Nível
- Cursos d'água
- Fluxos populacionais
- Segunda metade do séc. XIX
- Década de 1900
- Décadas de 1910 e 1920

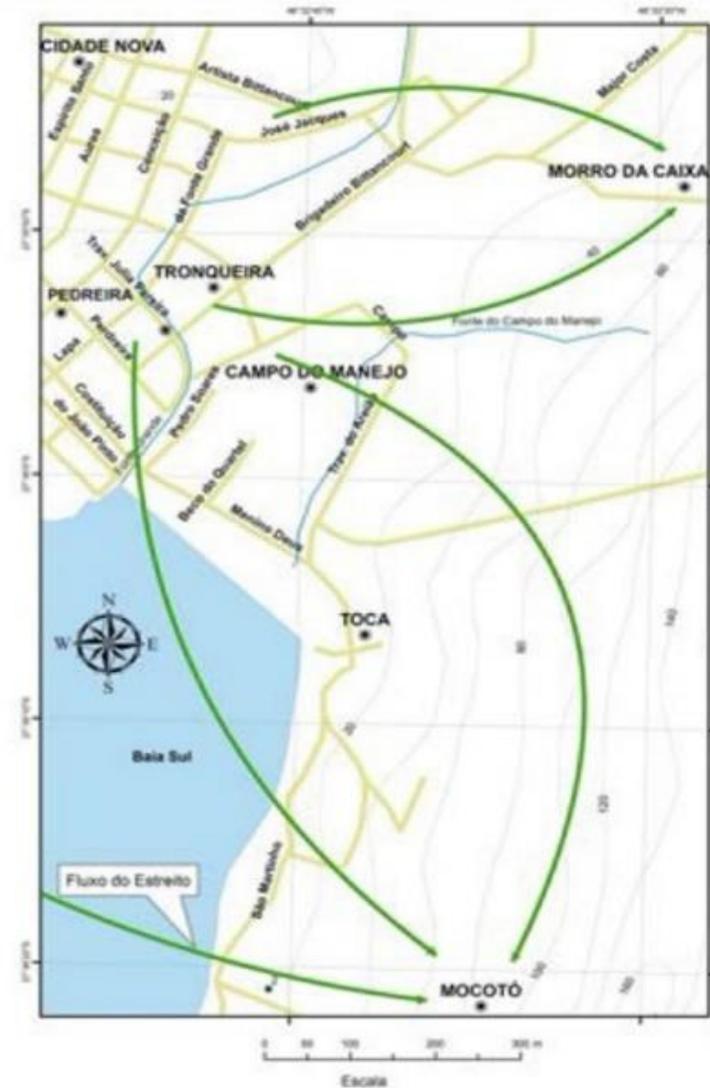


Figura 17: Deslocamento da população pobre de Florianópolis.
 Fonte: Planta topográfica da cidade do Desterro 1876: In: TOMÁS (2012, p. 517)

O discurso sanitaria foi tamanha contradição que nem mesmo serviço de água e saneamento chegava aos morros, mesmo sendo no Maciço do Morro da Cruz um dos principais armazenamentos de água da região. Nesses locais, estas infraestruturas básicas só chegaram mais de 50 anos depois das canalizações dos córregos (TOMÁS, 2012).

Ainda que houvesse pouca fiscalização quanto à ocupação irregular dos morros centrais, recorrentes problemas ocasionados pela falta de água potável em meados do século XIX pressionaram os órgãos públicos a proibirem o desmatamento nas cumeeiras do Morro da Cruz, com intuito de proteger as nascentes dos córregos que abasteciam o centro. Contudo, as iniciativas da câmara para conter a ocupação não obtiveram grande sucesso (TOMÁS, 2012).

Desta forma, enquanto as elites reorganizavam o centro de acordo com seus modos e costumes, consolidava-se concomitantemente a cidade sobre os morros, onde os hábitos das populações de baixa renda poderiam ocorrer sem censura, controle ou normas urbanísticas (TOMAS, 2012). Santos (2009) afirma que os

processos ocorridos entre o centro de Florianópolis e os seus morros circundantes não significou na real transformação dos modos de vida da população, mas sim na substituição de uma população por outra. Neste período sai, a força, a população pobre para entrar a rica, que passa a expandir cada vez mais o seu domínio sobre o território.

A nova demanda habitacional para as classes expulsas é resolvida com a “liberação” da ocupação dos morros, que passam a ser uma solução para aqueles que ainda buscam a proximidade do centro, mesmo estando impossibilitados de habitar dentro dos limites do perímetro urbano. E assim, Desterro caminha para o sonho de cidade moderna das elites municipais, um sonho de cidade sem pobreza, ao menos a vista.

Dentro das mais antigas comunidades, Dias (1947) aponta duas como as mais antigas designadas como favelas: o Mont Serrat e o Mocotó, o último sendo o foco deste estudo. Segundo ele, os assentamentos que já se encontravam no perímetro urbano eram os Morros do Chapecó, da Caixa D’Água, Nova Trento, Elias Paulo e Mocotó, “que formavam a periferia da cidade e onde

predominava a população de origem africana” (DIAS, 1947, p. 42).

3.3.3 O surgimento da comunidade do Mocotó

O Morro do Mocotó, segundo Santos (2009), introduz-se na história de Desterro a partir das primeiras obras do aterro da Baía Sul, que iniciaram, de acordo com Ferraro (2017) apud Veiga (2008), na década de 1840. O aterro da Praia Menino Deus, iniciado em 1947, possuía como intuito remover o lodo proveniente do despejo de esgoto da época dos “tigres”. Este aterro utilizava-se de material retirado da base do Morro da Boa Vista. Este local, o então “Morro do Governo”, viria a ser conhecido posteriormente como Morro do Mocotó (SANTOS, 2009).

O local chamava-se então de Morro do Governo pois, na década de 1870, o governo da província havia comprado os terrenos ao sul do Hospital Militar, a fim de preservar a água das nascentes que ali brotavam e abasteciam o hospital, dando ao governo o controle de todos os mananciais da área (SANTOS, 2009).

Segundo Wilke (2021), o Mocotó foi inicialmente ocupado por parças do Exército brasileiro que sobreviveram à Guerra do Paraguai e chegaram em Florianópolis a partir de 1876, assim como por operários da construção do Hospital de Caridade que se estabeleceram

no entorno da capela Menino Deus. Em 1889, a partir da promulgação da Lei Áurea, acrescenta-se a essa população os escravos libertos, que passam a ocupar as primeiras comunidades tradicionais lindeiras à Av. Mauro Ramos.

A proximidade com o mar na região mais baixa do morro, na época conhecida como Toca, hoje Prainha, fez com que fossem atraídos para essas áreas muitos pescadores, marinheiros e trabalhadores do Mercado e do Porto. Também vão se somando ao longo dos anos lavadeiras que utilizam os cursos d’água do morro para seus trabalhos, tradição adquirida de suas mães e avós quando ainda eram escravizadas (SANTOS, 2009).

No Morro lavavam as roupas dos ricos, políticos, comerciantes, militares, profissionais liberais, lavavam roupa para os hotéis e para as ordens religiosas, como das internas do Coração de Jesus. As mulheres limpavam as fontes com vassouras de cipó e passavam o dia reunidas lavando roupa nas águas que brotava das pedras do Morro. Da cidade, a vista do Morro do Mocotó era repleta de varais, com roupa secando, como bandeiras coloridas. (SANTOS, 2009, p.601).

O Mocotó torna-se então um dos primeiros morros a ser ocupado por aqueles que não possuem acesso para moradia digna em Florianópolis. As consequências da escravidão para a construção de uma massa pobre majoritariamente negra também se evidenciam. Segundo Santos (2009), a população negra é predominante nas nossas primeiras favelas.

No Mocotó, ao passo que as famílias cresciam, novas casas vão surgindo. Quando não estavam trabalhando, os novos moradores levantavam seus barracos, os mais antigos construídos de estuque e chão batido com cinzas. As mais novas, casas de madeira, eram muitas vezes improvisadas a partir de caixas de madeiras em que as lojas recebiam suas mercadorias, transformando-se nas paredes das residências, que utilizavam latas de querosene como telhas. Começam a surgir também algumas casas feitas de alvenaria. A água vinha das fontes, o fogão era a lenha e a iluminação proveniente de lamparinas, já que a energia elétrica só chegava na parte mais inferior do Morro. Apenas na década de 1950, a partir da reivindicação de moradores, que fios de energia sobem o morro. Ao final de cada nova construção, os vizinhos, que também ajudavam

no processo, comemoravam com danças e valsas (SANTOS, 2009).

Também possui um papel crucial na ocupação do morro do Mocotó a construção da Ponte Hercílio Luz. A construção, segundo Tomás (2009), contratou em torno de 1.000 operários já residentes em Florianópolis e vindos de Blumenau e Brusque, principalmente, mas também de outros estados e até países, como a Argentina e o Uruguai.

É, de acordo com Carlos Correa (1996), essa conjunção de operários dos mais diversos lugares que acaba por fomentar os pensamentos socialistas em Desterro, culminando para a criação do primeiro partido socialista, e, mais tarde, um partido comunista na cidade.

Segundo Maria Inês Sugai (1994), a construção da ponte Hercílio Luz e a anexação do Estreito ao município de Florianópolis no ano de 1944 acarretou uma maior ocupação das classes dominantes na porção continental do município. Enquanto isso, muitos trabalhadores da ponte passam a ocupar o Morro do Mocotó, tanto para alugar uma casa ou um quarto, quanto para construir sua própria casa e ali se instalar (SANTOS, 2009). Os locais mais desocupados eram também os mais altos, próximos à

cumeeira do morro, e era ali que os trabalhadores da ponte buscavam seus terrenos.

É justamente a partir desta nova movimentação que o Morro recebe seu atual nome. As mulheres do Morro, conhecidas por serem excelentes cozinheiras, passam a preparar o prato típico Mocotó, cujo principal ingrediente é a pata bovina para vender aos operários da ponte (SANTOS, 2009). De acordo com Wilke (2021), após a construção da ponte, o prato passou a ser preparados em dias festivos, principalmente no Dia dos Pais, e, por meio dele, moradores narram a história do morro e suas transformações através do tempo, desde a abolição da escravidão até as obras de modernização (WILKE, 2021).

A população do Mocotó segue se densificando. Entre 1920 e 1930, durante a construção da ponte Hercílio Luz, uma série de medidas higienistas realizadas pelo governo da época desocupam e destroem casebres para que estes terrenos possam vir a ser utilizados com outros fins. Essas populações expulsas de suas casas são então obrigadas a procurar outros lugares para se estabelecerem, principalmente as terras no Maciço do Morro da Cruz como o Mocotó (WILKE, 2021).

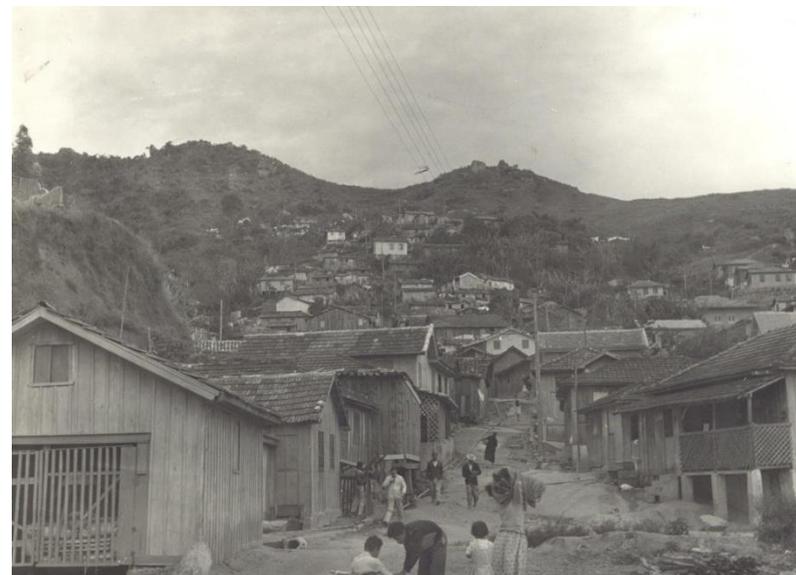


Figura 18: Morro do Mocotó na década de 1950. Acervo da Casa da Memória (Fundação Franklin Cascaes).

De acordo com Wilke, a migração começou com maior intensidade a partir da década de 1960, com a chegada de pessoas de outras cidades de Santa Catarina como Lages, São José e Paulo Lopes (2021). À medida que as famílias cresciam os parentes construía novas casas próximas a dos pais e avós. Durante a noite, um barraco era erguido e mais uma família se instalava.

3.3.4 Da união comunitária aos avanços sociais

Atualmente, há no Maciço do Morro da Cruz uma forte influência da igreja católica dentre seus líderes comunitários. Em 1954, o Padre Agostinho Stahelin inicia esse contato com o morro, aproximando a igreja à vida comunitária. Apesar da sua importância, em 1968 foi afastado do Maciço pois o governo militar o julgou de estar desenvolvendo uma célula comunista na cidade (ARAÚJO, 2004, p. 98).

É em 1983, com a vinda do Padre Vilson Groh, que a igreja retoma ao seu papel no Maciço, mais fortemente na comunidade do Monte Serrat. Com o Padre se inicia a luta pelo Conselho Comunitário, uma vez que a atual gestão era considerada pouco representativa. Por meio da iniciativa de novas lideranças, iniciam-se as reivindicações de direitos ao poder público, ao evidenciar a falta de projetos públicos para a comunidade (TOMÁS, 2012).

O fortalecimento do Conselho Comunitário do Monte Serrat e a expansão da luta pela subsistência faz com que a comunidade passe a procurar as outras comunidades do entorno, construindo pautas com os problemas que todas compartilham. Segundo Araújo (2004), é neste momento

que surge o princípio do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, que na década de 2000 seria responsável por importantes lutas sociais no morro.

A percepção das comunidades do Maciço como uma unidade foi possível por meio da concepção de Território. Para isso, introduziu-se o conceito do Maciço Central, o Maciço do Morro da Cruz (TOMÁS, 2012). De forma simples e assertiva, o novo termo possibilitou uma unidade identitária entre as comunidades que até então não existia. Nesse ponto, o Mocotó e outras 17 comunidades formam o Fórum das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz (FMMC) (TOMÁS, 2012). Segundo Dantas (2012),

o Fórum do Maciço do Morro da Cruz é o resultado de experiências históricas anteriores organização política das comunidades pesqueiras e dos pequenos agricultores. Estes movimentos contribuíram para a articulação política das comunidades dos morros, contrapondo-se aos “centros comunitários” criados na década de 1970 pelo governo Bornhausen, que eram cooptados pelo Estado e de forte teor assistencialista. (DANTAS, 2012, p.84)

O acúmulo de experiência política possibilita que o FMMC ganhe visibilidade e reconhecimento perante as instituições públicas, ao passo que firma internamente um projeto político. No final da década de 1990, os Conselhos Comunitários conseguiram reunir os órgãos de fiscalização ambiental, Polícia Militar, Vigilância Sanitária e a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) para discutir os principais problemas do MMC, que na época eram: insegurança, esgoto a céu aberto, falta de água e energia em muitas residências, coleta deficiente do lixo (com conseqüente proliferação de ratos), perigo de deslizamentos e quedas de blocos de rochas nas encostas, crianças com elevado índice de verminoses, entre outros (TOMÁS, 2012). A estrutura do Fórum pode ser observada no organograma da Figura 19. Na parte superior, são apresentados os grupos de trabalho (GTs) de cada comunidade participante do FMMC. Ao meio, ficam a assessoria técnica e científica, a ADESS (Agência de Desenvolvimento Social Sustentável) e a Comissão Intersectorial. Por fim, estão colocadas as comissões, que tinham com intuito propor as políticas públicas voltadas para cada setor específico (DANTAS; VENDRAMINI, 2012).

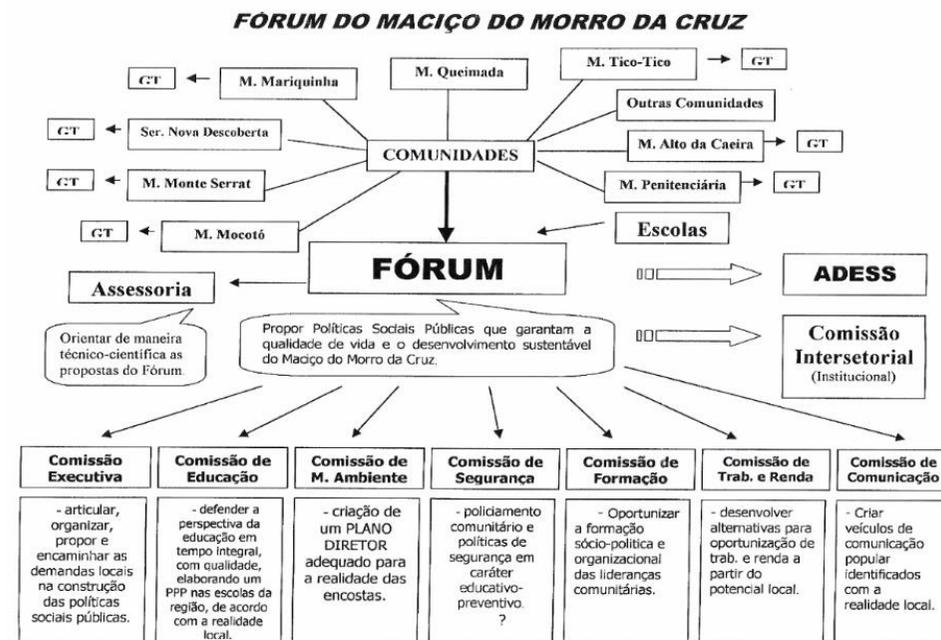


Figura 19: – Organograma do Fórum do Maciço do Morro da Cruz. Fonte: Dantas; Vendramini, 2012, APUD Comissão de Educação ([s.d]).

Neste momento, fica explícita o avanço social conquistado por meio do fortalecimento popular promovido pelo FMMC. O Fórum, que esteve ativo entre o ano de 1999 e 2008/2009, desenvolveu diversos projetos, sendo alguns elencados durante o II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2003 (SCHEIBE, 2003), que podem ser encontrados no Quadro 1.

Projetos	Descrição
Projetos Educacionais	Profissionalização de 600 alunos de magistério em parceria com o Colégio Coração de Jesus
	Curso Pré-Vestibular: preparando 150 jovens/ano para ingresso nas Universidades públicas e privadas
	300 Crianças/ano em Período Integral, envolvidas em Projetos Comunitários: CCEA - Centro Cultural Escrava Anastácia e ACAM - Associação Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó
	Capacitação Permanente dos Professores da Rede Estadual, para o trabalho com crianças e jovens da área do maciço
	Projetos nas Escolas: Sexualidade, Sabor e Saber, Violência, Avaliação, Meio Ambiente
	Oficinas do Saber – Instituto Paz no Coração
Projetos de Comunicação	Rádio (em aprovação oficial) e Jornal Guarapuvú (duas edições na rua)
Projetos Ambientais	Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis (Laboratórios e Núcleos da UFSC: Análise Ambiental, Geoprocessamento, CIDADHIS, NESSOP)
	Levantamento geral das características socioambientais (água/lixo/esgoto; emprego e áreas de lazer; moradia e transporte; segurança)
	Mapeamento geológico/geomorfológico e cadastro das áreas de risco
	Áreas de Preservação permanente e proposta de Horto Comunitário
	Diagnóstico sócio-espacial do Maciço Central
Mutirões de limpeza de lixo, assessoria a projetos nas escolas	
Projetos de Integração Cidade-Campo	Projeto de Merenda Escolar sem Agrotóxicos em 9 Escolas, fornecida pela AGRECO
Projeto Sabor e Saber	Projeto de Qualificação Alimentar através da Capacitação de Merendeiras para utilização de merenda escolar sem agrotóxicos
Fórum de Combate à Exclusão e à Violência	Criação de Fórum de Combate à Exclusão e à Violência, visando garantir a vida dos moradores do Maciço do Morro da Cruz, reunindo diferentes associações representantes da sociedade civil
ADESS – Agência de Desenvolvimento Social Sustentável	Criação da Agência de Desenvolvimento Social Sustentável, visando articular e coordenar todas as ações desenvolvidas simultaneamente em diferentes níveis da vida social

Quadro 1: Projetos realizados durante a atuação do FMMC. Elaboração própria a partir de dados de SCHEIBE, 2003.

3.3.5 As políticas públicas no Morro do Mocotó

Um dos mais importantes desdobramentos da atuação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz foi a aprovação por unanimidade na Câmara dos Vereadores, em dezembro de 2005, a Lei Complementar 207/2005, que alterou o Plano Diretor do Distrito Sede no MMC, incluindo nas Áreas Especiais as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) nesta região. ZEIS, de acordo com a própria lei, são as “áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor.”

O artigo 3º da lei afirma:

Nas ZEIS do Morro da Cruz, o Poder Executivo fica autorizado a promover projetos de regularização fundiária e urbanística e de edificações, nos termos da legislação específica de cada ZEIS.

§ 1º Os projetos de regularização fundiária e urbanística deverão prever acessibilidade para pedestres e veículos de segurança; delimitar parques e APPs por vias ou ciclovias; fazer reconhecimento oficial de logradouro e numeração de imóveis; e propiciar a integração das comunidades carentes

com os bairros do entorno e com a cidade.

§ 2º As edificações situadas em áreas de risco ou no interior da poligonal do Parque do Morro da Cruz poderão ser relocadas pela Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.

No seu 4º artigo, a lei exprime que o Poder Executivo deverá implantar na ZEIS do Morro da Cruz os seguintes equipamentos, no caso destes fores inexistentes ou insuficientes: praça; posto policial; posto de saúde; centro social; creche; educação infantil; educação fundamental; restaurante popular; e equipamentos de lazer. O § 1º também afirma que nessa ZEIS, o Poder Executivo deverá implantar ou gerir a implantação dos seguintes programas: pavimentação; abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem urbana; coleta de lixo; transporte coletivo; telecomunicações; iluminação pública; recuperação ambiental; e saúde pública.

De acordo com a Lei, após a sua aprovação, o Poder Executivo deverá fiscalizar as novas tentativas de ocupação em desacordo com os projetos de regularização ou Planos de Urbanização Específica. Além disso, prevê a

criação de um comitê composto por técnicos municipais e representantes das comunidades para acompanhar a elaboração e gestão dos projetos, podendo ser convidados especialistas para assessoramento. Cada etapa de implantação do projeto de intervenção nas ZEIS deveria ser avaliada anualmente por esses comitês, sob a coordenação da Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.

Atualmente, como podemos observar na Figura 16, a ZEIS é o zoneamento predominante no Mocotó, abrangendo uma área de aproximadamente 115 mil m². Outra parcela importante da comunidade é abarcada pela Área Residencial Predominante (ARP - 2.5), seguida por uma parcela de Área Mista Central, nos lotes voltados para a Rua Silva Jardim. Há, por fim, um lote de Área Comunitária / Institucional. Lá atua, no momento, o Narcóticos Anônimos e o Projeto Socio-Esportivo Eu Faço a Minha

Parte, que, de acordo com o próprio projeto, foi fundado em 2007 e tem como principal objetivo:

“ajudar crianças a terem uma juventude mais digna através do esporte, ensinando-as a arte do Boxe, Muay Thai, Jiu-Jitsu, Treinamento Funcional e o Judô, tirando da rua para não se corromperem diante as maldades e a violência que podem encontrar nas ruas”. (EU FAÇO A MINHA PARTE, 2022)

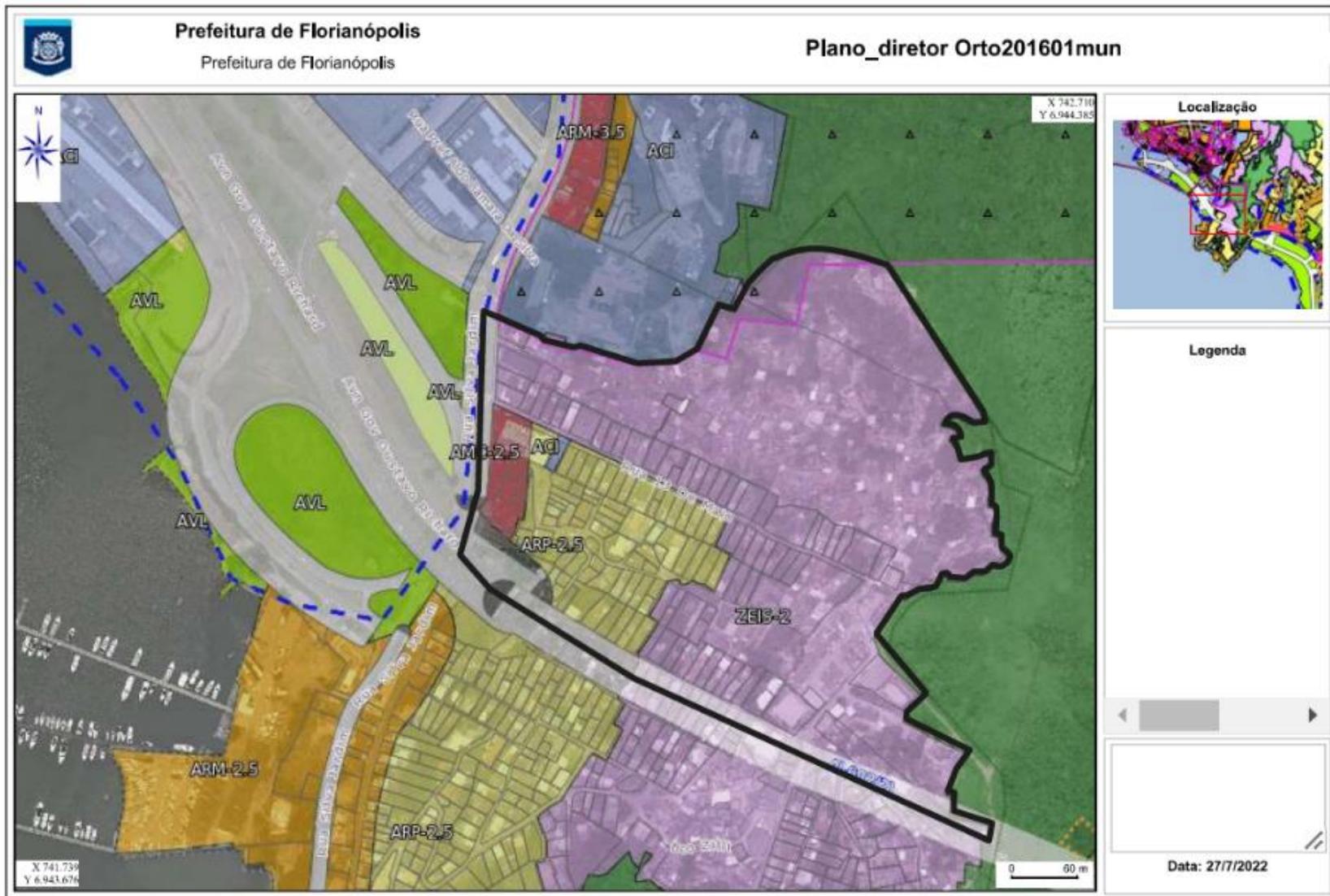


Figura 20: Zoneamento do Morro do Mocotó. Fonte: Prefeitura de Florianópolis (2022).

No mesmo ano de aprovação da Lei Complementar que institui as ZEIS no Maciço, é promulgada a Lei nº 6893, de 08 de dezembro de 2005, que cria o Parque Urbano do Morro da Cruz, cuja gestão técnica-administrativa e operacional ficaria sob encargos da FLORAM (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis). De acordo com o artigo 2º desta lei, o objetivo da criação do Parque é:

I - preservar o patrimônio natural representado pela fauna, flora e pelas características morfológicas de modo que possa ser utilizado como área de interesse ecológico e de pesquisa científica;

II - aproveitar as condições peculiares de sua paisagem natural e cultural para o adequado desenvolvimento de atividades educativas, lazer e recreação;

III - promover a recuperação da cobertura vegetal típica da região onde se fizer necessária;

IV - dotar a área de equipamentos de lazer, de uso comunitários e turísticos;

V - promover a intervenção na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), atual ARP-0; e

VI - assegurar a manutenção das características naturais do Morro da Cruz no cenário urbano de Florianópolis.

O Parque foi previsto para possuir uma área de 2.743.017,21 m² e 23.793,15 m de perímetro. Sua delimitação pode ser observada na Figura 21.



Figura 21: Parque do Maciço do Morro da Cruz. Fonte: PMF, 2008.

Em 1999, durante a administração do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, é criado o Programa Habitar-Brasil/BID (HBB), que tinha como intuito capacitar os gestores e técnicos estaduais e municipais, além de promover intervenções em assentamentos precários em regiões metropolitanas, capitais de estado e aglomerações urbanas (TOMÁS, 2012).

Tendo como órgão gestor o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, o programa contou com a aplicação de U\$417 milhões, sendo destes, U\$390 milhões gerenciados pela Caixa. Dentro desse valor, U\$53 milhões foram destinados ao subprograma de Desenvolvimento Institucional de Municípios (DI) e U\$332 milhões destinados ao subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) (TOMÁS, 2012).

O objetivo do DI era a criação, ampliação e modernização da capacidade institucional dos municípios, de forma a melhorar as condições da habitação da população mais pobre por meio de instrumentos urbanísticos, institucionais e ambientais. Dessa forma, buscava-se a regularização fundiária dos assentamentos subnormais, assim como capacitar tecnicamente as equipes da prefeitura e ampliar a oferta de habitação para essas populações. O subprograma visava a geração de Termos de Referência pelo qual empresas eram contratadas (TOMÁS, 2012).

O subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais, por sua vez, tinha como objetivo a implantação de projetos de urbanização, atuando com

obras de infraestrutura urbana, recuperação ambiental e regularização fundiária, devendo assegurar a participação comunitária durante todo o processo.

De acordo Beatriz K. Cardoso, funcionária da CEF na Gerência de Desenvolvimento Urbano – GIDUR, em entrevista realizada para Tomás no ano de 2011, Florianópolis, a princípio, não estava entre a lista de municípios a participar do programa. Foi por meio do desmembramento da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social na atual Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), juntamente com a insistência da então Prefeita Ângela Amim, que a cidade entrou no quadro dos 30 municípios contemplados.

Em Florianópolis, os dois subprogramas, o DI e o UAS, foram implementados concomitantemente. Foram contempladas pelo subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais a comunidade do Chico Mendes, por essa ser considerada prioritária pela Prefeitura, e a do Mocotó, por essa, por sua vez, ser uma das favelas mais antigas do município. Além disso, o Mocotó já possuía alguns documentos fundiários necessários para a implantação do programa, possibilitando o enquadramento

da comunidade dentro dos prazos exigidos. Foi justamente por conta da ausência desses documentos que as comunidades do Morro da Queimada e do Morro do Bode, que também haviam sido selecionadas para o programa, acabaram ficando de fora.

[...] a primeira comunidade que ela (a Prefeita) quis beneficiar foi a Chico Mendes, pois já havia o entendimento de que aquela era uma das áreas prioritárias. Depois ela quis beneficiar a comunidade do Mocotó porque era a mais antiga da cidade - na verdade, o programa Habitar Brasil BID previa que houvesse uma hierarquização. [...] A prefeitura tinha que fazer uma classificação e descobrir qual era a mais prioritária. Como estes projetos eram projetos pilotos, não houve esta hierarquização, a decisão foi do gestor público mesmo, e então foi decidido: a Chico Mendes, e o Mocotó pela razão histórica. (CARDOSO, 2011).

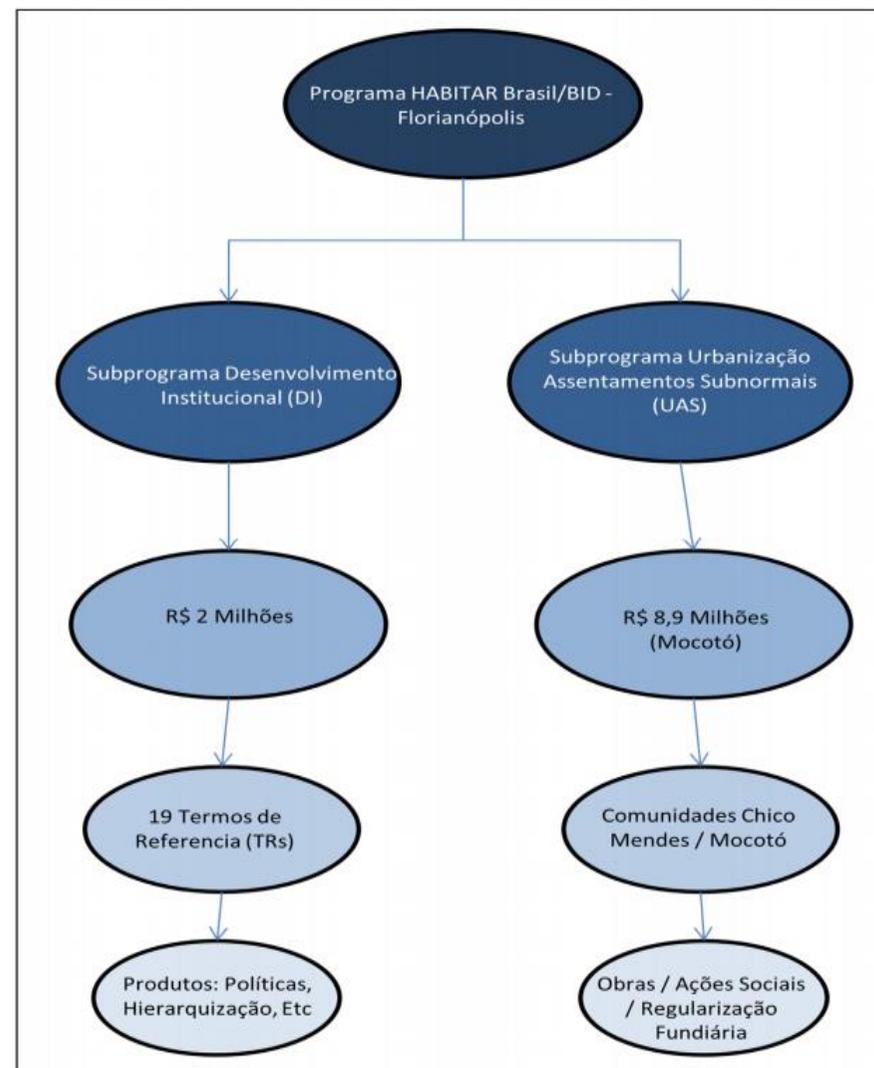


Figura 22: Organograma de funcionamento do Programa HBB em Florianópolis. Organizado por: Tomás, Elaine D. e Henning, Luciano A.

No caso do subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) no Morro do Mocotó, foi executado o Projeto Bom Abrigo – Mocotó, onde foi previsto um total de R\$8,9 milhões em investimento para atuar dentro da área da habitação, com construção de 38 casas. Estas, que podem ser observadas na Figura 23, foram construídas no Morro da Queimada. O critério para a seleção das famílias abonadas foi a situação da casa onde estas viviam, e se algum dos moradores apresentavam algum problema de saúde. Também foram projetos de melhoria no sistema viário, drenagem, pavimentação, contenção de encostas, esgoto, além da construção de creche, centro de saúde e equipamentos comunitários, atendendo a 113 famílias (FLORIANÓPOLIS, 2002).



Figura 23: Conjunto habitacional oriundo do Projeto Bom Abrigo – Mocotó. Fonte: FLORIANÓPOLIS, 2002.

De acordo com o documento elaborado pela Prefeitura de Florianópolis no ano de 2002, 17 residências receberam, por meio do UAS, unidades sanitárias com banheiros e tanques, 11 receberam módulos hidráulicos, e 33 receberam melhorias estruturais. Dessa forma, foi implantado em algumas residências a canalização de água, assim como hidrômetros, com a prerrogativa de que essas famílias começassem a pagar pelo uso da água. (FLORIANÓPOLIS, 2002).

O subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI), por sua vez, buscava abranger todos os 62 assentamentos

precários do município. Elaine Tomás elenca onze Termos de Referência gerados por meio desenvolvidos pelo DI:

TR	Nº Contrato	Assunto	Data entrega	Empresa
TR2	0142/SMHSA/2006	Reformulação e Regulamentação do Fundo Municipal de Integração Social (FMIS) e do Conselho do FMIS	2006	COBRAPE
TR4	0143/SMHSA/2006	Revisão e Edição da Política Habitacional do Município	2006	COBRAPE
TR8	511/SMAHSA/2005	Programa de Fiscalização e Controle das Ocupações	2007	IGPlan – Inteligência Geográfica
TR9	0112/SMHSA/2006	Estudo para a Hierarquização dos Assentamentos Subnormais.	2008	COBRAPE
TR13	-	Sistema Municipal de Informações Geo-referenciadas das AIS: Consiste na digitalização da base cartográfica e conversão para um sistema integrado de informações geo-referenciadas das Áreas de Interesse Social - AIS.	-	-
TR10	0113/SMHSA/2006	Agilização dos Procedimentos de Aprovação de Loteamentos e Obras.	2007	-
TR14	0144/SMHSA/2006	Monitoramento das Ações da Política Habitacional de Florianópolis	2007	IGPlan – Inteligência Geográfica
TR15	0145/SMHSA/2006	Parcelamento do Solo Urbano	2006	COBRAPE
TR16	0146/SMHSA/2006	Implantação de Programa de Regularização Fundiária, Urbanística e Edilícia em Terrenos Públicos e Privados	2006	COBRAPE
TR18	0243/SMHSA/2006	Revisão do Código de Obras	2007	COBRAPE
TR19	0114/SMHSA/2006	Definição de Categorias de Zonas Destinadas à Habitações de Interesse Social - ZEIS	2009	COBRAPE

Quadro 2: Termos de Referências Licitados pela SMHSA. Fonte: TOMÁS, 2012, Apud Prefeitura Municipal de Florianópolis, Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, TR 18 - Revisão do Código de Obras (contrato nº. 0243/smhsa/2006) e TR 19 -Definição de Categorias de Zonas Destinadas à Habitações de Interesse Social (contrato nº 0144/SMHSA/2006). Elaboração própria.

Dentre essas ações, algumas de caráter bastante específico, como a formação de técnicos da Prefeitura no MBA em Gestão Urbana, Habitacional e do Desenvolvimento Social, no ano de 2005, e outras mais abrangentes, com a Reformulação e Regulamentação do Fundo Municipal de Integração Social (FMIS) e do Conselho do FMIS.

O Programa HBB apresentou diversas burocracias que atravancavam o processo, além de ter havido uma atuação inexperiente por parte dos técnicos da prefeitura. Segundo Cardoso (2010), no ano de 2010 os prazos de execução do subprograma UAS do Mocotó estava atrasado. Apesar disso, segundo ela, o programa serviu para a formação das equipes técnicas da prefeitura, de forma que essas tomassem consciência de que a nova estrutura era importante para a aplicação prática do Estatuto da Cidade, desenvolvendo entre os técnicos uma estruturação da Política Municipal Urbana e a Política Municipal de Habitação de Interesse Social (HIS) (CARDOSO, 2011).

Como podemos observar neste capítulo, houve diversas tentativas de solucionar os problemas urbanos

presentes nas comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Uma das mais recentes foi proveniente das obras do PAC-Florianópolis.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foi lançado em 2007 conforme Decreto n. 6.025/2007 durante o governo do Presidente Lula. O programa é composto por cinco blocos, sendo esses: medidas de infraestrutura, incluindo infraestrutura social, como habitação, saneamento básico e transporte de massas; medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento; medidas de desenvolvimento institucional; medidas de desoneração e administração tributária; e medidas fiscais de longo prazo.

O projeto do PAC – Maciço do Morro da Cruz foi lançado no ano de 2008 com a vinda do Presidente Lula para a cidade. Por meio de um processo que contou com discussões com as lideranças comunitárias, equipe técnica e audiências públicas, o programa contou com uma verba de R\$ 54,6 milhões, dos quais R\$ 25 milhões eram da União, R\$ 15 milhões do Governo do Estado, e R\$ 14,6 milhões da prefeitura. De acordo com o documento lançado pela PMF na época, o objetivo do projeto era melhorar as condições

de vida no Maciço do Morro da Cruz por meio de investimentos em infraestrutura e serviços sociais.

Trata-se de um projeto abrangente com intervenção em 16 comunidades empobrecidas, localizado na região central da capital de Santa Catarina, beneficiando diretamente a população mais necessitada, estimada em 5.667 famílias, e um total estimado de 22.708 habitantes, representando aproximadamente 40% de toda população de interesse social do município de Florianópolis. O projeto contempla a implantação de rede de esgoto, água, energia elétrica, pavimentação, construção de muro de contenção, habitações (mais de 400), transporte vertical, recuperação ambiental, atividades de organização comunitária e educação sanitária e ambiental. Também será implantado um Parque Urbano que beneficiará toda a população de Florianópolis, inclusive com ações voltadas à educação e recuperação ambiental, além da geração de trabalho e renda voltados à atividade turística de Florianópolis. (FLORIANÓPOLIS, 2008b)

As comunidades beneficiadas seriam: Morro Mariquinha, Monte Serrat / Nova Descoberta, Morro do Tico-Tico, Morro do 25 / Nova Trento, Morro do Horácio, Morro da Penitenciária, Morro da Queimada e Jagatá, Morro

do Céu, Vila Santa Vitória, Serrinha, Caeira, Angelo Laporta, Santa Clara, Laudelina da Cruz, José Boiteux e Mocotó, beneficiando 5.677 famílias. A descrição completa dos projetos e seus respectivos custos pode ser observada no Quadro 3.

Descrição dos Projetos	Custo total	%
Equipamentos comunitários	R\$ 233.371,22	0,43%
Regularização fundiária	R\$ 1.135.400,00	2,08%
Resíduos sólidos-lixo	R\$ 131.378,20	0,24%
Trabalho social	R\$ 1.616.676,22	2,96%
Supervisão obras	R\$ 625.000,00	1,14%
Parque do maciço	R\$ 1.250.000,00	2,29%
Transporte vertical	R\$ 2.300.000,00	4,21%
Habitacões, módulos sanitários e terrenos	R\$ 19.546.288,21	35,74%
Contenção (muros)	R\$ 5.122.245,34	9,37%
Rede elétrica	R\$ 2.988.184,66	5,46%
Rede de água e esgoto	R\$ 12.043.579,14	22,02%
Drenagem pluvial	R\$ 2.525.170,79	4,62%
Pavimentação	R\$ 4.172.527,01	7,63%
Terraplenagem	R\$ 430.208,09	0,79%
Projetos	R\$ 571.135,78	1,04%
TOTAL GERAL	R\$ 54.691.164,66	100,00%

Quadro 3: Descrição dos projetos do PAC – Florianópolis. Adaptado de FLORIANÓPOLIS, 2008b.

A maior porcentagem do orçamento do PAC – Florianópolis era destinado à habitação, com R\$ 19.546.288,21, ou 35,74% do total, seguindo pelas obras de água e esgoto, para quais foi destinado um total de R\$ 12.043.579,14, ou 22,02% (FLORIANÓPOLIS, 2007).

Uma das mais importantes conquistas realizadas pelo PAC foi a implantação da rede de água e esgoto nas comunidades que até então nunca haviam recebido essa infraestrutura básica. Para essas obras, que ficaram sob responsabilidade da CASAN – Companhia Catarinense de

Águas e Saneamento, foi destinado um valor de R\$ 12.043.579,14, ou 22,02% do total.

Outro grande investimento foi a contratação do Plano de Manejo do Parque Natural do Morro da Cruz, de Contrato N° 286/FMIS/2008. Para esse plano, foi contratada, no ano de 2009 a empresa Iguatemi – Consultoria e Serviços de Engenharia, uma empresa de Florianópolis. Para a elaboração do Plano, foram realizados o diagnóstico do meio físico/natural, sócio/econômico e institucional da área destinada ao Parque, reuniões técnicas entre os membros da equipe contratada e o Grupo Técnico (GT) da PMF, assim como oficinas de planejamento com as comunidades do entorno do Parque, contando com a presença da UFSC, empresas privadas, lideranças comunitárias e a equipe técnica e membros do GT. Por meio dessas atividades, o Parque foi enquadrado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), enquadrando a UC em um Parque Natural. O Parque foi dominado, portanto, como Parque Natural do Morro da Cruz (PANAMC) (FLORIANÓPOLIS, 2008a).

O Parque foi inaugurado no ano de 2013, a partir da Lei n° 9321, de agosto de 2013. A sua gestão técnica, administrativa e operacional ficou sob encargos da Fundação Municipal do

Meio Ambiente de Florianópolis (FLORAM), que também fica responsabilizada pela fiscalização e cumprimento das disposições legais, podendo aplicar autos de infração e penalidades legais pertinentes (FLORIANÓPOLIS, 2013).

O objetivo do Parque, de acordo com essa mesma lei, é de preservar a Floresta Ombrófila Densa (Mata Atlântica), realizar pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, recreação, contato com a natureza e turismo ecológico (FLORIANÓPOLIS, 2013).

A infraestrutura do Parque conta com três trilhas, sendo essas a Trilha Pedra dos Gaviões, com 140m, a Trilha da Rendeira, com 180m e a Trilha dos Camboatás, com 280m.

A sede do Parque também apresenta duas quadras esportivas, dois parques infantis, duas áreas com equipamentos para ginástica, um viveiro de mudas, áreas de estar, banheiros e vestiários. Também possui lagos artificiais e um mirante.



Figura 24: Parque do Maciço do Morro da Cruz. Fonte: ND (2016).



Figura 25: Entrada do Parque do Maciço do Morro da Cruz. Fonte: ND (2013).

O PAC possibilitou o alargamento de vias existentes e a abertura de novas vias, com enfoque especial para a Trans-Caieira, que liga o centro da cidade à trindade, por meio do Maciço do Morro da Cruz. Também era prevista a instalação do transporte por ascensores funiculares nas comunidades do Morro do Céu, Rua José Boiteux e na Rua Treze de Maio, no Mocotó (FLORIANÓPOLIS, 2008b). Os projetos, contudo, nunca chegaram a sair do papel.

3.4 O olhar comum sobre o Mocotó

Quando falamos sobre o Morro do Mocotó, podemos perceber uma representação clara da dicotomização dos espaços que encontramos no Brasil como um todo. As disputas territoriais pelo centro urbano entre as classes abastadas e a população pobre, representadas por pessoas ex-escravizadas, imigrantes e trabalhadores, pode ser percebida pelos movimentos históricos que levaram a construção do que hoje é o Maciço do Morro da Cruz, que resiste tão próximo de uma das áreas mais valorizadas de Florianópolis. Mas para além disso, ela fica explícita na narrativa construída sobre a população que hoje habita aquele espaço.

Para buscar compreender a discursão vigente sobre a comunidade, foram analisadas notícias listadas ao procurar “Morro do Mocotó” na internet, cujas manchetes podem ser observadas na Figura 26. A partir dessas notícias, foi criada uma nuvem de palavras, como é possível observar na Figura 27.



Figura 26: Mosaico de manchetes sobre o Morro do Mocotó.
Fonte: Elaboração própria

A construção do arquétipo da população do Mocotó como um grupo de “marginais” e criminosos, mais do que apenas criar uma imagem deturpada da realidade, legitima a atuação de políticas autoritárias contra toda a população. No dia 09 de junho de 2022 estive presente na audiência pública, realizada na Câmara de Vereadores, para discutir sobre a violência exercida pelas forças de segurança no Morro do Mocotó. Nesta audiência, que durou cerca de três horas, moradores da comunidade se juntaram para denunciar as ações violentas da polícia sobre os moradores.

Lotada, a audiência contou com a presença de muitos moradores que sofrem diariamente com a violência policial. O Padre Vilson Groh, importante líder comunitário no Maciço do Morro da Cruz e fundador e presidente Instituto Vilson Groh, comentou sobre a disparidade entre as políticas no Mocotó e a atuação das forças de segurança:

“Quando se olha para o Mocotó e se mistifica uma das áreas que nós temos, se mistifica sempre como papel local de violência, e não como potencial de saída, potencial de trabalhadores e trabalhadoras que constroem e produzem a vida dessa cidade e são negados os seus direitos. (...) O maior violador de direito é o Estado. E por que que o Estado é o maior violador de direito? O Estado não constrói políticas públicas nos espaços empobrecidos. Se a gente olha historicamente, quais são as políticas públicas dentro do morro do Mocotó em termos de políticas efetivas? Políticas em relação a área da educação, saúde, transporte, lazer, geração trabalho e renda? Há um distanciamento muito grande, uma negação muito grande. E essas áreas não fazem parte do orçamento anual da gestão pública. (...) O que sobra é uma presença da polícia extremamente repressiva. (PADRE VILSON GROH, 2022)

Durante minhas conversas com os moradores do Morro do Mocotó, logo no início do processo de documentação das narrativas, o primeiro consenso levantado foi de priorizar os pontos positivos da comunidade: suas histórias, alegrias, comemorações, a arte e a força da população. Isso não vindo do desejo de negar um aspecto presente na comunidade, que é a violência, mas sim de desconstruir o estigma sofrido pela população. Moisés Nascimento, morador do Mocotó e liderança da Frente da Juventude Vozes da Favela, relatou:

Por conta da opressão da polícia dentro do morro, fica um pouco pesado recolher esses depoimentos do que acontece na comunidade (da violência policial), e a comunidade fica um pouco ressentida e triste. Porque falar de coisa ruim é chato. O que nós queremos é fazer a memória do Mocotó, memória de uma comunidade feliz, de uma comunidade próspera. (MOISÉS NASCIMENTO, 2022).

Por isso, nas próximas etapas deste trabalho, serão relatadas as minhas conversas junto à moradores do Mocotó, onde mais do que questionar quanto à violência – que inevitavelmente aparece nos discursos – busquei compreender a comunidade de uma maneira mais ampla, fugindo de estigmas que a população já sofre desde a sua formação.

No ato conversar e buscar compreender, se emerge uma comunidade rica em cultura e arte, que como todos nós, compartilha felicidades e dores, conflitos e amizades, história e futuro.

4. Morro do Mocotó: historia oral



As percepções apresentadas neste capítulo compilam um primeiro trabalho de campo, realizado no ano de 2019, e um segundo, realizado no ano de 2022. As primeiras entrevistas, por terem sido realizadas previamente aos estudos teóricos desta pesquisa, ocorreram de maneira espontânea, por meio de conversas com moradores ao caminhar pela comunidade e encontros organizados em espaços comunitários do Mocotó. Esta etapa, ainda que menos premeditada que a segunda, foi importante para a criação de laços entre mim e a comunidade, possibilitando que as demandas da população fossem ouvidas de maneira mais fluida.

No segundo momento, foram selecionados moradores que, ou por terem acompanhado o crescimento do Mocotó, ou por serem ativos em atividades sociais da comunidade, considerei que contribuiriam de forma enriquecedora para a pesquisa. Aqui, busquei seguir a metodologia estabelecida por Delgado (2007), que divide a elaboração de entrevistas em oito etapas, sendo estas: definição do objetivo de estudo; preparação da entrevista; preparação de roteiros; realização das entrevistas; e processamento e análise.

Busquei conversar com uma quantidade suficiente de entrevistados de forma a poder realizar comparações entre os

documentos gerados, possibilitando que os assuntos convergentes e divergentes se destacassem, e, possivelmente, fossem suficientes para levantar evidências. O roteiro das entrevistas, mais bem detalhado no [Anexo 1](#) deste trabalho, sistematizou as informações levantadas durante a Etapa 1 deste projeto. A fim de facilitar o processo das entrevistas, e não o dificultar ou enrijecê-lo, o roteiro funcionou mais como um mapa para a memória, tendo sido flexibilizado durante o decorrer dos relatos.

No mais, ainda que eu possuísse uma compreensão prévia do território, proveniente da etapa de pesquisa de dados secundários, busquei evitar expor minhas próprias convicções sobre os assuntos debatidos. Assim, tentei evitar que o entrevistado fosse direcionado para conclusões já previamente desejadas, almejando uma maior liberdade destes ao narrarem seus pontos de vista particulares.

Realizei, no total, nove entrevistas, em que me sentei com os moradores, expliquei os objetivos do projeto e registrei, tanto em áudio quanto em vídeo, as conversas geradas.

Além dessas entrevistas formais, durante os 7 dias que estive no Mocotó e caminhei por suas ruas, foi possível

conversar com os moradores que passavam por mim e, ou eu os abordei, ou eles mesmos me abordaram indagando da minha presença, uma vez que eu sempre carregava comigo minha câmera e tripé. Em muitas ocasiões, quando solicitei que me concedessem uma entrevista, estes negaram. As vezes dizendo que não poderiam no momento, as vezes por falarem que não saberiam o que dizer. Curiosamente, quase sempre, nessas ocasiões, essas mesmas pessoas começavam a me narrar algumas histórias que viveram no morro e lhe traziam boas recordações. Ainda que essas histórias não tenham sido formalmente registradas, igualmente serviram para a minha compreensão da comunidade e dos pontos significativos para aquela população.

Feitas as entrevistas, estas foram, em um primeiro momento, transcritas, para que então eu fizesse uma conferência de nomes, datas e demais informações significativas que apareceram durante as conversas.

Por fim, as informações obtidas nos relatos orais foram analisadas e organizadas. Segundo Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo se refere a um conjunto de instrumentos metodológicos aplicados ao conteúdo. Ainda que busque a

tradução das falas em modelos cifrados, a análise do conteúdo, inevitavelmente, oscila entre a objetividade e a subjetividade.

A análise buscou encontrar os elementos do discurso que, ainda que pessoais, poderiam ser partilhados pelos outros moradores da comunidade. Neste sentido, meu processo de análise das entrevistas possuiu dois momentos:

Um primeiro onde busquei sistematizar o grande material transcrito, que é por natureza qualitativo, em elementos chave quantificados. Para isso foi necessária uma leitura minuciosa das transcrições, onde busquei identificar os fatos, lugares e pessoas mais significativos do discurso, observando aqueles que apareceram mais vezes durante todas as conversas. Ao final dessa etapa, foram encontrados 79 elementos, que por sua vez foram então transformados em palavras-chave.

Ressalto que, por conta da fluidez com que se deram as entrevistas, nem sempre os tópicos abordados durante o discurso apareceram diretamente relacionados com outros tópicos de natureza similar. Além disso, alguns tópicos (aqui organizado como "palavra-chave") que participavam de um mesmo tema apareceram em diferentes entrevistas. Por isso, a segunda etapa das análises consistiu em correlacionar todas as palavras-chave identificadas em grupos temáticos, de

forma a possibilitar a sistematização dos assuntos abordados em uma análise escrita. Escritos em papeis *post-it* e conectados por um barbante de acordo com a sua correlação, foi possível elaborar a rede de palavras (Figura 28):

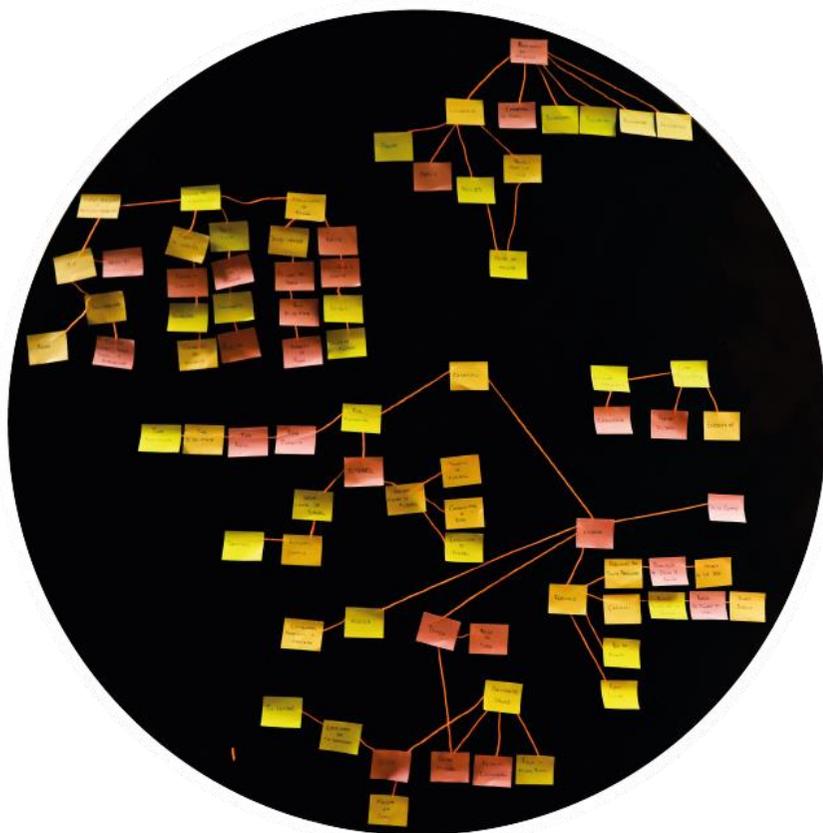


Figura 28: Rede de palavras dos discursos dos entrevistados.
Fonte: Elaboração própria

Essa primeira associação possibilitou a identificação de quatro grupos temático, sendo esses:

1. O crescimento da comunidade;
2. Os fazeres;
3. Organização comunitária;
4. Festa no morro.

Importante ressaltar que essa estratégia busca apenas amenizar a subjetividade com que eu, como membro externo da comunidade, possuo ao interpretar os assuntos. No final, por conta do próprio caráter individual do Trabalho de Conclusão de Curso, sou em quem categoriza, seleciona e prioriza as informações. Além disso, é possível apresentar apenas um recorte da realidade, abarcando os aspectos da vida urbana que aqueles que eu entrevistei, durante o período de poucas horas, puderam (e quiseram) relatar.

Dada essas limitações, reitero que não tenho o poder de falar pelo Mocotó, nem pretendo relatá-lo aqui em todas as suas complexidades. Contudo, espero contribuir com a perpetuação dos conhecimentos e saberes de uma comunidade tantas vezes silenciada no contexto urbano.

Em conjunto com as narrativas, apresento também as fotografias que pude tirar durante minhas visitas ao Mocotó, ajudando a contextualizar o território e seus moradores.

Poços

4.1. O crescimento da comunidade





Era um outro bairro. Essa é um sentimento constante para aqueles moradores mais antigos na comunidade. Dona Dete, que é considerada uma matriarca do morro, fala que o Mocotó era apenas uma “fatia de bolo” do Maciço. Localizado entre o Hospital de Guarnição de Florianópolis e do Hospital de Caridade, a história do Mocotó começa com frequentes conflitos com o Exército, pois era justamente em parte do terreno do Hospital Militar que surgem as primeiras moradias.

Raramente os entrevistados conseguiam dizer a data dos relatos. Mas é possível deduzir que as primeiras recordações remetem à década de 1950, considerando a idade das pessoas com quem conversei e a fase da vida que viviam em suas histórias.

Naquela época, o Mocotó se restringia basicamente a sua parcela inferior. Nas partes mais próximas do topo, os moradores diziam que “era tudo mato”. Dona Diva que, além de ter se criado no Mocotó, vem de umas das famílias mais antigas da comunidade, conta que, quando era criança, sua irmã subia o morro para cortar lenha, vender, e auxiliar no sustento da família. “Era época da miséria, época da fome”, conta ela.



Até então, as ruas eram todas de barro. A lajota, e posteriormente o asfalto, viria décadas mais tarde. A maioria das casas do morro eram feitas de pau a pique, uma construção feita de bambu com barro. Não havia assoalho, e o piso das casas era o próprio chão batido. Dona Dete conta que para a construção das suas casas, a comunidade ia buscar tabuas de madeira das obras da construção civil. Ela cresceu em uma casa com seus pais adotivos e mais 22 irmãos. Quando se casou, morou por alguns anos em uma casa de 20m² com seu marido e cinco filhos. Dizia que ficavam todos “como bicho de laranjeira”, tudo amontoadado.

Foi para buscar um local maior para viver com sua família que decidiu subir para a porção mais alta do morro, onde ainda praticamente não havia construções. Para isso, carregou madeira das obras do Hospital Celso Ramos, do SESC Prainha e do Tribunal de Justiça. Sem acesso a carro, como até hoje não há, eram utilizadas carretas pelo chão de barro para levar os materiais. Hoje, para acessar a sua casa existe uma escadaria concretada. Como pode-se observar na imagem ao lado, no passar das décadas, praticamente não há mais terrenos vazios, onde antes era uma porção do morro praticamente inabitada.



O fogão a gás também demorou para aparecer no morro. A lenha era utilizada tanto como mercadoria para sustento dos moradores, quanto como um elemento crucial do dia a dia, uma vez que, sem energia e sem gás, era a única maneira de aquecer a água e a comida. O fogão à querosene era um elemento “de luxo” na comunidade, e, fora os poucos que possuíam, os moradores construíam seus fogões a partir de barro e tijolo. Dona Dete conta que:

Quem podia comprar cimento para fazer com barro, fazia. Quem não podia, pegava o barro, e com a própria cinza do fogão, fazia.

Quando encontravam fogões de querosene que haviam sido jogados no lixo, os moradores os recolhiam, tiravam as armações, e o reformulavam para que pudessem funcionar a lenha, uma vez que possuíam melhor estrutura do que aqueles construídos de tijolo e barro.

A energia elétrica só chegava em algumas casas da parte inferior do morro. No topo, quem tinha energia era quem puxava um poste por conta própria. Todos os moradores mais antigos com quem conversei relembram com saudosismo o dia



*Governador Lacerda recebendo o título de cidadão honorário pela Escola Protegidos da Princesa.
In: Lacerda, 2012. Acervo da Dona Luci.*

em que o governador Jorge Lacerda subiu na chuva, junto com os presos da penitenciária, carregando os postes para a instalação de energia no Mocotó. O ano era 1958, o mesmo em que o governador morre em um desastre de avião. Contam que no dia inauguração da eletricidade o morro se reuniu em festa.

O governador era tão popular na comunidade que chegou a receber o título de cidadão honorário da Protegidos da Princesa, importante escola de samba do Mocotó.

Um elemento importante para a construção dos laços comunitários foi a televisão, ou a escassez delas dentro do Mocotó. Uma das pessoas com quem conversei foi Luiz Taffarel, conhecido como Taffarel pelos moradores do bairro.

Ele é um jovem de 36 anos, neto do seu Bento Lopes, cuja família é uma das mais tradicionais do Mocotó. Conta que seu avô foi uma das primeiras pessoas a possuírem televisão no morro. Dona Dete fala que na época dela, apenas as famílias Lopes, Bittencourt, Martins e Costa possuíam o equipamento, e dessas, somente as casas da Lopes e da Costa tinham capacidade de comportar mais pessoas. Dessa forma, o Mocotó inteiro se organizava e se dividia para assistir os programas na casa de uma das duas famílias. Quando era dia de novela, o bairro inteiro corria para se instalar no chão das salas, uma vez



que não tinham cadeiras para todos. Os entrevistados contam que atitudes como essas ajudaram a fortalecer o sentimento de solidariedade e reciprocidade entre os moradores.

Outra figura política sempre citada durante as minhas conversas com os moradores foi o governador Esperidião Amin, que teria tido um importante papel na regularização fundiária dos terrenos do morro. Marcada por conflitos com os militares, a comunidade estava sempre sob risco de ser despejada de suas casas. As construções de novas residências eram sempre realizadas a noite, para que o exército não percebesse. Dona Dete conta que:

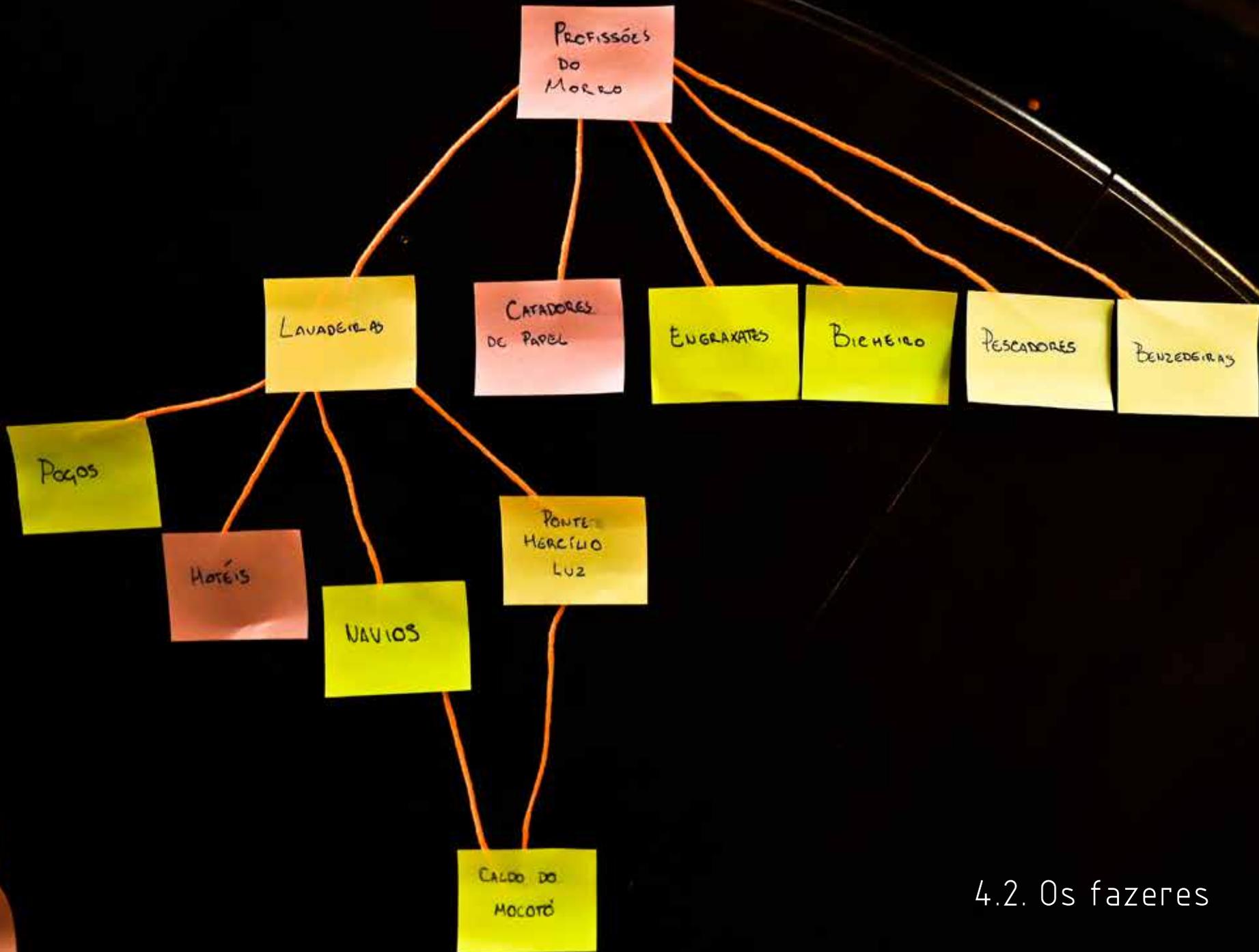
Ninguém podia bater um martelo no morro. Se batesse, eles (os militares) já vinham ver quem tava construindo. Teve um dia, que foi o pior dia da minha vida. O pessoal trouxe os presos da penitenciária com ferramentas tudo para derrubar as casas do morro. Aí eu só disse "pessoal, ninguém sai de casa!". Que se a casa ta vazia eles podem derrubar, mas com gente dentro, não. Só teve uma vizinha que teve que sair para trabalhar, e derrubaram a casa dela. O resto, ninguém.



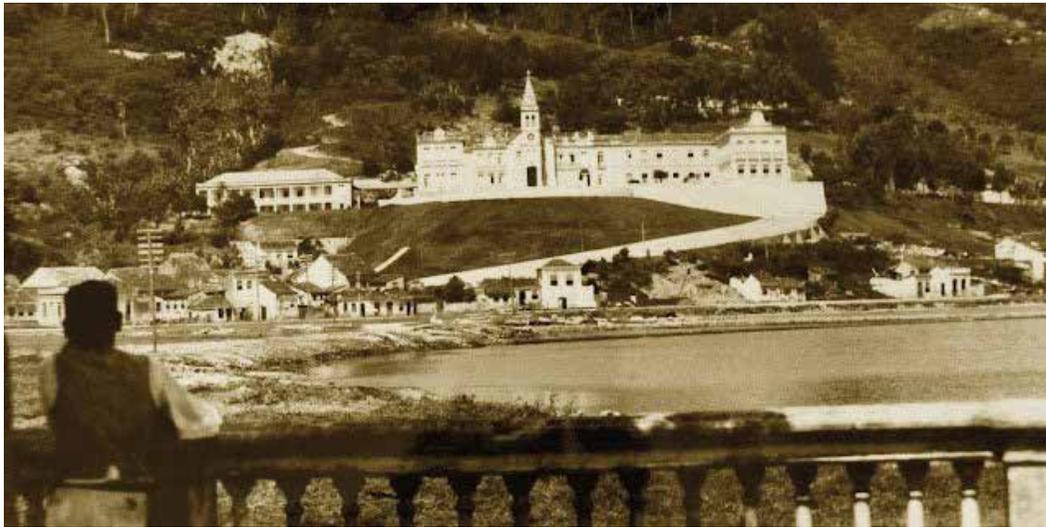
Foi no ano de 1983, por meio da luta comunitária, em diálogo com o governador Amin, que os moradores conseguiram obter o título das terras. Dona Dete conta que foi necessário dialogar com o COMCAP, que cedeu um terreno para o Hospital Militar, em troca daquele ocupado pelo Mocotó. Assim, os terrenos foram divididos de maneira que todos os moradores tivessem registrado o seu pedaço de terra. Quem possuía um terreno maior, dividia com aqueles que não tinham.

Outro motivo de grande apreço dos moradores para com a família Amin se dá por conta das obras de água e saneamento realizadas durante o governo da então prefeita Ângela Amin. Antes disso, a moradora Regina, conhecida por “Dendeca”, conta que os moradores precisavam subir o morro carregando água em baldes para atividades como comer e lavar a louça. Sem sistema de esgoto, os “banheiros” eram patentes de madeira sobre um buraco do lado de fora das casas.

Ainda que os moradores possuam muito apreço à essas figuras públicas, alguns chegando a falar que “devem muito” a elas, pude perceber que as obras de infraestrutura chegaram no morro não como uma simples “benfeitoria” de certos políticos, mas estiveram acompanhadas de uma forte pressão comunitária.



4.2. Os fazeres



*Hospital de Caridade - vista do Miramar.
Acervo: Casa da Memória de Florianópolis.*

O nome, “Morro do Mocotó”, não nasceu no acaso ou aleatoriedade. Há um forte laço identitário da comunidade com o alimento, e é a partir dele que muitos iniciam a narrativa do território. A simples pergunta sobre a presença do caldo na comunidade fez submergir nos discursos importantes recordações sobre os fazeres tradicionais daqueles que primeiro ocuparam o morro.

Como já discorrido em capítulos anteriores, o Mocotó tem um forte laço com os trabalhadores da ponte Hercílio Luz. Dona Dete conta que seu tio era “embarcadíssimo”, expressão que fui mais tarde entender que se referia àqueles que trabalhavam como embarcados nos navios. Na época, os navios atracavam próximo ao morro, e o seu tio foi então um dos primeiros a aprender a fazer o prato e trazer tanto os marinheiros, quanto os trabalhadores da ponte, para comerem o caldo de Mocotó em sua casa. Foi me explicando que a produção do alimento era tanta, que as pessoas começaram a se referir ao então Morro do Governo como “Pé de Boi”, já que é justamente esse o ingrediente principal do prato. Depois de um tempo, começaram a se referir à comunidade como “Mocotó”, e assim ficou até hoje.

Mocotó

Da independência



Em prol do Centro da Dona Dete!

DATA: 07 SETEMBRO
HORÁRIO: 12:00 HORAS
LOCAL: SALÃO DAS CASINHAS

VALOR: 20,00

Dona Dete, que até hoje produz o caldo em datas festivas, foi me explicando que a produção do mocotó é uma atividade trabalhosa, uma vez que é preciso deixar o osso da pata do boi fervendo por no mínimo um dia. É com o tempo que essa carne pouco nobre vai soltando os nervos e formando uma geleia, dando mais o sabor da carne do que tendo carne em si. Depois, se adiciona os demais ingredientes, como a carne seca e o arroz.

Apesar de que algumas das pessoas mais jovens com quem conversei nunca tivessem experimentado o caldo, todas conheciam a história por trás do nome da comunidade, o que demonstra ainda uma forte perpetuação dos saberes por meio da oralidade.

No dia 07 de setembro de 2022, pouco depois de ter conversado comigo, a Dona Dete organizou o evento chamado “Mocotó da Independência”, onde cozinhou e vendeu mais de 200 pratos de mocotó no salão onde atua o projeto Bairro Educador, na parte mais ao topo do morro. O evento, que lotou o salão, possibilitou que muitos dos mais jovens, que nunca haviam comido o caldo, pudessem experimentar o alimento que batizou a comunidade.



Quase tão marcante para história do bairro quanto a produção do mocotó são as lavadeiras, chamadas por quem conversei como as matriarcas do morro. Pude perceber que essa denominação carrega um sentido de respeito e as distinguem como uma forma de autoridade.

Em uma época em que a água encanada ainda não havia chegado no morro, o ato de lavar roupas era realizado nas fontes. No Mocotó havia dois poços, um na parte de cima do morro e outro na parte de baixo. Quando esses enchiam, a água escorria por valas até uma fonte de aproximadamente 4m². Lá as mulheres mais velhas que entrevistei, e as mães das mais novas, se reuniam sob as bananeiras que faziam sombra sob a fonte e, com auxílio de lavadores, lavavam de joelhos as roupas. No final do dia, quando todas já haviam finalizado a atividade, as lavadeiras despejavam a água na fonte, que era levada por uma canaleta que passava pela rua 13 de Maio até a praia.

Aqui, mais uma vez o caráter portuário de Florianópolis era crucial para essa atividade do Mocotó, uma vez que as mulheres iam buscar os tecidos a serem lavados nos navios atracados na cidade. As entrevistadas contam que eram os navios da Empresa Nacional de Navegação Hoepcke (ENNH), principalmente o Anna, Max e Carl, os seus principais clientes.



Para buscar os tecidos, era necessário atravessar a cidade com um carrinho de mão cheio de trouxas de roupa até um atracadouro onde hoje encontramos a Rodoviária Municipal, para depois subir com o material nas costas até as fontes. Se muitos dos homens do morro trabalhavam como embarcadíssimos, eram nesses momentos que as mulheres podiam conhecer os navios por dentro.

Quando as atividades portuárias começaram a enfraquecer na cidade e não havia mais trabalho nos navios, as lavadeiras passaram a buscar as roupas nos novos hotéis, serviço que se popularizou em Florianópolis a partir da década de 1930.

No cotidiano, as fontes serviam não apenas como local de trabalho, mas como local de encontro e sociabilidade feminina. Era ali que se formava uma rede de solidariedade entre as mulheres, que compartilhavam as novidades do morro, informações, receitas e remédios. Além disso, a fonte funcionava como uma piscina nos dias de verão, onde a comunidade se reunia para se banhar.

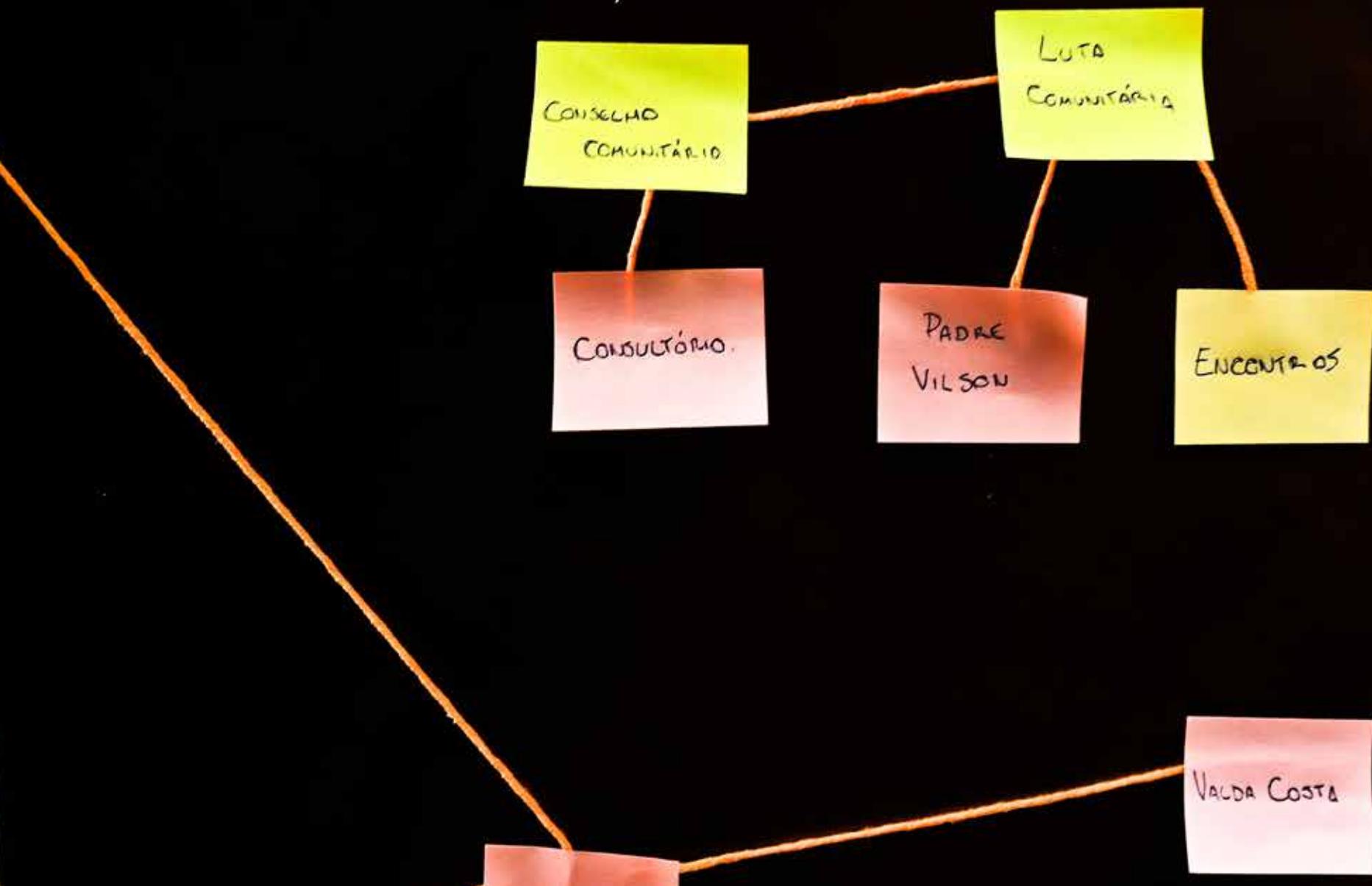
Um fato interessante que percebi durante as minhas conversas, é que é praticamente impossível separar os fazeres tradicionais do morro da relação dos moradores com o mar.



Ao mesmo tempo, essa relação foi aos poucos se perdendo. A profissão das lavadeiras se extinguiu, tanto pela disseminação da água encanada quanto pelas obras de canalização dos cursos d'água na cidade e no morro. Nos poços de outrora encontramos novas residências, que se construíram sobre as saídas de água e até hoje sofrem em consequência das enchentes do poço.

Além disso, as obras do aterro da Baía Sul criaram uma barreira entre o Mocotó e o mar. Os homens que no passado trabalhavam como pescadores na praia Menino Deus, cujo pescado comiam e vendiam, já quase não existem no morro. Dona Dete relata que atualmente apenas o Seu Farias ainda vive da pesca e da produção da tarrafa para venda. A Regina me relatou, com tristeza, que no passado podia viver do mar, principalmente com a coleta do berbigão. Mas o que antes era de graça, agora é vendido como um produto pouco acessível no Mercado Público. Dessa forma, os saberes e fazeres vão se perdendo ao passo que surgem as novas gerações, que, sem mais o contato com o mar, passam a atuar em novas atividades.

4.3. Organização comunitária





*O Caramuru era uma porta aberta para a
cultura do Mocotó*

Não é possível falar em cultura no Mocotó sem mencionar a antiga sede Caramuru, uma estrutura hoje completamente abandonada, mas que possuiu um papel central no dia a dia da comunidade. Conversando com os moradores, descobri que aquele espaço já teve tantos usos que foi um desafio a parte compreender a sua evolução ao longo do tempo.

Segundo me relataram, primeiramente o espaço era conhecido como a “Sede”, que funcionava como baile comunitário. A edificação, que posteriormente foi reconstruída em alvenaria, era feita de tábuas de madeira, e servia como o grande ponto de encontro dos moradores do bairro. Um espaço onde os moradores se reuniam para dançar e tocar samba. “Era um Mocotó muito festeiro”, lembra Dona Dete, que me contou que até o sambista Bezerra da Silva já esteve na Sede do Mocotó.

O segundo momento da estrutura foi quando ela foi transformada na sede do clube de futebol Caramuru. Mesmo



que ela tenha recebido outros usos com o passar dos anos, é por Caramuru que os entrevistados ainda se referem a ela, tamanha a importância do clube para a comunidade.

Para entender melhor sobre a importância do futebol dentro do Mocotó, conversei com o Cristiano, que organizava a escolinha de futebol “nas antigas”, e com o Luiz, cuja família possui um longo histórico de jogadores profissionais saídos do morro, e que hoje coordena a ONG *Projeto Social Futebol Escola* na comunidade.

Luiz relembra a época em que o Eli Lopes, que é seu parente, era presidente do Caramuru. O Eli foi um dos grandes jogadores saídos da comunidade. Jogou no juniores do São Paulo como atacante, e depois foi contratado pelo Avaí, onde jogou durante quatro anos. Na época do Eli, o Mocotó girava em torno do Caramuru. Conta que todo domingo dois ônibus de viagem paravam no pé do morro para buscar os jogadores, que iam competir nos campeonatos pelo estado. Com eles ia toda a família, então domingo era regra: o Mocotó ficava vazio. Por tradição, os moradores do Mocotó soltavam um primeiro foguete para dizer que o ônibus tinha chegado no morro. E um segundo, para avisar que já estava na hora de sair. E no clima de jogo e festa, no final da partida era churrasco no campo.



Se o Caramuru era o time dos adultos, os mais jovens jogavam na escolinha de futebol, coordenada pelo Cristiano e pelo Giovani Bittencourt, mais conhecido como Gegê. Na época da escolinha, as crianças treinavam em um dos vários campos de futebol que existiam no terreno onde hoje passa a avenida do Túnel Antonieta de Barros. Luiz conta que cada comunidade do Maciço do Morro da Cruz tinha a sua própria quadra e, com uma certa periodicidade, as comunidades organizavam um torneio entre si.

Cristiano se orgulha ao lembrar que o time da escolinha foi vice-campeão duas vezes nos campeonatos juniores, ambas contra o time de base do Avaí. Para a seleção do time, Cristiano e o Gegê passavam em todas as comunidades do maciço, peneirando entre a “garotada” do Mocotó, do Morro do Horácio, do Morro do 25, da Mariquinha, do Morro da Caixa e da Coloninha. Dessa forma, o futebol passava da mera condição de um esporte, para servir como instrumento de união e interação entre as comunidades. Dona Dete lembra que nos dias de campeonato nos campinhos, toda a comunidade descia para acompanhar os jogos e fazer festa.



Com as obras de construção do Túnel Antonieta de Barros, as quadras, e conseqüentemente o ponto de encontro da comunidade foram removidas. Dona Dete conta que para a retirada das quadras havia sido prometido à comunidade a construção de uma área de lazer no local. Contudo, passaram 16 anos, necessitando de uma intensa pressão comunitária para que o espaço prometido saísse do papel. Inaugurada em 2018, a Arena de Esportes e Lazer da Prainha/Mocotó hoje conta com um campinho de futebol, uma quadra de areia, academia ao ar livre e um parquinho para as crianças, e é intensamente utilizada pela população do maciço. É nela, inclusive, que são realizadas as atividades do Projeto Futebol Escola, o qual o Luiz faz parte.

Quanto ao espaço do Caramuru, os entrevistados só contam que este foi eventualmente abandonado, interditado pela polícia por conta de ocorrências de “briga e desordem”. Após anos de abandono, o espaço foi restaurado por freiras católicas para a implantação do projeto Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI) na comunidade. Dona Dete conta que as paredes da creche ainda eram cobertas de troféus do antigo time Caramuru.



Foi nesse momento que entra na história a irmã Hedwirges, uma freira católica que no ano de 1978 começou a trabalhar na creche, então chamada de Alfa Gente. Tamanha a importância da irmã Hedwirges para o Mocotó, que em todas as conversas, os entrevistados se emocionaram ao lembrar da sua atuação.

A Dona Hedwirges, nesse morro, depois de Deus, ela é a mais importante. Pelo trabalho que ela fez aqui. Não só ajudando a educar as crianças da comunidade, mas trazendo alimento, esperança, virtude, alegria, e, o mais importante, a expectativa de ser alguém na vida para essas crianças. Essa senhora deixou de viver a vida dela para viver a nossa.

A creche Alfa Gente não foi importante apenas para o acolhimento das crianças da comunidade, mas também para o combate da desnutrição infantil, uma vez que era lá que muitas crianças tinham a oportunidade de se alimentar durante o dia. Além disso, era mantido na parte de baixo da creche um miniposto de saúde com pediatra e ginecologista.



Além dos médicos residentes do Hospital Infantil, o postinho também teve uma importante função de empregar alguns moradores do morro, dentre eles a Dona Dete, que, apesar de não ter o ensino fundamental completo, pode fazer um curso de agente de saúde e trabalhar no local.

Após alguns anos trabalhando na Alfa Gente, a irmã Hedwirges deixa a creche para começar a fundar a Casa da Criança, que hoje é a ACAM (Associação dos Amigos da Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó). A associação passa a exercer a função de atender as crianças e adolescentes no contraturno da escola. A Ana Costa, que quando criança estudava na escolinha, me contou que sua rotina era sair da escola e ir direto para a Casa da Criança, onde aprendia diversas atividades, como aulas de violino, de bordado, pintura de panos de prato, reforço etc. Hoje são seus filhos que frequentam a ACAM, que organiza uma infinidade de atividades para as crianças do Mocotó.

Paralelamente, Dona Dete conta que durante 12 anos funcionou, onde hoje ocorre o projeto “Eu Faço a Minha Parte”, na rua 13 de Maio, a associação dos moradores do Mocotó. Por meio dela, que era gerida apenas por mulheres, os moradores



se organizavam entre si e com as demais comunidades do Maciço para batalhar pelos problemas que tinham em comum. Conta que por meio da associação eram organizados encontros pelo Brasil, onde, com rodas de conversa e encenações, discursavam sobre a falta de água, saneamento e demais dificuldades que compartilhavam. Durante esses anos, ônibus financiados pela própria associação levavam os participantes para cidades como Chapecó, Lages, Tubarão, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e até Canindé, no Ceará. Nesses encontros, Dona Dete menciona o Vilson Groh como um importante articulador. Fala que foi um ótimo período da comunidade, enquanto a associação servia espaço de trocas e articulação para luta. Diz que, contudo, quando a diretoria, que até então era gerida apenas por mulheres, passou para mão de homens, a associação se desarticulou, e no período de um ano deixou de existir.

Quanto ao antigo Caramuru, a sua última função foi como sede da Creche do Duduco, que substituiu a Alfa Gente. Contudo, o espaço foi completamente depredado e abandonado após um escândalo de abuso infantil e prisão do Nilson Machado “Duduco” no ano de 2013.

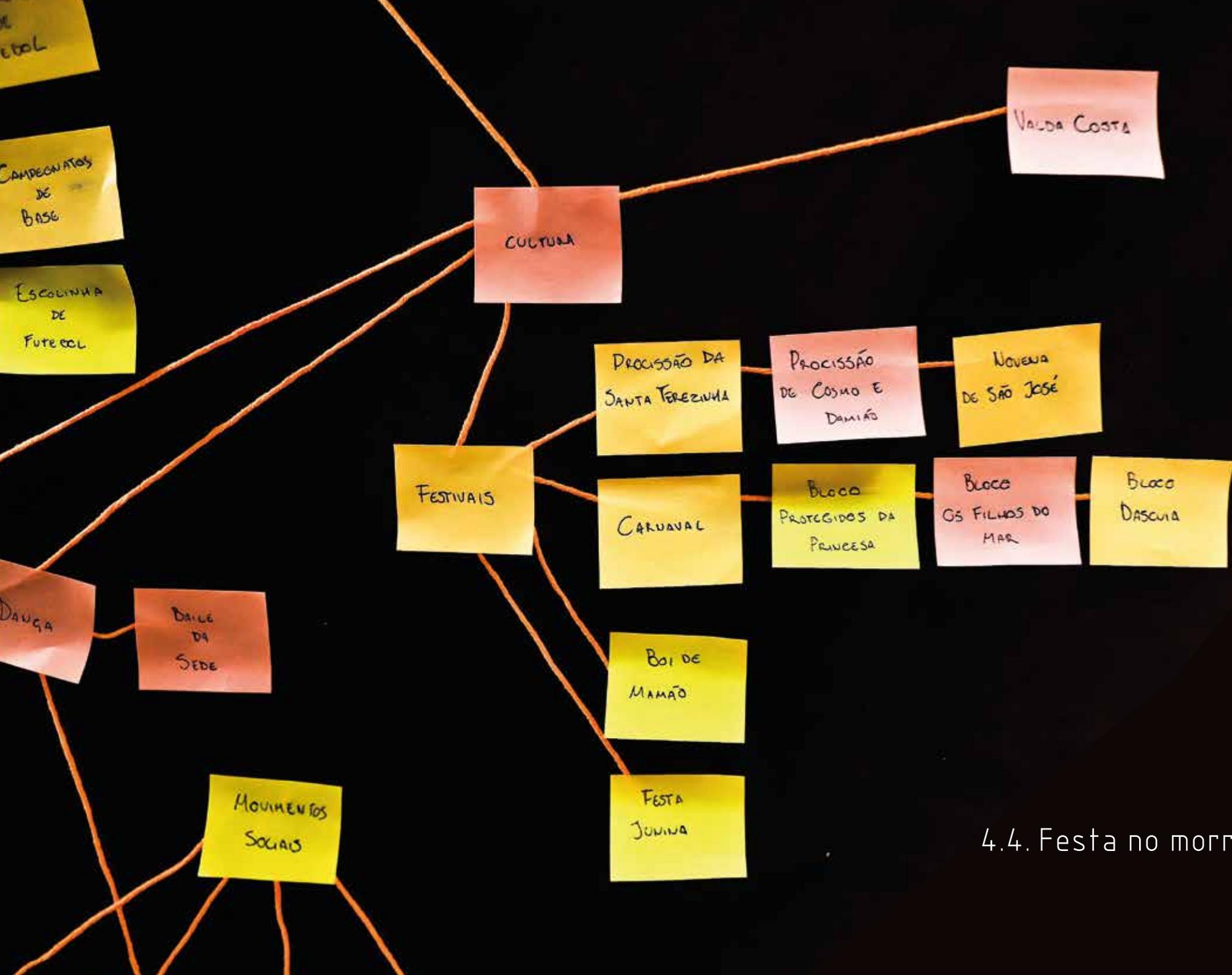


Hoje, mesmo que alguns espaços tenham sido perdidos ao longo dos anos, ainda há locais dentro do Mocotó que oferecem importantes serviços à comunidade. A ACAM segue atuando com as crianças e adolescentes, oferecendo cursos nos contraturnos das aulas, como oficinas de música, aulas de vela, pintura e dança.

Além dela, há o Bairro Educador, do qual o Luiz faz parte. O projeto, que também atua em outras 11 comunidades, como a Mariquinha, Monte Cristo, Monte Verde, Costeira, e Vila União, oferece aulas de muay thai, caratê, taekwondo, artes visuais, dança, entre tantas. O espaço funciona em um galpão construído pela prefeitura que estava abandonado, na parte mais ao topo do morro. Ele também é utilizado por famílias que precisam de um espaço para realizar festas como chás de bebê e aniversários, funcionando como um centro comunitário.

Por fim há o projeto Eu Faço a Minha Parte, que, fundado no ano de 2007, oferece aulas de arte marcial como boxe, muay thai, jiu-jitsu e judô.

Quando indaguei sobre a existência de espaços de encontro para adultos e idosos, os entrevistados me afirmaram não existir mais.



FUTEBOL

CAMPEONATOS DE BASE

ESCOLINHA DE FUTEBOL

DANÇA

DANÇA DA SEDE

MOVIMENTOS SOCIAIS

CULTURA

VALDA COSTA

FESTIVAIS

PROCESSÃO DA SANTA TEREZINHA

PROCESSÃO DE COSMO E DAMIÃO

NOVENA DE SÃO JOSÉ

CARNAVAL

BLOCO PROTEGIDOS DA PRINCESA

BLOCO OS FILHOS DO MAR

BLOCO DASCUIA

BOI DE MAMÃO

FESTA JUNINA

4.4. Festa no morro



O Mocotó era um Mocotó bem festeiro.

O time Caramuru pode não existir mais, mas o seu legado permanece dentro do Mocotó. Em 2001, após a extinção do time, foi fundado o Amigos do Caramuru, escola de samba que se apresenta na Passarela Nego Quirido desde 2006. É também no Mocotó que se fortalece a premiada escola Protegidos da Princesa, que nasceu no Morro da Caixa, mas que foi abraçada pelos moradores do Mocotó e tem lá sua sede até hoje.

E parece que o Mocotó é uma referência para o movimento cultural das comunidades de Florianópolis. Os bailes no morro viravam as noites e eram a base do samba, usando instrumentos como o cavaquinho, o tamborim com couro de cabrito e o chocalho com areia. Entre as festividades, as crianças dançavam o boi-de-mamão.

Ficou claro durante minhas conversas que a religiosidade e a festividade são tópicos inseparáveis no Mocotó. Era a partir dos dias dos santos que os moradores se organizavam para suas celebrações.



Outro grande evento, tão comentado quanto o carnaval, eram as festas juninas realizadas no morro. Dona Dete lembra que o morador Sirino, que era muito devoto de São Pedro, fazia um grande baile na comunidade, aproveitando que no dia de São Pedro também era aniversário de sua filha. Conversando com o Cristiano, ele lembra que nos anos de 2005 e 2006, seguindo a tradição, foram realizadas grandes festas juninas no morro, organizada por toda comunidade. Segundo ele, uma das edições chegou a reunir mais de 10 mil pessoas no espaço cedido pela ACAM. Naquelas festas, moradores e pessoas de fora se reuniam para preparar os alimentos, os enfeites e as atividades da festa.

Já na época de São Cosmo e Damião, o senhor Profiro organizava um baile em um barracão onde hoje é a Igreja Santa Teresinha. A procissão de saía da sua casa e subia o morro em festa. Outro grande evento era no dia de São José, santo para o qual o Edmundo Bittencourt era devoto. Por conta disso, todo dia 08 de agosto o Mocotó se preparava para a Novena. Conhecido por gostar de festa e samba, o Edmundo também organizava um baile nos aniversários, dia 05 de maio. Neles chamava toda a comunidade para danças e comer o caldo de mocotó, que ele mesmo preparava.



Nos dias de hoje parece haver uma lacuna quanto a espaços de reunião social, como antigamente fora a Sede. Ao conversar com os moradores, descobri que não há um ponto de encontro definido da comunidade, e as pessoas possuem o hábito de se encontrar na rua, ligando uma caixa de som, fazendo churrasco em churrasqueiras portáteis e bebendo cerveja. Eu mesma, ao caminhar pelo Mocotó nos finais de semana, pude observar que nesses dias é difícil encontrar um local silencioso. Em cada viela, um estilo musical ecoa, e jovens, crianças e idosos se reúnem para conversar e olhar o movimento do bairro.

5 Conclusão

Dentre as inúmeras abordagens passíveis de serem tomadas para a compreensão de um determinado território, busquei ao longo deste trabalho, por meio de entrevistas e, portanto, da narrativa oral, juntar vestígios e símbolos que, em sua significância, possibilitassem a reconstrução da narrativa de uma comunidade.

As transformações urbanas que construíram a Florianópolis que existe hoje está diretamente relacionada com a conformação das favelas do município. Mas quantas vezes a história dessas é contada? Há na espacialização da desigualdade raízes históricas que devem ser percebidas, de maneira a desmistificar certos grupos sociais que ocupam a cidade. Na minha pesquisa pelas notícias de jornais, foi possível perceber uma associação direta e simplista do Mocotó com o crime e a violência. Sobre este território, pouco se fala sobre todos os demais aspectos da vida urbana que, assim como em qualquer lugar, igualmente apresenta suas histórias, alegrias, comemorações e arte.

Por isso não fiz da violência no Mocotó o tema do meu projeto, mesmo que entenda que ela é sim, infelizmente, uma

das problemáticas do morro. Ainda assim, os tópicos e a própria condução das entrevistas eram bastante abertos, possibilitando que os entrevistados comentassem sobre casos de violência, caso achassem necessário. A exemplo disso, as disputas com agentes do governo para a permanência da população no morro apareceram durante as narrativas, assim como relatos das condições precárias que vivia a população antes da intervenção de algumas políticas públicas. Contudo, a violência dentro da comunidade, ao viés de como ela é narrada pelos meios midiáticos, em nenhum momento se mostrou ser um fio condutor sobre como os moradores viam a sua história.

Nesse sentido, busquei organizar este trabalho de acordo com as informações que aqueles com quem conversei e, portanto, mais aptos a elencar suas próprias prioridades, me apresentaram como aspectos significativos de suas vivências no morro. Com auxílio de alguns elementos pude então construir uma trajetória lógica, ainda que nem sempre linear, sobre como essa comunidade se insere no espaço urbano.

Aqui, destaco a importância de determinados espaços físicos para o afloramento cultural, locais como as fontes das

lavadeiras e o antigo Caramuru. Ainda que ambos não existam mais, ocultados dentro da malha urbana ou desfigurados e abandonados, são nesses espaços, hoje imagéticos, que os moradores fincam suas raízes para se entenderem como comunidade. Hoje o Mocotó está a quilômetros de distância de um mar que antes beirava sua base, não há mais porto, nem marinheiros a subir o morro para comprar o caldo de mocotó. Mas ainda é este que dá nome ao bairro e é preparado durante as festividades.

Há um laço, portanto, que liga os moradores com a sua história, ainda que esta muitas vezes seja desconhecida pelos mais novos. Relembrar esses aspectos “positivos” é crucial para que os indivíduos possam combater a estigmatização construída sobre aquele território. Em algumas ocasiões, as pessoas com quem conversei afirmaram que, em certos momentos, viver na comunidade se transformava em algo muito duro, principalmente quando ocorria algum caso de violência policial. Por isso, acredito que a abertura e facilidade que tive com os moradores para que esses me contassem a sua

história estava muito mais relacionada com a vontade de falar e ser ouvido, do que algo particular meu. Isso, principalmente quando percebiam que eu não queria apenas ouvir sobre as “desgraças” do morro.

Este trabalho busca registrar aspectos da comunidade do Mocotó que dificilmente seriam encontrados em meios oficiais. Espero assim poder contribuir com a perpetuação desses saberes que resistem ainda à margem da cidade formal.

Para além disso, também é uma finalidade maior deste projeto reconhecer, viabilizar e legitimar, enquanto profissional que buscará atuar nos mais distintos territórios, as diferentes formas de ocupar e se relacionar com o espaço urbano. Somente sabendo ouvir e aprender com os diferentes, é possível então construir, dentro da nossa profissão, uma sociedade igualitária em direitos, mas plural em suas maravilhosas particularidades.

6 Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O tratado dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, 2000.

ARAUJO, Camilo Buss. A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh: A construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat. Florianópolis: Insular, 2004.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. CORDEIRO, Veridiana Domingos. A Teoria da história em Walter Benjamin: Uma construção entre “história e colecionismo: Eduard Fuchs” e as “Teses sobre o conceito de história. Goiânia, 2013.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE: expropriação territorial na periferia do capitalismo. Maceió, 2013.

BALDEZ, Miguel. Solo urbano, reforma urbana, propostas para a Constituinte. Rio de Janeiro: Fase, 1986.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo Lisboa: Edições 70, 1977.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987a.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: Walter Benjamin. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987b.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. O último dia da criação: mercado, propriedade e Uso do Solo em Salvador. In VALLADARES, Lícia do Prado. Habitação em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BRASIL. Decreto n. 6.025, de 22 de janeiro de 2007: Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília, 2007.

CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CARDOSO, Beatriz Kauduinski. Efeitos da Regularização Fundiária: estudo de caso em assentamentos precários de Santa Catarina, 2010. 298 f. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CARDOSO, Paulino de J. F. Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Tese de doutorado (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CATELLI JÚNIOR, Roberto. Temas e linguagens da história: ferramentas para a sala de aula no Ensino Médio. São Paulo: Scipione, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1995

CORREA, Carlos. Depoimento de Carlos Humberto Correa, Historiador. In: PIRES, Zeca. Ponte Hercílio Luz - Patrimônio da Humanidade. Florianópolis, 1996. 35 min. Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=8C2ospRDerc>>. Acesso em 2022.

DANTAS, Jefferson. Espaços coletivos de esperança: A experiência política e pedagógica da comissão de educação do fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC. Florianópolis, 2012.

DE SORDI, Neide Alves Dias. Manual de procedimentos do Programa de História Oral da Justiça Federal / Neide Alves Dias De Sordi; Gunter Axt; Paulo Rosemberg Prata da Fonseca. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral – memória, tempo, identidades. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DEMO, Pedro. Pobreza política. In: Papers. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer-Stiftung, 1993.

DIAS, Wilmar. Florianópolis, ensaio de geografia. In: Boletim Geográfico Estadual do departamento de Cartografia e Geologia (DECG). Florianópolis, ano 1, nº1, janeiro, 1947.

EU FAÇO A MINHA PARTE. Sobre nós. Disponível em: <https://eufacoaminhaparte.com.br/sobre-nos/>. Acessado em 22 set. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

FERRARO, Luiza. Entre terra e mar: aspectos morfológicos e patrimoniais do aterro da Baía Sul. Florianópolis (SC). Florianópolis, 2017.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 207, de 20 de dezembro de 2005: altera em caráter emergencial o plano diretor do distrito sede no maciço do morro da cruz e dá outras providências. Florianópolis, 2005.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 6893, de 08 de dezembro de 2005: cria o parque urbano do morro da cruz e dá outras providências. Florianópolis, 2005.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº 9321, de 28 de agosto de 2013: cria o Parque Natural Municipal do Morro da Cruz, dá outras providências e revoga a Lei nº 6893, de 2005. Florianópolis, 2013.

FLORIANÓPOLIS. Produto 8 encarte 4: Plano de manejo do Parque do Morro da Cruz - versão preliminar contrato 286/FMIS/2008. Florianópolis, 2008a.

FLORIANÓPOLIS. Programa Habitar Brasil - BID. Projeto Bom Abrigo - Mocotó. Volume iii - Participação comunitária e desenvolvimento social. Florianópolis, 2002.

FLORIANÓPOLIS. Projeto Maciço do Morro da Cruz. Florianópolis, 2007.

FLORIANÓPOLIS. Projetos e Ações no Maciço do Morro da Cruz. Florianópolis, 2008b.

FREIRE, Júlio De Lamonica. Por uma poética popular da Arquitetura. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

GARCIA, Carla Laner. Emanações perniciosas moralidade corrosiva: Os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864). Florianópolis, 2012.

HERRMANN, Maria Lucia; ROSA, Rogério De O. Mapeamento Temático Do Município De Florianópolis: Relevo. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 1991.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LIPIETZ, Alain. Fordismo peripherique et metropolisation. IN: Simpósio A metrópole e a crise. São Paulo, USP, 1985.
- MAIA, Andéa Casanova; ARRUDA, Rogério. Nos trilhos do tempo. Memória da ferrovia em Pedro Leopoldo. Belo Horizonte: Maza Edições, 2003.
- MARICATO, Hermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência. São Paulo, 1995.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, Murilo. Cidade no Brasil terra de quem? São Paulo, Edusp/ Nobel, 1991.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de história oral. São Paulo: Loyola. 5 ed. 2005.
- ND. Parque do Morro da Cruz é destaque no Caminhos da Natureza. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/parque-do-morro-da-cruz-e-destaque-no-caminhos-da-natureza/>. Acessado em 22 set. 2022. Florianópolis, 2016.
- NEVES, Lucilia de Almeida. Memória e história: substratos da identidade. História Oral. São Paulo: ABHO, 2001.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo: EDUC, 1993.
- NUNES, Pablo. Favela, mídia e remoções: discurso jornalístico, imagens sociais e políticas públicas de habitação em favelas cariocas. Revista Transversos. “Dossiê: Vulnerabilidades: pluralidade e cidadania cultural”. Rio de Janeiro, n°. 09, pp. 349-374, ano 04. abr. 2017.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe. Papeis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis - 1880/1920. São Paulo, 1992.
- PIAZZA, Walter Fernando. O Escravo numa Economia Minifundiária. Florianópolis/São Paulo UDESC/Resenha Universitária, 1975.

- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. São Paulo: EDUC, 1997.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- ROCHA, Daniella Guedes. IMAGENS CRISTALIZADAS: a construção dos estereótipos sobre as favelas. 2017.
- SANTOS, André Luiz. Do Mar ao Morro: a geografia histórica da Pobreza urbana em Florianópolis. Florianópolis, 2009.
- SANTOS, Boaventura. A crítica à razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- SCHEIBE, L. F. Aspectos geológicos e geomorfológicos. In: PEREIRA, N. do V. (org) A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.
- SCHEIBE, L. F.. Plano comunitário de urbanização em áreas de risco natural, segregadas ou com conflito de uso (oficina). In: II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2003.
- SCHLENKER, Alex. Hacia una memoria decolonial: breves apuntes para indagar por el acontecimiento detrás del acontecimiento fotográfico. Universidade Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá, Colômbia, 2012.
- SUGAI, Maria Inês. As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano: a Via de Contorno Norte-Ilha, 1994.
- TASCHNER, Suzana Pasternack. Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisas e políticas. São Paulo, FAUUSP, 1993.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado – História oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TOMÁS, Elaine Dorighello. Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz: de não território a território do PAC-Florianópolis. Florianópolis, 2012.
- WILKE, Juliana. Irmã Hedwirges: uma vida doada ao povo do Mocotó. Florianópolis: ACAM, 2021.

Anexo 1

- 1 Nome, apresentação.
- 2 A quanto tempo vive na comunidade? Viveu sempre aqui ou veio de outro lugar. De onde? Por que escolheu viver no Mocotó?
- 3 Você acompanhou a comunidade crescer?
 - 3.1 Você lembra onde começou o crescimento? (Quais ruas, imóveis são mais antigos)
 - 3.2 Você viu algum grupo específico sendo importante para o crescimento do Mocotó? (trabalhadores da ponte, por ex.)
- 4 A relação com a água é importante para a comunidade, já que as lavadeiras eram as matriarcas do Morro. Quais histórias você conhece sobre esses pontos de água?
- 5 Você acompanhou as obras do PAC – Florianópolis aqui na comunidade? Quais foram as maiores diferenças que você sentiu antes e depois das obras?
- 6 Lugares relevantes para a comunidade.
 - 6.1 Quais os lugares reconhecidos pela comunidade como pontos de encontro da comunidade? Onde ficam?
 - 6.2 Como esses lugares ganharam relevância na história da comunidade?
 - 6.3 Existem bares? Festas? Lugares que possam atrair o público externo que sejam interessantes?
 - 6.4 Quem frequenta (idosos, jovens, pessoas da comunidade, pessoas de fora, moradores novos, moradores antigos...)
 - 6.5 Como é a relação com a música e os moradores? Tem-se o costume de escutar música alta todos os dias? É um fenômeno recente ou não?
- 7 Existem lugares de lazer que você frequenta/frequentava em outras comunidades? Se sim, como chegava até esses lugares?

8 Quais, onde e como são os eventos realizados (gincanas, natal, páscoa, jantares, carnaval, festa junina, concursos)? Quem organiza e quem participa (crianças, idosos, moradores novos, antigos, etc)?

8.1 O Caldo de Mocotó. Você acha importante o Caldo do Mocotó para a comunidade? Você tem o hábito de comer? Se sim, em algum momento específico?

9 A religião e o lazer estão bastante relacionados na comunidade? Existem festas e encontros de lazer promovidos por “agentes religiosos” e, se sim, quais e onde se localizam?

10 Do histórico de organização comunitária, o que se alterou? Quais os principais conflitos na comunidade?

11 Quais são os projetos da comunidade? Que intenções têm para o território? Que projetos gostariam que a prefeitura (ou outro órgão) implementasse?

12 O que mais gostam do Mocotó, e o que gostariam que fosse diferente?

